

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

2015/2016



TII

**DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS
AÉREAS NO ESPAÇO DO MEDITERRÂNEO: LACUNAS EXISTENTES E
PERSPETIVAS DE COOPERAÇÃO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Rui José dos Santos Pedroso Pinheiro de Freitas
CORONEL/PILAV**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E
COMPETÊNCIAS AÉREAS NO ESPAÇO DO
MEDITERRÂNEO: LACUNAS EXISTENTES E
PERSPETIVAS DE COOPERAÇÃO**

CORONEL/PILAV Rui José dos Santos Pedroso Pinheiro de Freitas

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2015/2016

Pedrouços 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E
COMPETÊNCIAS AÉREAS NO ESPAÇO DO
MEDITERRÂNEO: LACUNAS EXISTENTES E
PERSPETIVAS DE COOPERAÇÃO**

CORONEL/PILAV Rui José dos Santos Pedroso Pinheiro de Freitas

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2015/16

Orientador: CORONEL/PILAV Mário Alberto Vilhena da Salvação Barreto

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso Anti-plágio

Eu, Rui José dos Santos Pedroso Pinheiro de Freitas, declaro por minha honra que o documento intitulado “Desenvolvimento de Capacidades e Competências Aéreas no espaço do Mediterrâneo: lacunas existentes e perspectivas de cooperação” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do CPOG 2015/2016 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 3 de maio de 2016

Rui José dos Santos Pedroso Pinheiro de Freitas
CORONEL/PILAV



Agradecimentos

Os meus sinceros agradecimentos ao Coronel Piloto Aviador Mário Alberto Vilhena da Salvação Barreto, pelo conhecimento transmitido, disponibilidade, camaradagem e pelas profícuas e oportunas orientações, conferidas desde o primeiro momento da elaboração deste Trabalho de Investigação Individual, mesmo antes de ser meu orientador. Estes ensinamentos em muito contribuíram para uma maior sagacidade, clareza e realismo, com os quais foi percorrido todo o caminho, com um impacto muito incisivo na forma como foi abordado o tema. No entanto, esta orientação deixou, sempre, espaço às minhas ideias e opções, enriquecendo-as com as suas avalizadas sugestões e opiniões. Faço votos, assim, que o produto final deste desiderato esteja de acordo com as suas expetativas.

Agradeço a todos os auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2015/2016, com uma especial nota de apreço aos auditores dos países amigos, Angola, Brasil e Moçambique, que comigo partilharam, diariamente, as experiências vividas, num ambiente de grande camaradagem, cordialidade e apoio mútuo, que coexistiram em todas as atividades, em especial nos trabalhos de grupo, sem esquecer a enriquecedora troca de conhecimentos e debate de ideias que ocorreram em proveito de todos.

Formulo os sinceros agradecimentos a todos os entrevistados (vide Bibliografia), pela sua disponibilidade e tempo despendido, em proveito deste trabalho. Através das suas experiências, reflexões e conhecimento, em muito contribuíram para acrescentar valor aos documentos consultados sobre a matéria.

Por fim, não poderia deixar de mencionar um forte e sentido agradecimento à minha mulher e aos meus quatro filhos, que estiveram sempre presentes, mesmo quando, geograficamente, isso não era possível. Pelo apoio exaustivo e pela constante e tonificante compreensão que sempre demonstraram, a todos, um bem hajam.

Ao meu pai, em sua memória.



Índice

Introdução	1
1. Revisão da literatura e metodologia.....	6
1.1. Geopolítica do Mediterrâneo Ocidental.....	6
1.2. Fóruns de cooperação do Mediterrâneo.....	7
1.2.1. Diálogo 5+5.....	7
1.2.2. A União do Magreb Árabe	8
1.2.3. A Parceria Euro-Mediterrânica.....	8
1.2.4. União para o Mediterrâneo	9
1.2.5. Diálogo do Mediterrâneo.....	9
1.3. ‘Iniciativa 5+5 Defesa’	10
1.3.1. O início	10
1.3.2. As características	10
1.3.3. Projetos relevantes.....	11
1.3.3.1. Colégio 5+5 Defesa	11
1.3.3.2. Virtual Regional Maritime Traffic Center.....	11
1.3.3.3. Centro Euro-Magrebino de Estudos Estratégicos	11
1.3.3.4. Projeto do Centro de Formação <i>Serach and Rescue</i>	11
1.3.4. Outros projetos	11
1.3.5. Exercícios	12
1.3.5.1. <i>Circaète</i>	12
1.3.5.2. <i>Canale</i>	12
1.3.5.3. <i>Seaborder</i>	12
1.3.6. Posicionamento de Portugal no contexto da Iniciativa.....	13
1.4. A Força Aérea Portuguesa: a cooperação no seu planeamento	13
1.5. Edificação de Capacidades Militares em cooperação.....	14
1.5.1. <i>Smart Defence</i>	14
1.5.2. <i>Polling and Sharing</i>	14
1.5.3. Outras iniciativas	14
1.6. Modelo de Análise	15
2. Capacidades e Competências Aéreas.....	17



2.1. O Poder Aéreo na ‘Iniciativa 5+5 Defesa’	17
2.1.1. Argélia	17
2.1.2. Espanha	18
2.1.3. França	19
2.1.4. Itália.....	20
2.1.5. Líbia.....	21
2.1.6. Malta.....	24
2.1.7. Mauritânia	25
2.1.8. Marrocos.....	26
2.1.9. Tunísia.....	27
2.2. Síntese conclusiva.....	27
3. A Força Aérea Portuguesa e mecanismos de cooperação.....	29
3.1. A Força Aérea Portuguesa	29
3.1.1. Visão e Nível de Ambição.....	29
3.1.2. Dispositivo e Capacidades.....	29
3.1.3. Análise das necessidades da Força Aérea Portuguesa.....	30
3.2. Cooperação em Capacidades Militares e Competências Aéreas	31
3.2.1. Cooperação multilateral da Força Aérea Portuguesa	31
3.2.1.1. <i>Multinational Fighter Program</i>	31
3.2.1.2. <i>Africa Maritime Law Enforcement Partnership</i>	32
3.2.1.3. <i>European Air Transport Fleet</i>	32
3.2.1.4. <i>Helicopter Exercise Program</i>	33
3.2.2. <i>Nordic Defence Cooperation</i>	33
3.2.2.1. Historial	33
3.2.2.2. Estrutura	34
3.2.2.3. Áreas de cooperação.....	35
3.2.2.4. Avaliação e lições identificadas	35
3.3. Novos mecanismo de cooperação.....	36
3.3.1. A NORDEFECO como modelo.....	36
3.3.2. Aplicação na ‘Iniciativa 5+5 Defesa’	36
3.3.3. Mecanismos de cooperação.....	38



3.3.3.1. <i>Cross-Border Training</i>	38
3.3.3.2. Exercício aéreo de intensidade alta	38
3.3.3.3. Formação e Instrução	38
3.3.3.4. Edificação a terceiros	39
3.4. Síntese conclusiva.....	39
4. Modelo de cooperação	40
4.1. O modelo	40
4.1.1. Coordenação militar	40
4.1.2. O quinto pilar.....	40
4.1.3. Distribuição dos pilares	41
4.2. Representação do modelo	41
4.2.1. Análise do modelo.....	41
4.3. Síntese conclusiva.....	42
Conclusões	43
Bibliografia	48

Índice de Anexos

Anexo A - Quadros da LPM	Anx A-1
--------------------------------	---------

Índice de Apêndices

Apêndice A - Ordens de Batalha das Forças Aéreas da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’	Apd A-1
Apêndice B - Acordos bilaterais: Portugal - países da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’	Apd B-1
Apêndice C - Oferta formativa do CFMTFA compatível para cooperação	Apd C-1
Apêndice D - Corpo de conceitos e definições	Apd D-1
Apêndice E - Tabela das entrevistas	Apd E-1

Índice de Figuras

Figura 1 - Cooperação de Defesa sub-regional na Europa	15
Figura 2 - Percurso metodológico	16
Figura 3 - Variação percentual nas despesas militares por região - 2013/14	17
Figura 4 - Os seis maiores orçamentos de Defesa em 2014	20
Figura 5 - Total de aeronaves de combate dos países do Magrebe em 2010	22
Figura 6 - Estrutura da NORDEFECO	34



Figura 7 - Modelo proposto de cooperação da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’	41
Figura 8 - Dispositivo da FAA	Apd A-1
Figura 9 - Dispositivo da FAE.....	Apd A-2
Figura 10 - Dispositivo da FAF	Apd A-3
Figura 11 - Dispositivo da FAI.....	Apd A-4
Figura 12 - Dispositivo da FAL.....	Apd A-5
Figura 13 - Dispositivo da <i>Air Wing</i> de Malta	Apd A-6
Figura 14 - Dispositivo da FAM	Apd A-6
Figura 15 - Dispositivo da FARM.....	Apd A-7
Figura 16 - Dispositivo da FAP.....	Apd A-8
Figura 17 - Dispositivo da FAT.....	Apd A-9
Figura 18 - Legenda da tabela 4	Apd E-1

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Participação em organizações multilaterais do Mediterrâneo	10
Tabela 2 - Comparação de características entre iniciativas.....	37
Tabela 3 - Acordos bilaterais.....	Apd B-1
Tabela 4 - Entrevistas	Apd E-1



Resumo

O mar Mediterrâneo, berço de várias civilizações, tem uma importância estratégica para os seus países ribeirinhos, mas também para outros atores internacionais.

Comemora-se este ano o centenário da aviação militar em Portugal, e, sabendo da importância do Poder Aéreo e atendendo ao Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente, a integração dos dois com a envolvente mediterrânica, mais concretamente com o Mediterrâneo Ocidental, leva-nos a crer que existem áreas de interesse comum, para potenciar o desenvolvimento de Capacidades Militares no domínio do Ar.

A ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ é um bom veículo de cooperação para explorar, mas necessita de mais mecanismos para haver resultados palpáveis, no campo das Capacidades Militares. A investigação efetuada estudou novos mecanismos de cooperação, no desenvolvimento de Capacidades Militares e de Competências Aéreas, no seio desta Iniciativa. Nesse sentido, seguindo uma abordagem do tipo indutivo e hipotético-dedutivo, caracterizaram-se as Forças Aéreas dos dez países em estudo, as necessidades da Força Aérea Portuguesa e efetuou-se uma comparação com outras iniciativas semelhantes.

Os novos mecanismos de cooperação encontrados assentam no desenvolvimento para um ou mais elementos da Capacidade Militar e, assim, edificá-la por patamares. O modelo proposto contém um novo pilar e uma maior coordenação ao nível militar.

Palavras-chave

Capacidade Militar, Cooperação Militar, ‘Iniciativa 5+5, Defesa’, Mediterrâneo Ocidental, Poder Aéreo.



Abstract

The Mediterranean Sea, ground of civilizations, is not only of strategic importance for the riparian countries but also for other international actors.

The military aviation in Portugal is commemorating 100 years, knowing the importance of Air Power and the Strategic Area of Permanent National Interest, the integration of the first two with the Mediterranean, more specifically with the Western Mediterranean, leads us to believe that there are areas of common interest that can trigger the development of Military Capabilities in the Air domain.

The '5+5 Defence Initiative' is a worthy vehicle to explore, but it needs more mechanisms in the field of Military Capabilities to achieve tangible results. This research studied new cooperation mechanisms to develop Military Capabilities and Air Competences within the Initiative. To do so an inductive and deductive hypothetical approach was used. Air Forces of the ten countries in study and the shortfalls of the Portuguese Air Force were characterized. A comparison with other similar initiatives was also made.

The new cooperation mechanisms are based on contributing for one or more elements of a Military Capability and, thus, build them by steps. The proposed model is based on a new pillar and an enhance military coordination.

Keywords

Military Capability, Military Cooperation, '5+5 Defence Initiative', Western Mediterranean, Air Power.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AA	–	<i>Arab Aviation</i>
AAN	–	Autoridade Aeronáutica Nacional
AC	–	Área de Capacidade
ACC	–	<i>Air Control Centre</i>
AFM	–	<i>Armed Forces of Malta</i>
AFT	–	<i>Air Force Technology</i>
AMLEP	–	<i>Africa Maritime Law Enforcement Partnership</i>
AR	–	Assembleia da República
AW	–	<i>AgustaWestland</i>
BBC	–	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BICC	–	<i>Bonn International Centre for Conversion</i>
BTI	–	<i>Bertelsmann Stiftung's Transformation Index</i>
C2	–	Comando e Controlo
CA	–	Competência Aérea
CAOC	–	<i>Combine Air Operation Centre</i>
CBM	–	<i>Central Bank of Malta</i>
CBRN	–	<i>Chemical, Biological, Radiological and Nuclear</i>
CBT	–	<i>Cross-Border Training</i>
CCM	–	Comité Coordenador Militar
CDO	–	<i>Cambridge Dictionaries Online</i>
CEDN	–	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM 2014	–	Conceito Estratégico Militar 2014
CEMFA	–	Chefe de Estado-Maior da Força Aérea
CEMRES	–	<i>Centre Euro-Maghrébin de Recherche et d'Etudes Stratégiques</i>
CEPS	–	<i>Centre for European Policy Studies</i>
CFMTFA	–	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CM	–	Capacidade Militar
CMC	–	Comité Militar de Coordenação
CPLP	–	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRP	–	Constituição da República Portuguesa
CSDN	–	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSIS	–	<i>Center for Strategic and International Studies</i>



DAP	–	<i>Defense Acquisition Portal</i>
DIF 2014	–	Dispositivo de Forças 2014
DGPDN	–	Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
DSCA	–	<i>Defense Security Cooperation Agency</i>
EA	–	<i>Ejército del Aire</i>
EATF	–	<i>European Air Transport Fleet</i>
EATT	–	<i>European Air Transport Training</i>
EAW	–	<i>Expeditionary Air Wing</i>
EDA	–	<i>European Defence Agency</i>
EEINP	–	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente
EFWM	–	<i>Economic Forum for Western Mediterranean</i>
EMGFA	–	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EM	–	Estados Membros
EPAF	–	<i>European Participating Air Forces</i>
ER	–	Estação Radar
EUA	–	Estados Unidos da América
EUAFA	–	European Air Force Academies
EURAC	–	<i>European Air Chiefs Conference</i>
FAA	–	Força Aérea Argelina
FAE	–	Força Aérea Espanhola
FAF	–	Força Aérea Francesa
FAI	–	Força Aérea Italiana
FAL	–	Força Aérea Líbia
FAM	–	Força Aérea Mauritânia
FAP	–	Força Aérea Portuguesa
FARM	–	Força Aérea Real Marroquina
FEUC	–	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
FAT	–	Força Aérea Tunisina
FFAA	–	Forças Armadas
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
FOC	–	<i>Full Operational Capability</i>
GE	–	Guia do Estudante
GIISA	–	<i>German Institute for International and Security Affairs</i>



GMF	–	<i>German Marshall Fund</i>
GS	–	<i>Global Security</i>
HIP	–	Hipótese
HMS	–	<i>Her Majesty's Ship</i>
HRW	–	<i>Human Rights Watch</i>
IAI	–	<i>Istituto Affari Internazionali</i>
I&D	–	Investigação e Desenvolvimento
IESM	–	Instituto de Estudos Superiores Militares
IDN	–	Instituto de Defesa Nacional
IFF	–	<i>Identification Friend or Foe</i>
IISS	–	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
ISR	–	<i>Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
ISS	–	<i>Institute for Security Studies</i>
IUM	–	Instituto Universitário Militar
LPM	–	Lei de Programação Militar
MEDEA	–	European Institute for Research on Euro-Arab Cooperation
MD	–	Ministros da Defesa
MDE	–	Ministério da Defesa Espanhol
MDN	–	Ministério da Defesa Nacional
MDNor	–	Ministério da Defesa Norueguês
MDS	–	Ministério da Defesa Sueco
MIFA 2014	–	Missões das Forças Armadas 2014
MNEDin	–	Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca
MNEEst	–	Ministério dos Negócios Estrangeiros da Estónia
MNFP	–	<i>Multinational Fighter Program</i>
MS	–	Malta Spotting
MWD	–	<i>Merriam-Webster Dictionaries</i>
NA	–	Nível de Ambição
NATINAMDS	–	<i>NATO Integrated Air and Missile Defence System</i>
NATO	–	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NB8	–	<i>Nordic-Baltic Cooperation</i>
NC	–	<i>Nordic Council</i>
NCIA	–	<i>NATO Communications and Information Agency</i>



NORDEFECO	–	<i>Nordic Defence Cooperation</i>
NTI	–	<i>Nuclear Threat Initiative</i>
OE	–	Objetivo Específico
OG	–	Objetivo Geral
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PB	–	Processo de Barcelona
PCM	–	Presidência do Conselho de Ministros
PEM	–	Parceria Euro-Mediterrânica
P&S	–	<i>Pooling and Share</i>
PEV	–	Política Europeia de Vizinhança
PF	–	Pássaro de Ferro
PfP	–	<i>Partner for Peace</i>
PG	–	<i>Project Gutenberg</i>
PISM	–	<i>Polish Institute of International Affairs</i>
QC	–	Questão Central
QD	–	Questão Derivada
RCC	–	<i>Rescue Coordination Centre</i>
RIEAS	–	<i>Research Institute for European and American Studies</i>
RPC	–	Rede de Pontos de Contacto
SA	–	Sistema de Armas
SBAP	–	<i>Sierra Bravo Aero Pictures</i>
SF 2014	–	Sistema de Forças 2014
SIPRI	–	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SR	–	Spain Report
SRR	–	<i>Search and Rescue Region</i>
TEPSA	–	<i>Trans European Policy Studies Association</i>
TGP	–	<i>Targeting POD</i>
TII	–	Trabalho Individual de Investigação
UAV	–	<i>Unmanned Aircraft Vehicle</i>
UE	–	União Europeia
UMA	–	União do Magreb Árabe
UN	–	<i>University of Nebraska</i>
UpM	–	União para o Mediterrâneo



USAFRICOM	–	<i>United States Africa Command</i>
USDS	–	<i>United States Department of State</i>
VRP	–	Vigilância Reconhecimento e Patrulhamento
WD	–	<i>World of Defense</i>
WHE	–	<i>World Heritage Encyclopedia</i>
WMF	–	<i>West Mediterranean Forum</i>



Introdução

“A paz não pode ser mantida pela força, ela só poderá ser alcançada pelo entendimento.”

Albert Einstein

Enquadramento e justificação do tema

Com as comemorações do centenário da aviação militar a decorrer em Portugal (2014-2016), também se pode considerar que estas representam a passagem de uma aviação de cariz puramente civil para um vetor militar, onde a terceira dimensão é encarada como potencial estratégico, de uso no campo de batalha.

Estes cem anos de existência têm mostrado as mais valias do Poder Aéreo nos conflitos armados onde Portugal participou, desde a Primeira Grande Guerra, com a notoriedade de Óscar Monteiro Torres, passando pela contribuição fundamental, nos anos 60-70, para o esforço de guerra nos teatros africanos. Mais recentemente, as contribuições nacionais em missões externas, no âmbito das Organizações Internacionais a que Portugal pertence, como por exemplo, o Policiamento Aéreo no Báltico e na Islândia, bem como, a utilização de aviões de transporte no Mali, no âmbito da *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali*, têm realçado essa importância.

Constata-se, no entanto, que manter o Poder Aéreo em patamares, a que o Nível de Ambição (NA), definido pelo poder político, exige, é uma tarefa difícil e onerosa. Nesse sentido, tem sido recorrente os países encontrarem parcerias, ao nível multilateral e bilateral, que criem sinergias para baixar custos na edificação das Capacidades Militares (CM), como têm sido as últimas iniciativas, nesse sentido, da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e da União Europeia (UE): *Smart Defence* e *Pooling and Share* (P&S).

Com a atual crise económica, este caminho tornou-se quase uma necessidade, sob pena de perder CM, o que implicaria ter um NA mais baixo ou assumir maiores riscos no seu cumprimento, aceitando as consequências que daí adviriam.

Como membro fundador da NATO e integrado na UE desde 1986, Portugal tem, por tradição, aderido a fóruns multilaterais, onde se potencia, entre outros, o desenvolvimento de mecanismos, a bem da estabilidade e segurança. O Diálogo 5+5, constituído pelos países



ribeirinhos do mar Mediterrâneo Ocidental, é um deles e, após alguns anos, veio dar vida à ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, acrescentando as áreas de Segurança e Defesa ao Diálogo.

Apesar do atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) não dar prioridade a esta iniciativa, ao nível de Segurança e Defesa nas relações externas, dando preferência à Organização das Nações Unidas (ONU), à NATO, à UE e à cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), é referenciado, expressamente, o dever de participação ativa na ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ (PCM, 2013).

Entende-se que a fronteira física, entre o espaço onde se insere a Iniciativa e o nosso Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP), é fundamental para a Segurança e Defesa nacional, como afirmou o anterior Ministro da Defesa Nacional, aquando da presidência de Portugal da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, em 2013: “(...) partilhamos uma herança, partilhamos uma visão futura e trabalhamos juntos para a concretização desse futuro assente numa ideia de região segura e próspera.” (Branco, 2014, p. 28).

Neste contexto, vê-se Portugal como coprodutor de segurança internacional, visando promover a segurança cooperativa e apoiar a política externa do Estado (MDN, 2014a, p. 22). Mas, neste caso específico, é-o, ao nível regional, num mundo globalizado, onde cada vez menos se podem considerar as regiões delimitadas pelas suas fronteiras físicas.

A ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, sendo informal, pequena e menos burocrática que outras organizações, onde Portugal pode procurar sinergias no desenvolvimento de Capacidades e Competências, tem vantagens que interessam aprofundar. E, inclusive, é um complemento de outras organizações, para além do Mediterrâneo Ocidental, tais como o Diálogo do Mediterrâneo da NATO e da Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), sucessora do Processo de Barcelona (PB), que hoje já evoluiu para a União para o Mediterrâneo (UpM).

As diferenças, culturais e de desenvolvimento, entre os países da margem Norte e os da margem Sul, em acumulação com toda a envolvência histórica da região, ainda desaceleram processos. No entanto, o sucesso que algumas medidas de cooperação de Defesa têm mostrado, recentemente, abrem novos caminhos, que poderão ser explorados, ao nível da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, para colmatar lacunas existentes entre os países membros (Reis e Carriço, 2014, pp. 2-3).

Como referenciado no início, o Poder Aéreo exige CM em constante atualização. Esta dispendiosa tarefa, associada às restrições que as Forças Armadas (FFAA) têm sofrido nos últimos anos e a consequente dificuldade de investimento que Portugal tem em CM, leva a que o encontrar de métodos, que consigam mitigar esta situação, seja sempre potenciador de



CM e Competências Aéreas (CA), independentemente de não ser uma solução cabal (Araújo, 2011 cit. por Lusa, 2011).

Outros países, apesar de pertencerem às grandes organizações onde a Defesa está presente, têm-se voltado para cooperações multilaterais regionais, onde existem interesses comuns, que catalisam a cooperação, aos mais diversos níveis, incluindo no campo do desenvolvimento de CM. Um dos grupos mais avançado neste tipo de cooperação é o dos países nórdicos, no quadro da *Nordic Defence Cooperation* (NORDEFECO) (Möckli, 2012, p. 3).

Assim, atendendo à simbiose de interesses estratégicos entre os países membros da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, à geopolítica onde o fórum se insere, às exigências permanentes do Poder Aéreo que Portugal necessita de satisfazer, e, ainda, à cooperação existente na Iniciativa, até à data, estão criadas vias que podem contribuir para o desenvolvimento de CM e CA, benéficas para Portugal, e ajudar a colmatar lacunas existentes ou previsíveis.

Objeto do estudo e sua delimitação

O objeto da investigação são novos mecanismos de cooperação, no desenvolvimento de Capacidades Militares e de Competências Aéreas, dentro da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’. O trabalho será delimitado pelo espaço onde a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ se insere: o Mediterrâneo Ocidental. Apesar de se abordar a história desta Iniciativa, será sempre dado ênfase ao passado recente e ao futuro, num horizonte estratégico até 2030.

Mesmo sendo esta iniciativa de cooperação coordenada, ao nível político, pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), o tema será abordado no espectro do Poder Aéreo, numa ótica da Força Aérea Portuguesa, como empregador de CM e CA.

Serão analisadas iniciativas semelhantes, por comparação pontual dos seus mecanismos de cooperação, como são os casos da NATO, da UE e, em especial, da NORDEFECO.

Objetivos de investigação

O Objetivo Geral (OG) da investigação é contribuir para identificar os mecanismos que potenciem a cooperação ao nível da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ e que possibilitem o desenvolvimento de Capacidades Militares e Competências Aéreas nacionais.

Os Objetivos Específicos (OE) são os seguintes:

OE1: Caracterizar a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ no espaço do Mediterrâneo Ocidental, ao nível do Poder Aéreo;



OE2: Analisar as Capacidades Militares e Competências Aéreas, no âmbito da Iniciativa;

OE3: Identificar potenciais limitações de cooperação na ‘Iniciativa 5+5 Defesa’;

OE4: Determinar o modo de contribuir para a cooperação das relações de Segurança e Defesa no Mediterrâneo Ocidental, através do desenvolvimento de Capacidades Militares e Competências Aéreas.

Questões de investigação e hipóteses

Questão Central (QC): Que mecanismos de cooperação, entre os países da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, podem contribuir para o desenvolvimento de Capacidades Militares e Competências Aéreas?

Da QC podem deduzir-se as seguintes Questões Derivadas (QD) com as respetivas Hipóteses (HIP):

QD1: Que Capacidades Militares e Competências Aéreas podem ser potenciadas em cooperação, entre os países da Iniciativa?

QD2: Que mecanismos de cooperação podem ser usados para desenvolver Capacidades Militares e Competências Aéreas, no âmbito da Iniciativa?

QD3: Qual o modelo de cooperação e respetivos mecanismos a adotar na ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, para desenvolver ou potenciar Capacidades Militares e Competências Aéreas?

HIP1: Existem Capacidades Militares e Competências Aéreas que podem ser potenciadas em cooperação.

HIP2: As Capacidades Militares e Competências Aéreas podem ser potenciadas por recurso a novos mecanismos de cooperação.

HIP3: A articulação entre as Capacidades Militares, as Competências Aéreas e os mecanismos de cooperação identificados, podem ser traduzidos num modelo de cooperação.

Breve síntese da metodologia da investigação

Este trabalho segue a orientação metodológica dos trabalhos de investigação no Instituto Universitário Militar (IUM), de acordo com o estabelecido na NEP/ACA - 010 (IESM, 2015a) e na NEP/ACA - 018 (IESM, 2015b), seguindo uma abordagem do tipo indutivo e hipotético-dedutivo.

Este estudo será conduzido de acordo com uma estratégia essencialmente qualitativa, mas com contributos quantitativos relevantes, numa lógica de reforço.

O estudo seguirá um desenho de pesquisa do tipo ‘Estudo de Caso’.



O percurso da investigação será estruturado em três fases: a exploratória, a analítica e a conclusiva.

Organização do estudo

O estudo organiza-se em quatro capítulos, para além da introdução e das conclusões.

No primeiro capítulo, é feita a revisão da literatura, que traduz o estado da arte, no domínio do tema em estudo, a metodologia a seguir e o modelo de análise a utilizar.

No segundo capítulo, identificam-se e analisam-se as CM e CA, que podem ser potenciadas em cooperação.

No terceiro capítulo, são identificados novos mecanismos de cooperação, que contribuem para o desenvolvimento das CM e CA.

No quarto capítulo, constrói-se um modelo de cooperação, que articula os mecanismos identificados com as CM e CA a desenvolver.

Por fim, faz-se a avaliação e a discussão dos resultados, apresentam-se as conclusões, identificam-se os contributos do estudo e as implicações que são traduzidas em recomendações, bem como as limitações encontradas durante a investigação. Por último, são feitas considerações sobre uma eventual abertura para pesquisas futuras.



1. Revisão da literatura e metodologia

Este estudo insere-se na área de conhecimento da estratégia militar, no âmbito da geopolítica, numa ótica do desenvolvimento de CM e CA, para o Poder Aéreo Nacional. Neste contexto, e numa primeira abordagem do tema, interessou saber, como ponto de partida para a investigação, o atual estado das várias vertentes do mesmo. Assim, foi feita uma revisão da literatura, incidindo sobre a geopolítica do Mediterrâneo Ocidental, os fóruns de cooperação dessa mesma região, a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, a visão da Força Aérea Portuguesa (FAP) sobre as CM e CA e a edificação das mesmas, numa ótica cooperativa.

1.1. Geopolítica do Mediterrâneo Ocidental

O espaço do Mediterrâneo Ocidental tem vindo a ser caracterizado e estudado por vários autores, existindo vários trabalhos e livros publicados sobre a geopolítica do mesmo.

Segundo Ferreira (1996, pp. 82-83), para os fenícios, o cerne da Segurança e prosperidade do Mediterrâneo estava no comércio. Para os gregos, seria a cultura o elemento aglutinador dessa Segurança e para os romanos, a chave estaria no seu Império, baseado, fundamentalmente, nas feitorias. A rivalidade hispano-franca-austriaca sobre a Itália iria desviar as atenções sobre o Mediterrâneo durante a Idade Média. Mas, já na Idade Moderna, para obter o controlo do Mediterrâneo, tornar-se-ia necessária uma aliança Anglo-Francesa.

Entende-se que este espaço é de uma importância estratégica vital, e, segundo Reis e Carriço (2014, p. 2), historicamente, o mar Mediterrâneo nem sempre foi visto como uma ponte, devido aos inúmeros conflitos de origens religiosas, económicas e de colonização entre o Norte e o Sul e entre o Oeste e o Este. Porém, isto não torna menos verdade que as duas margens partilharam, e ainda partilham, áreas de interesse semelhantes, decorrentes da sua vizinhança e, até, de um passado comum.

De acordo com Sousa (2010, p. 12), após a Segunda Grande Guerra e até ao fim da Guerra Fria, o Mediterrâneo foi um tabuleiro de xadrez dos dois blocos, repleto de porta-aviões e fragatas, com os alinhamentos a negarem a unidade.

Segundo Pereira (2004, p. 203), “No entanto, a partir da desintegração da União Soviética e sobretudo depois da Guerra do Golfo de 1991, as duas regiões iniciaram um caminho de diálogo numa tentativa de reduzir as assimetrias económica, política, social e humana.”.

A onda de transformação, decorrente da Primavera Árabe, atingiu processos irreversíveis, teve consequências na segurança do Mediterrâneo Ocidental e alterou a dinâmica de cooperação dos países da região. Desde o primeiro protesto, em dezembro de



2010, na Tunísia, o mundo árabe tem mudado rapidamente e continua a mudar (Lecha, 2011, p. 1).

O Mediterrâneo é um espaço que está a passar por inúmeros desafios: políticos; sociais; disparidades económicas e territoriais; décadas de conflitos regionais; espaços descontrolados e sem governo e o reforço e a diversificação das redes de tráfico ilícito. Embora nem todos concordem que o Mediterrâneo é, de facto, uma região, este é um espaço onde as iniciativas regionais para o diálogo, a cooperação e a integração têm proliferado nas últimas duas décadas, como uma tentativa de resolver alguns desses desafios, coletivamente (Lecha, 2014, p. 2).

Para o tema, foi necessário perceber como a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ se enquadra nesta proliferação de iniciativas e qual a sua génese.

1.2. Fóruns de cooperação do Mediterrâneo

A NATO e a UE têm envidado esforços para manter a cooperação na área da Defesa na região. Mas, são organizações pesadas e que têm outras prioridades, o que justifica que a primeira iniciativa do género, da era pós-Guerra Fria, tenha sido o Diálogo 5+5.

1.2.1. Diálogo 5+5

O Diálogo 5+5 é um fórum político informal, foi criado em Roma, a 10 de dezembro de 1990, com os países¹ ribeirinhos do mar Mediterrâneo Ocidental, com o objetivo de reforçar e enriquecer o diálogo político, económico e cultural entre as duas margens deste mar. Aparece em resposta à, então recentemente criada, União do Magreb Árabe (UMA), em 1989, e à renovada política da UE para o Mediterrâneo, em 1990 (WMF, 2013).

O processo encontrou muitos obstáculos que o impediram de crescer, nomeadamente, o caso *Lockerbie*², a primeira Guerra do Golfo, as divergências entre os países do Magrebe e as disputas entre a França, a Itália e a Espanha, para a liderança da iniciativa (MEDEA, 2015).

Foi só em janeiro de 2001 que o fórum foi relançado na reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Desde essa data, reuniram-se regularmente, uma vez por ano, no Magrebe e na Europa, alternadamente (EFWM, 2013, p. 2).

¹ Ver tabela 1.

² No dia 21 de dezembro de 1988, por volta das 19:00, um *Boeing 747* da companhia aérea americana *Pan Am* caía em *Lockerbie*, na Escócia, matando todos os 249 ocupantes. Houve também 11 mortos no chão. Nos destroços, foram encontrados vestígios de explosivo plástico. Apesar de vários grupos, terem assumido o ataque, a suspeita recaiu sobre a Líbia (Berger, 2013).



O âmbito deste fórum tem sido abrangente e multidisciplinar, conseguindo, assim, sinergias positivas. Mas vê a sua ação limitada pelas capacidades financeiras, em muito díspares com as da UE, por exemplo. No entanto, a sua importância pode ser potenciada na própria UE, como ator fundamental em desbloquear eventuais divergências que surjam nos diálogos, ou quando os países do Sul da Europa precisarem de falar a uma só voz (Sousa, 2012, pp. 41-42).

1.2.2. A União do Magreb Árabe

Segundo Esteves (1997, p. 61), a UMA, que em árabe significa comunidade, foi fundada em Marraquexe, em fevereiro de 1989, pela Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia e Mauritânia, e constitui um caso notável do esforço político de regionalismo, entre Estados tradicionalmente afastados, por questões políticas e fronteiriças, quando não mesmo militares.

Desde 1990 que os cinco países assinaram mais de 30 acordos multilaterais, abrangendo áreas económicas, sociais e culturais. No entanto, apenas cinco foram ratificados por todos os membros da União. A UMA não se reúne, ao nível dos Chefes de Estado, desde abril de 1994 e foi, efetivamente, paralisada pela disputa sobre o estatuto do Sara Ocidental, anexado por Marrocos em 1975, mas reivindicado como um Estado independente pela Frente Polisário, com o apoio da Argélia (ISS, 2015).

Apesar do tratado, que instituiu a UMA, incluir a área de Defesa, conforme realçado no seu artigo 14º, ao afirmar “Qualquer ato de agressão contra qualquer dos países membros será considerado como um ato de agressão contra os outros países membros.” (UMA, 1989), este campo tem sido descorado, contribuindo pouco para a Segurança da região.

1.2.3. A Parceria Euro-Mediterrânica

Em novembro de 1995, durante a conferência de Barcelona, foi assinado, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos então 15 Estados Membros (EM) da UE e de 12 países terceiros mediterrânicos³, o PB (Barbosa, 2010, p. 28). A PEM, sucessora do PB, permanece no quadro da cooperação, a organização mais ambiciosa na região e com mais membros (Lesser, et al., 2000, p. 33). O balanço do PB é dúbio. Segundo Lacirignola (2005, pp. 2-3), os grandes objetivos estabelecidos não conseguiram ser alcançados, mas os mecanismos criados foram catalisadores de novos processos.

³ Magrebe (região noroeste de África) e Maxerreque (parte oriental do mundo árabe), incluindo a Autoridade Palestiniana, assim como Israel, Turquia, Malta e Chipre.



Hoje, a PEM é parte integrante da Política Europeia de Vizinhança (PEV). A PEV foi lançada em 2004, para evitar novas divisões na Europa, depois da adesão de dez países à UE. A política foi inicialmente concebida para os vizinhos da Europa do Leste, mas, por insistência dos países do Sul da UE, o programa foi estendido a dez países da margem Sul do Mediterrâneo (Lehne, 2014, p. 3).

1.2.4. União para o Mediterrâneo

A ideia foi anunciada, pela primeira vez, por Sarkozy, no seu discurso de vitória presidencial, a 6 de maio de 2007. O processo veio trazer ainda mais entropia à confusão existente entre a PEM e a PEV, onde se acrescentou a falta de apoio inicial da Alemanha (Emerson, 2008, p. 1). É só a 13 de julho 2008, que a UpM é criada por 43 Chefes de Estado e de Governo na Cimeira de Paris para o Mediterrâneo. Desde então, tem vindo a herdar as funções e os propósitos da PEM, tendo já um secretariado sediado em Barcelona, que foi criado em 2010 (UpM, 2015).

1.2.5. Diálogo do Mediterrâneo

Em 1994, a NATO promoveu a sua iniciativa na região, visando aumentar a estabilidade na mesma, através do estabelecimento do Diálogo do Mediterrâneo, uma parceria entre a NATO e países mediterrânicos (Stivachtis e Jones, 2009, p. 7). Esta destinase a reforçar o diálogo político, a luta contra o terrorismo, a modernização das FFAA e melhorar a interoperabilidade entre as forças dos diferentes países. Nem todos os países mediterrânicos participam nesta iniciativa: Egito, Israel, Mauritânia, Marrocos e Tunísia são membros fundadores, a Jordânia juntou-se em 1995 e a Argélia em 2000. Este diálogo combina cooperação bilateral (NATO + 1) e algumas iniciativas regionais (NATO + 7) (Lecha, 2014, p. 4). Por um lado, com o mote dos encontros bilaterais não é um grupo coeso, por outro, faz com que outros países da região não se considerem excluídos (Ormanci, 2000, pp. 28-29).



Tabela 1 - Participação em organizações multilaterais do Mediterrâneo

Organizações	EU	UMA	UfM	Diálogo Med.	Diálogo 5+5
Países					
PORTUGAL	X		X	X	X
ESPAÑA	X		X	X	X
FRANÇA	X		X	X	X
ITÁLIA	X		X	X	X
MALTA	X		X		X
MARROCOS		X	X	X	X
MAURITÂNIA		X	X	X	X
ARGÉLIA		X	X	X	X
TUNÍSIA		X	X	X	X
LÍBIA		X	Observador		X

Fonte: adaptado pelo autor (Lecha, 2011, p. 6)

1.3. ‘Iniciativa 5+5 Defesa’

Após estudadas as iniciativas mais importantes do Mediterrâneo, interessa saber qual a génese da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, parte do objeto do nosso estudo, e qual o estado de atividade em que se encontra.

1.3.1. O início

Dentro do Diálogo 5+5, nasce a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, em Paris, em dezembro de 2004, com a assinatura da declaração de intenções de cooperação, no campo da Segurança, pelos Ministros da Defesa (Iniciativa 5+5 Defesa, 2015). Como objetivo, a Iniciativa procura, através de medidas concretas de cooperação, ajudar a criar e manter um clima de confiança e de franca colaboração entre os dez países do Mediterrâneo Ocidental (DGPDN, 2015).

1.3.2. As características

Esta Iniciativa tem como principais características a informalidade e a grande cordialidade no relacionamento entre os países membros, o que se reflete num clima de grande amizade e proximidade, sempre presente nas diversas atividades e reuniões que se realizam anualmente. Na abordagem de temas, é usada uma forma pragmática e descontraída, com um permanente espírito de entreajuda, dentro das possibilidades de cada país (DGPDN, 2015). Tem uma estrutura assente num Comité Diretor, composto por dois elementos de cada país, que reúnem duas vezes por ano, tendo como responsabilidade efetuar o acompanhamento do plano de atividades anual e de elaborar novas propostas das ações práticas a desenvolver (Sanches, 2015).



1.3.3. Projetos relevantes

A Iniciativa é enquadrada por quatro pilares: Vigilância Marítima, Segurança Aérea, participação das FFAA no domínio da Proteção Civil e, por último, o pilar da Educação e Formação.

Integrados nestas áreas, existem os seguintes projetos relevantes:

1.3.3.1. Colégio 5+5 Defesa

É um projeto francês, iniciado em 2008, através de um primeiro curso em Toulon, França. Todos os países já ministraram cursos. Portugal, através do Instituto de Defesa Nacional (IDN), ministrou um módulo no ano de 2010 e outro em 2012, cujo tema foi “Abordagem à Gestão de Crises no Mediterrâneo Ocidental” (DGPDN, 2015).

1.3.3.2. Virtual Regional Maritime Traffic Center

Este projeto foi lançado por Itália, em Nápoles, a 30 de maio de 2007, aquando de uma reunião de Chefes de Estado-Maior da Armada. Obteve o *Full Operational Capability* (FOC) no ano seguinte, tendo a participação ativa dos dez países. A CM consiste numa rede virtual, que liga os centros operacionais das diversas marinhas. Nesta rede, é explorada a conectividade com a Internet e as informações não confidenciais, relacionadas com a marinha mercante, resultando numa imagem marítima que é, depois, facultada aos intervenientes. É uma ferramenta muito positiva no apoio à decisão (Iniciativa 5+5 Defesa, 2015).

1.3.3.3. Centro Euro-Magrebino de Estudos Estratégicos

O Centro foi criado em 2009 pela Tunísia. Tem como vocação conduzir e desenvolver pesquisas e estudos sobre temas relacionados com a Defesa e Segurança, definidos como prioritários para a região, no âmbito da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’. Fornece aos Ministros da Defesa um instrumento de pensamento, de análise e de previsão (CEMRES, 2015).

1.3.3.4. Projeto do Centro de Formação *Search and Rescue*

Projeto de Malta iniciado em 2010, não tendo tido avanços significativos. Foi elaborado em 2012 um Memorando de Entendimento, mas não houve consenso. Na reunião da Iniciativa, em novembro de 2014, foi abordado o assunto, aguardando-se que Malta imponha uma maior dinâmica (DGPDN, 2015).

1.3.4. Outros projetos

Além dos supracitados, a Iniciativa tem, ainda, uma panóplia de outros projetos, dividindo os mesmos pelos vários membros, como: o argelino-espanhol, para a criação de uma Rede de Pontos de Contacto (RPC) no âmbito da Proteção Civil; o da criação do Centro



de Formação em Desminagem Humanitária 5+5 Defesa, liderado pela Líbia, mas que, devido aos graves problemas que o país atravessa, desde janeiro de 2014, não tem tido quaisquer avanços; a criação do *Website* da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, que foi implementado durante a presidência portuguesa, apesar de ser liderado por Malta; o Centro de Coordenação e Planeamento Operacional proposto por França; o logótipo da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ por Portugal; o projeto de Poluição Marítima Acidental, por Marrocos e o Mecanismo de Coordenação Naval, por Espanha (Iniciativa 5+5 Defesa, 2015).

1.3.5. Exercícios

No âmbito da Iniciativa, tem havido vontade de exercitar ao nível militar, mas nem sempre se consegue uma participação ativa de todos os membros. Existem três exercícios:

1.3.5.1. *Circaète*

Este exercício realiza-se, anualmente, desde 2007 e tem como objetivos a Segurança e a Defesa dos EM da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ e, simultaneamente, pretende contribuir para o desenvolvimento de confiança na região. O exercício incide na Defesa Aérea contra alvos *Renegade*⁴. A FAP participa neste exercício desde o início, mas nos dois primeiros anos, fê-lo apenas na qualidade de observador (Costa, 2015).

1.3.5.2. *Canale*

Exercício aeronaval anual, planeado, alternadamente, por Itália e Malta, no Mediterrâneo Central. Tem a intenção de promover a cooperação e a Segurança no Mediterrâneo, reforçando a interoperabilidade entre as Forças Aéreas e Navais, na vigilância marítima e operações de Segurança. Nos últimos anos, tem estado aberto a todos os membros da Iniciativa (Iniciativa 5+5 Defesa, 2015).

1.3.5.3. *Seaborder*

É considerado o maior evento militar realizado no seio da Iniciativa (DGPDN, 2015). Trata-se de um exercício aeronaval conjunto e combinado, com a finalidade de exercitar operações de Segurança marítima e de salvaguarda da vida humana, como contributo da ação do Estado no mar, para fazer cumprir as leis nacionais e internacionais aplicáveis. Teve a sua última execução em 2015, com a participação de 15 meios navais e aéreos de Espanha, França, Itália, Marrocos, Portugal e Tunísia (EMGFA, 2015).

⁴ Plataforma aérea civil que manobra, suspeitamente, usando-se como uma arma, indicando a possibilidade de um ataque terrorista (Iniciativa 5+5 Defesa, 2008).



1.3.6. Posicionamento de Portugal no contexto da Iniciativa

Portugal tem reunido uma simpatia especial junto dos países do Magrebe, situação que decorre, quer da dimensão histórica, quer de, num passado recente, não terem existido relações de colonialismo com aqueles países, ao contrário do que acontece com outros parceiros europeus (DGPDN, 2015). Portugal teve a presidência durante o ano 2013, onde conseguiu dinamizar a Iniciativa, como afirmou o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional. “(...) julgo termos contribuído significativamente para o aumento de capital de confiança que hoje estrutura o relacionamento privilegiado entre as duas margens do mediterrâneo ocidental. (...). Portugal quer continuar a contribuir para os objetivos comuns desta Iniciativa (...)” (Torres, 2014).

Mais relacionado com o tema, realça-se o encontro de Chefes de Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), que teve lugar em outubro de 2015 e que foi organizada pela FAP, em Lisboa. No final, os Chefes, ou seus representantes, com a exceção dos ausentes (Líbia, Malta e Mauritânia), na declaração conjunta, afirmaram “(...) que mantêm o alerta no sentido de manter a concentração nos perigos eminentes que ameaçam a região.” (Lounes, et al., 2015).

1.4. A Força Aérea Portuguesa: a cooperação no seu planeamento

Com a confirmação do Conceito Estratégico Militar 2014 (CEM 2014) e consequentes Missões das Forças Armadas 2014 (MIFA 2014) e Sistema de Forças 2014 (SF 2014), foi elaborada a Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar. Esta diretiva, válida para o quadriénio 2014-2018, enuncia que “(...) deverão ser tidas em consideração as oportunidades proporcionadas pelas iniciativas de Smart Defence, (...) e Pooling & Sharing, (...)” (MDN, 2014b).

A 18 maio de 2015, é publicada a nova Lei de Programação Militar (LPM), onde a Força Aérea tem inscritas dez medidas, mais cinco ao nível dos serviços centrais (AR, 2015). Ver anexo A.

Segundo o anterior CEMFA, a FAP “(...) é uma Força Aérea equilibrada, relativamente pequena na sua dimensão, mas bem equipada com meios modernos (...) com capacidade em colaborar em todo o espectro de missões, seja no âmbito nacional ou internacional.”. E acrescenta, “(...) sinto que gostam de trabalhar connosco, (...) é a grande vantagem de ter homens e mulheres extremamente competentes (...)” (Pinheiro, 2014).

A FAP tem participado em inúmeras missões com os seus aliados e mantém um olhar no futuro, tendo uma visão a um horizonte de 2030 (FAP, 2014b).



1.5. Edificação de Capacidades Militares em cooperação

Desde 2008, consequência da crise económica, a situação da edificação de CM deteriorou-se. Na tentativa de superar este desafio, a UE anunciou o P&S. Numa iniciativa semelhante, a NATO apresentou, na cimeira de Chicago, em 2010, a *Smart Defence* (Hristov, 2014). Em paralelo, existem outros processos em andamento, na área da cooperação de Defesa (Möckli, 2012).

1.5.1. *Smart Defence*

Nos dias de hoje, onde a partilha, devido à evolução tecnológica, é quase instantânea, parece um contrassenso que esta iniciativa, ao nível da Defesa, não esteja a ser fácil de implementar, apesar de alguns programas de sucesso⁵. Na verdade, os países ainda não assimilaram, por completo, certas consequências implícitas, difíceis de ultrapassar: a perda parcial de soberania, a partilha de custos, que, por vezes, ainda são elevados, e, a não disponibilidade permanente das CM (King, 2013).

1.5.2. *Polling and Sharing*

Após a guerra da Líbia, as lições identificadas, a retirar para a Europa, são claras: forças pequenas e descoordenadas devem-se mobilizar e especializar para fazer poupanças, evitar o desperdício de recursos e otimizar capacidades nos setores de Defesa, espalhados pela Europa (Faleg e Giovannini, 2012, p. 10). Mas, esta constatação levanta problemas aquando da sua solução. Segundo Maio (2013, p. 11), “Efetivamente o P&S não é mais do que uma nova fase da cooperação na defesa, desenvolvida pela UE, com resultados modestos. A duvidosa performance está relacionada com (...) soberania dos Estados, as suas diferentes perspetivas relativamente aos riscos e ameaças consoante os espaços sub-regionais em que se inserem e as capacidades a submeter ao P&S.”.

1.5.3. Outras iniciativas

Na Europa, outras iniciativas emergiram com é demonstrativo na figura 1.

⁵ A transformação de bombas convencionais em munições guiadas, liderada pela Holanda; a iniciativa da Alemanha em Transporte Aéreo Estratégico e o conhecimento partilhado da República Checa em matérias *Chemical, Biological, Radiological and Nuclear* (CBRN) com vista a criar um nicho na matéria. (Johnson, LaBenz e Driver, 2013, p. 43).



Figura 1 - Cooperação de Defesa sub-regional na Europa

Fonte: (Möckli, 2012)

Este tipo de cooperação sub-regional tem os seus propósitos e deve ser considerada como complementar do P&S e do *Smart Defence* e acabará por reforçá-los (Möckli, 2012, p. 4).

1.6. Modelo de Análise

Este trabalho observa a orientação metodológica dos trabalhos de investigação no IUM, de acordo com o estabelecido na NEP/ACA - 010 (IESM, 2015a) e na NEP/ACA - 018 (IESM, 2015b), seguindo uma abordagem do tipo indutivo e hipotético-dedutivo.

Este estudo foi conduzido de acordo com uma estratégia essencialmente qualitativa, mas com contributos quantitativos relevantes, numa lógica de reforço. A recolha de dados foi assente, principalmente, em entrevistas semiestruturadas, na observação não participante e na análise documental. As entrevistas foram conduzidas a personalidades nacionais e internacionais, de diferentes áreas de origem.

Os dados recolhidos foram sujeitos a uma análise de conteúdo e foram um forte contributo para responder às Questões levantadas e confirmar as Hipóteses formuladas no início da investigação.

O estudo seguiu um desenho de pesquisa do tipo ‘Estudo de Caso’, com um percurso de investigação, que foi estruturado em três fases, a exploratória, a analítica e a conclusiva.

Na primeira fase, a exploratória, foi revista a literatura referente ao tema e estabelecida a metodologia a seguir no processo de investigação e o modelo de análise a adotar.

Na segunda fase, a analítica, foi feita a recolha de dados, através de diferentes técnicas, designadamente a análise documental e a entrevista e feito o tratamento e análise dos dados.



Finalmente, na terceira fase, a conclusiva, são apresentadas as conclusões, destacando os contributos da investigação e as decorrentes recomendações.

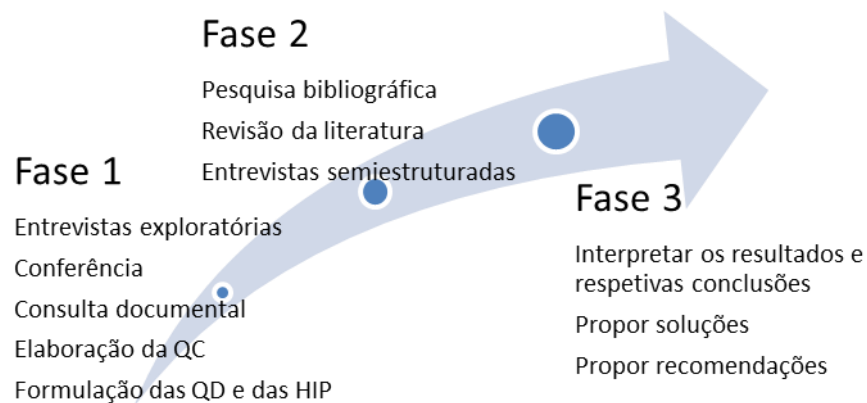


Figura 2 - Percurso metodológico

Fonte: (o autor, 2015)



2. Capacidades e Competências Aéreas

Após a revisão da literatura, interessou identificar as CM e as CA, que poderão ser potenciadas em cooperação. Nesse sentido, caracterizámos o Poder Aéreo existente, no âmbito da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’. A FAP será descrita no próximo capítulo.

2.1. O Poder Aéreo na ‘Iniciativa 5+5 Defesa’

A área do Mediterrâneo ainda é um lugar de desenvolvimentos assimétricos e um cenário de diferentes linhas de descontinuidade. Constitui uma área de fronteira entre as principais religiões monoteístas, antigas metrópoles e ex-colónias e, também, entre o Norte e o Sul (Núñez, 2102, p. 4). É natural que estas assimetrias também sejam refletidas ao nível das FFAA dos países em estudo, nomeadamente, quanto às CM e CA e respetivo emprego, como é ilustrativo nos Sistemas de Armas (SA) de cada país (ver apêndice A). No entanto, no investimento militar, o Norte de África e a Europa Ocidental e Central encontram-se em contraciclo, conforme demonstra a figura 3. Isto deve-se, em muito, ao facto de a Argélia ser o país africano com maiores gastos de Defesa, com 11,9 mil milhões de dólares, um aumento de 12% em relação ao ano antecedente⁶ (Perlo-Freeman, et al., 2015, p. 5).

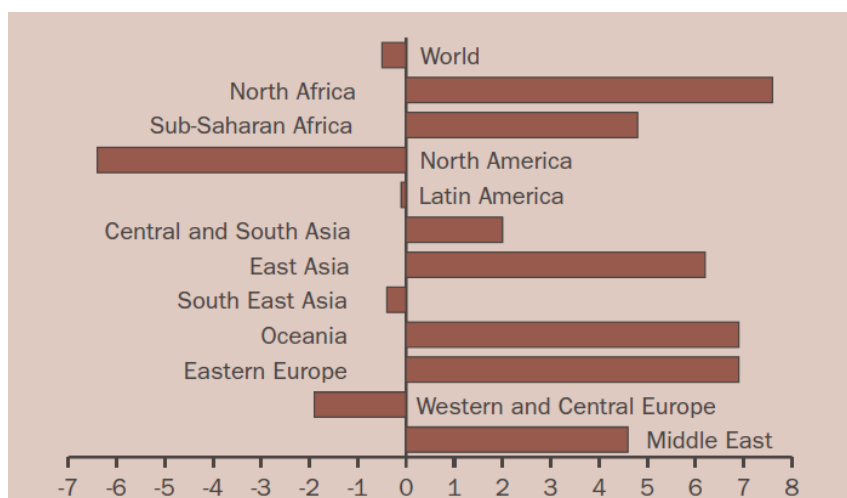


Figura 3 - Variação percentual nas despesas militares por região - 2013/14

Fonte: (Perlo-Freeman, et al., 2015, p. 5)

2.1.1. Argélia

A Força Aérea Argelina (FAA) foi formada depois da independência, em 1962, com as primeiras aeronaves a serem adquiridas à antiga União Soviética, ao Egito e aos Estados Unidos da América (EUA). No seu início, e até ao fim dos anos 70, a Força Aérea era baseada em aeronaves de combate soviéticas como MiG-21, SU-7, IL-28 e MiG-15, entre outras, no total de 230 unidades de combate (AA, 2015).

⁶ Dados de 2014.



A FAA participou na guerra do *Yom Kippur*, sob um comando unificado egípcio, com aeronaves MiG-21, que foram, sobretudo, utilizadas para proteger a região do Cairo. Entraram também, em combate, MiG-17 e SU-7, em missões de bombardeamento, tendo havido aeronaves abatidas dos três tipos (WHE, 2016a).

Entre 1970 e 1991, 90% das importações de armas convencionais de grande porte, por parte da Argélia, era soviética. Durante este período, a Argélia foi o oitavo maior destinatário das exportações de armas desse país, com uma quota de 4%. Em 2004, adquire 22 bombardeiros táticos SU-24 e seis reabastecedores IL-78. A Rússia manteve-se o maior fornecedor da Argélia, com a proposta do presidente Putin, em 2006, de perdoar uma dívida, em troca da encomenda de aeronaves. Assim se justifica o atual poderio aéreo da Argélia, com aeronaves sofisticadas, que foram adquiridas na última década, como os MIG-29 e os SU-30 (GS, 2014).

Nos últimos anos, a FAA tem continuado a fazer um esforço de modernização, não comum para a região, onde se realça a recente encomenda de 12 SU-34, caças de quarta geração, para substituir os, já desatualizados, MIG-25. Encontram-se também em curso negociações, para efetuar a modernização da frota de SU-24 (Nkala, 2016).

Apesar de a FAA ser considerada, tradicionalmente, a Força Aérea no Magrebe mais eficaz, doutrinariamente ainda se encontra afastada das suas congéneres europeias da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’. A apresentação das suas CM e CA, aquando da última reunião de CEMFA da Iniciativa, foi exemplificativa deste afastamento. No entanto, foi focado que a troca de informação entre Forças Aéreas é positiva e deve ser encorajada, de forma a contribuir para a Segurança (FAP, 2015).

Embora a Argélia seja, militar e tradicionalmente, um cliente da Rússia, nos últimos anos tem-se aproximado da indústria de Defesa europeia, para diversificar e modernizar as suas forças. No entanto, refira-se que, entre 2007 a 2011, a UE negou 17 pedidos para exportar equipamento militar à Argélia, nalguns casos relacionados com direitos humanos dos países de destino final do armamento (Grebe, 2013, pp. 22-23).

2.1.2. Espanha

O uso do Poder Aéreo pela Espanha remonta a 1913, com a guerra colonial em África. Mais tarde, com a guerra civil (1936-39), este país foi palco da utilização de aeronaves de combate, diretamente no conflito, por parte dos alemães e dos russos, em apoio aos Nacionalistas e aos Republicanos, respetivamente, tendo como episódio marcante o bombardeamento aéreo à cidade de Guernica, com a destruição do seu centro e a morte de



1600 civis, por parte das forças Nacionalistas. Mas, é só nos anos 50 que a Força Aérea Espanhola (FAE) inicia uma modernização, deixando de ter como base as aeronaves alemãs obsoletas, ainda da Segunda Guerra Mundial. Este facto deveu-se aos acordos de uso das Base Aéreas, por parte dos EUA, e ao desenvolvimento da sua indústria aeronáutica. Durante toda a Guerra Fria, foi uma Força Aérea moderna, com um poderio baseado nos caças americanos F-4 e F-5 e nos franceses *Mirage III* e F-1 (GS, 2013a).

A entrada na NATO, em 1982, coincide com o processo de aquisição de 72 EF-18, que entram ao serviço em 1986. Em conjunto com o mais moderno *Eurofighter-Typhoon*, que está operacional desde 2003, formam a linha da frente do Poder Aéreo espanhol dos dias de hoje, sendo esta completada com aviões de Transporte, de Patrulhamento Marítimo, de Treino e Helicópteros (EA, 2013).

A FAE, é uma força moderna e está empenhada em missões das Organizações Internacionais, como são exemplo o *Baltic Air Policing*, e, mais recentemente, o destacamento de mísseis antiaéreos *Patriot* para a Turquia, no âmbito da NATO, e um avião de Patrulhamento Marítimo, na Operação Atalanta da UE (MDE, 2016).

O CEMFA espanhol não participou na última reunião da Iniciativa, devido a um acidente com um Helicóptero *Super PUMA*, que provocou a morte aos seus tripulantes, nas vésperas da reunião (SR, 2015). No entanto, tiveram uma participação ativa, avançando com ideias novas de cooperação, nas áreas de Calibração de Ajudas-Rádio e Fotografia Aérea de apoio ao mapeamento, sem descorar as áreas, já existentes, de Defesa Aérea, Busca e Salvamento e Combate aos Incêndios Florestais (FAP, 2015).

2.1.3. França

A França, como potência nuclear, mantém até 300 ogivas lançadas por submarinos e aviões de combate. Em fevereiro de 2015, o presidente François Hollande reafirmou esse limite de ogivas, que fora anunciado, pela primeira vez, pelo ex-presidente Nicholas Sarkozy em 2008 (NTI, 2015). Encontra-se num patamar muito diferente dos outros nove países da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, sendo o quinto maior orçamento de Defesa ao nível mundial, (ver figura 4). Refira-se, ainda, que 0,2% da despesa total de Defesa anual insere-se no campo da Investigação e Desenvolvimento (I&D), só ultrapassada, na UE, pela Grã-Bretanha, com 0,5% - dado importante na Europa, onde os gastos dos outros países, neste campo, são desprezíveis (Eurostat, 2015). Não admira que França tenha sido o quinto maior exportador de armas, entre 2010 e 2014, mesmo tendo reduzido 27%, em relação aos cinco anos antecedentes (Wezeman e Wezeman, 2015, p. 3).

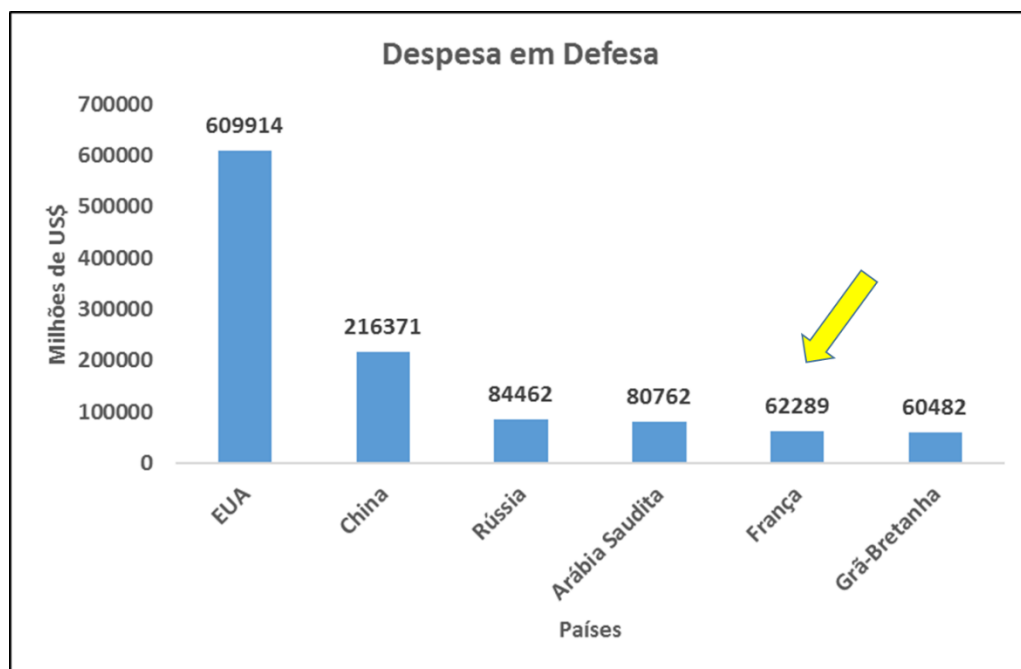


Figura 4 - Os seis maiores orçamentos de Defesa em 2014

Fonte: adaptado pelo autor (SIPRI, 2016)

Ao nível convencional, a Força Aérea Francesa (FAF) (ver apêndice A) é uma força tecnologicamente evoluída, organizada e estruturada. Desde que voltou à estrutura militar da NATO, em 2009, foi integrada na única missão permanente da NATO, a Defesa Aérea. Mas, só a 10 junho de 2015 é que passa a fazer parte do *NATO Integrated Air and Missile Defence System* (NATINAMDS), com a particularidade, única, do seu espaço aéreo estar dividido, em termos de responsabilidade, entre o *Combine Air Operation Centre* (CAOC) de Uedem e de Torrejon (AAC, 2015).

2.1.4. Itália

País berço do General Giulio Douhet, considerado um visionário e autor do livro ‘O Domínio do Ar’, publicado pela primeira vez em 1921 e onde afirma, mais tarde, no prefácio da segunda edição: “Se as minhas ideias tivessem sido aceites e postas em prática, não haveria necessidade desta segunda edição do meu livro.” (Douhet, 1927). Carregando toda uma herança deste teórico do Poder Aéreo, a Força Aérea Italiana (FAI) é hoje uma Força em transformação, que pretende adaptar-se de acordo com dois princípios, oriundos do *European Air Chiefs Conference* (EURAC):

- prontidão do emprego de longo alcance, mobilidade e flexibilidade, que habilitem uma intervenção imediata ao decisor político, a fim de conter situações de crise internacional, com as possíveis consequências inerentes;



- um rácio custo-eficácia elevado, baseado numa decisiva supremacia tecnológica, capaz de garantir objetivos políticos com rapidez, reduzindo os custos relacionados com a ação militar contínua e minimizar a perda de vidas humanas (FAI, 2015).

Prova desta evolução, é a aquisição, com coprodução em Cameri, de 90 F-35 *Lightning II*, avião de combate de quinta geração. Este SA irá substituir um conjunto de CM, constituído por 253 aeronaves (AMX, AV-8B e *Tornado*), minimizando, assim, custos de operação, em linha com os princípios orientadores citados (Lockheed Martin, 2015). O próprio CEMFA Italiano, General Preziosa, tem uma aposta muito forte nesta aproximação moderna ao Poder Aéreo, quando diz “Para ser hoje eficaz no poder político, democrático e diplomático é necessário ter instrumentos que sejam flexíveis, ágeis, fiáveis e escaláveis.”, mas acrescenta que, devido às restrições financeiras, “(...) precisamos de partilhar em termos de capacidades, e, a fim de fazê-lo, temos de assegurar que as forças podem trabalhar efetivamente juntas.” (Preziosa 2011, cit. por Laird, 2014).

O Livro Branco de Defesa, italiano, publicado em 2015, apesar de manter a UE e a NATO como prioritárias, defende que a Itália deverá ter um forte papel, se não mesmo a liderança, na região à qual chama Euro-Mediterrâneo. No entanto, nota-se que esta região, nos interesses e preocupações italianas, inclina-se mais para o Mediterrâneo Oriental, com a exceção da Líbia, por motivos históricos (Darnis, 2015).

Durante a conferência de CEMFA da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, o CEMFA Italiano reconhece que as quatro áreas de preocupação da FAI são: a imigração; o Afeganistão, acrescentando que a experiência não tem sido brilhante; o Iraque e o Mediterrâneo. Apresentando, depois, uma panóplia de CM e CA, como, Treino, Reabastecimento Aéreo, *Drones*, Transporte Aéreo, Policiamento Aéreo, Patrulhamento Aéreo, Evacuação Aérea e Meteorologia, entre outras (FAP, 2015). Esta exposição, no entanto, pode ser interpretada como diplomacia económica, no sentido de partilhar custos de projetos italianos, com os parceiros da Iniciativa.

2.1.5. Líbia

A Força Aérea Líbia (FAL), criada em 1951, teve a sua primeira aquisição de aeronaves de combate em 1967, com 10 F-5 (AA, 2016a). Já no período em que Kadhafi esteve no poder, entre 1969 e 2011, era a maior e mais moderna Força Aérea do Magrebe. Sozinha, tinha mais aeronaves de combate que os outros quatro países juntos, conforme o gráfico da figura 5 ilustra. Devido ao corte de relações com os EUA, a capacidade de



sustentação e manutenção dos F-5 foi-se deteriorando. O poderio aéreo foi sendo construído com aeronaves soviéticas, numa clássica exportação de material militar da Guerra Fria.

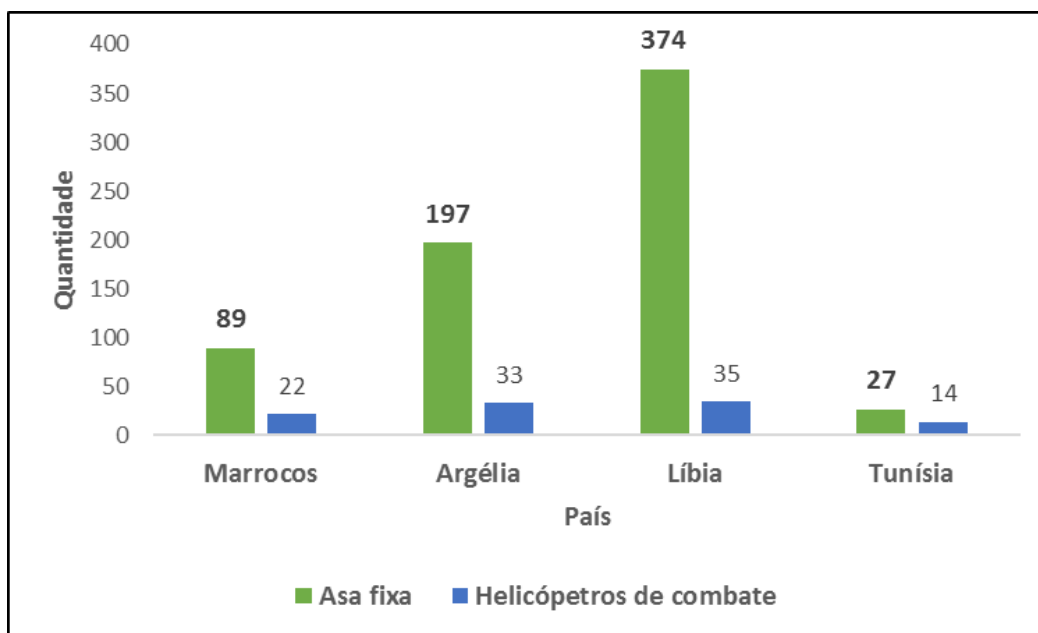


Figura 5 - Total de aeronaves de combate dos países do Magrebe⁷ em 2010

Fonte: adaptado pelo autor (Cordesman, Burke e Nerguizian, 2010, p. 72)

Com esta assistência, a FAL foi organizada com uma esquadra de bombardeiros, três esquadras de caça-interceção, cinco esquadras de ataque ao solo, uma esquadra de contrainsurgência, nove esquadras de helicópteros e três brigadas de Defesa Aérea, com sistemas de mísseis SA-2, SA-3 e *Crotale*. No entanto, a operação era largamente sustentada com apoio externo dos soviéticos e de outros países, como a ex-Jugoslávia, Paquistão, Coreia do Norte, África do Sul e até pilotos sírios. O Poder Aéreo Líbio dessa era tinha uma doutrina pobre, o que afetava largamente o emprego dos meios (GS, 2015a). Prova disso, em certa medida, foi o abate de dois caças SU-22 em 1981, por dois F-14 da Marinha Norte Americana (Giordani, 2014). Outro facto relevante, foi o de não ter havido descolagens, por parte da aviação líbia, para contrariar o raide aéreo americano a Bengasi e Trípoli, em abril de 1986 (WD, 2011).

Com o dobrar do século, a Líbia, com uma década decorrida do desmantelamento da União Soviética, volta-se para o Ocidente e tenta reatar relações diplomáticas com os EUA. Para isso, foi crucial o abandonar do seu programa nuclear e o assumir de responsabilidades e respetivas indemnizações, no atentado de 1988, ao voo 103 da *Pan Am* em *Lockerbie*, bem

⁷ A Mauritânia não é representada devido à sua diminuta Força Aérea.



como a entrega, para serem julgados, de dois alegados responsáveis. Estes atos levaram ao levantamento das sanções da ONU, no verão de 2003 (Levertt, 2004).

Esta abertura da Líbia é coincidente com a criação da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ e, inclusive, com uma forte aposta da política externa portuguesa na Líbia, com tendência económica⁸, que atinge o seu ponto alto com a vinda a Portugal de Kadhafi, para a Cimeira UE-África em 2007. Na sequência, a OGMA⁹ passa a efetuar a manutenção aos C-130 líbios (Ribeiro, 2008). Ao nível das Forças Aéreas também houve uma aproximação, com comitivas da FAL a visitar a FAP em 2005 e 2009 (Mais Alto, 2009, p. 55).

Mas, com a Primavera Árabe a chegar à Líbia, inevitavelmente, a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1973 vai conduzir à pró atividade do governo Francês. Sarkozy informa Hillary Clinton e David Cameron que caças franceses estavam em rota para a Líbia, dando início às hostilidades, durante a própria cimeira, para discutir a Resolução. Estes primeiros ataques, a 17 de março de 2011, têm a particularidade não de tentar neutralizar a Defesa Aérea Líbia, mas antes atacar outros alvos, contrariamente à doutrina convencional das Forças Aérea ocidentais (Anrig, 2011, p. 89).

A operação *Odyssey Dawn* decorreu durante 12 dias, liderada pelos EUA, antes de a NATO tomar o Comando e Controlo (C2), numa clara demonstração de Poder Aéreo, levando a cabo a operação *Unified Protector*, que teve a sua última missão voada em 31 outubro de 2011 (NATO, 2015).

Estas intervenções bélicas tiveram como resultado o depor do regime de Kadhafi pelos rebeldes e o mergulhar da Líbia numa situação muito instável, como é prova a morte do embaixador americano em 2012 (BBC, 2012). Vive-se em estado de guerra civil entre o governo reconhecido internacionalmente e a facção dos rebeldes *Libya Dawn*, considerados islamitas radicais (Cafiero e Wagner, 2015). Com este panorama, o poderio da FAL, após esta ter sido praticamente destruído nas operações mencionadas, pode ser considerado residual. No entanto, durante o ano de 2015, conseguiu produzir saídas operacionais para atacar os rebeldes, com aeronaves MIG-21, fornecidas pelo Egito e sediadas no aeroporto internacional de Tobruk (Pakistan Defence, 2015).

A prova de que a FAL está ativamente a utilizar estes meios, foi a denúncia efetuada pela *Human Rights Watch* (HRW), na pessoa do seu diretor executivo da divisão de

⁸ Entre 2006 e 2010 as exportações portuguesas para a Líbia aumentaram 70% (Araújo, 2011).

⁹ Indústria Aeronáutica de Portugal.



armamento, Steven Goose, de que o governo líbio terá usado bombas de fragmentação, em Ben Jawad e em Sirte, no início de 2015 (HRW, 2015).

Esta instabilidade terá contribuído para a não comparência na última reunião de CEMFA da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’. A Líbia continua a enfrentar o domínio de grupos terroristas, em certas parcelas do seu território, e cai sobre o cenário de uma nova intervenção da NATO, para suster esse ímpeto (Rafi, 2016). Mas, a assinatura do ‘Acordo Político da Líbia’ em Marrocos, a 17 de janeiro de 2016, traz nova esperança ao país, conforme referido pelo Secretário Geral da ONU. “Estou confiante que a assinatura do acordo vai colocar a Líbia de volta no caminho da construção de um Estado democrático baseado nos princípios da inclusão, dos direitos humanos e do estado de direito.” (Ki-moon, 2016).

Assim sendo, no âmbito deste trabalho, a FAL encontra-se numa situação muito precária, a precisar de reconstruir toda a estrutura de uma Força Aérea capaz de corresponder às exigências da situação presente e futura.

2.1.6. Malta

Pode-se considerar que o primeiro voo efetuado em Malta foi o de um hidroavião *Short Tipo 135*, a 13 de fevereiro de 1915, pertencente ao porta-aviões HMS *Ark Royal*, que efetuou um voo de 35 minutos (CBM, 2015).

Após a influência da Grã-Bretanha, que terminou com a independência em 1964, Malta tornou-se uma República, em 1979, e aderiu à UE em 2004. As FFAA de Malta, com a saída de todas as tropas britânicas, em 31 de março de 1979, deram maior ênfase ao treino militar, em reconhecimento da grande responsabilidade que assumiram, como responsáveis pela Defesa de um Estado independente e neutro (GS, 2015b).

O Poder Aéreo maltês está concentrado numa *Air Wing*¹⁰. Os seus meios estão descritos no apêndice A e executam as seguintes missões:

- Vigilância Marítima;
- Busca e Salvamento;
- Evacuações Médicas;
- Transporte de Altas Entidades;
- Reconhecimento Aéreo;
- Escolta e Segurança;
- Transporte de Tropas.

¹⁰ Uma unidade organizacional de aviões militares, que pode ter até 75 aviões (MWD, 2015).



A *Air Wing* de Malta recebe, ainda, o apoio italiano de dois helicópteros AB-212 de Busca e Salvamento. Aliás, esta missão é assegurada, permanentemente, por um *Rescue Coordination Centre* (RCC), tendo como responsabilidade a *Malta Search and Rescue Region* (SRR), com uma extensão de 225 Km². Esta *Air Wing* tem capacidade para lançar, do ar, um bote salva-vidas, em qualquer parte da SRR, através do *Beechcraft King Air*, especialmente modificado para o efeito. A vertente aérea das FFAA de Malta mantém uma direta cooperação com a FAI, incluindo o voo de missões com tripulações mistas (AFM, 2015).

Malta foi, também, um dos países que não participou na última reunião de CEMFA da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, correspondendo a uma certa falta de empenho, conforme já mencionado, nos projetos a seu cargo, no âmbito da Iniciativa.

2.1.7. Mauritânia

Desde a sua independência, em 1960, a Mauritânia tem sido um país pobre do Sahel, com poucos recursos, e manteve-se dependente de ajuda internacional ao desenvolvimento. Entre 1975 e 1984, a economia estagnou. Este período foi acompanhado por problemas socioeconómicos, devido ao colapso dos preços do ferro, secas duradouras, e as consequências desastrosas do envolvimento da Mauritânia na guerra do Sara Ocidental (BTI, 2014, p. 3). Em março de 2011, a Mauritânia adotou o plano de ação do terceiro Documento Estratégia de Redução da Pobreza¹¹, cobrindo os anos de 2011 a 2015, com vista a implementar políticas económicas, sociais e de desenvolvimento institucional (FMI, 2013).

Com estas preocupações, as FFAA da Mauritânia, em geral, e a Força Aérea Mauritânia (FAM), em particular, não têm tido grande investimento e são uma imagem do próprio país. A FAM possui uma modesta capacidade de combate, que consiste em alguns aviões de instrução armados e *Tucanos*, recebidos de França, em 2010. Tem grandes lacunas no Transporte Aéreo, o que, combinado com as longas distâncias entre cidades e a dispersão de pistas, levou ao favorecimento de aeronaves de asa fixa, embora tenha adquirido, recentemente, alguns helicópteros ligeiros (AA, 2016b).

No entanto, nota-se uma vontade de modernização, sendo exemplo a aquisição, ao Brasil, de A-29 *Super Tucanos* (AFT, 2012), e, à Itália, de helicópteros *AgustaWestland AW109 Power* (AW, 2013). Um sinal de aproximação aos EUA é a aquisição, através do

¹¹ Plano que define uma estratégia coesa e abrangente, que serve de ponto de partida para as políticas específicas, para acelerar o crescimento e reduzir a pobreza, apoiadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 1999).



Foreign Military Sales, de um *Cessna C208B Grand Caravan*, que será modificado para ter capacidade de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (ISR).

Realça-se a ausência de representação na conferência de CEMFA da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, mas regista-se que, em março de 2015, o CEMFA mauritano visitou, oficialmente, o seu congénere espanhol (FAE, 2015).

2.1.8. Marrocos

Após a independência de Marrocos, em 1956, a Força Aérea Real Marroquina (FARM) só foi criada, como ramo independente, em 1964. Desde então, tem crescido, gradualmente, em tamanho e capacidade, com a ajuda, principalmente, da França e dos EUA. A FARM viveu um momento conturbado, com a tentativa de abate do avião real, a 6 de agosto de 1972, por seis F-5, num golpe de estado falhado. O piloto do *Boeing 727* que transportava o Rei, nessa ocasião, foi nomeado Inspetor Geral¹² da FARM, o que teve um impacto determinante no desenvolvimento da mesma, devido à sua dinâmica. Esta nomeação contribuiu para uma atualização dos meios, pouco antes do conflito do Sara, com a aquisição de aviões de ataque *Mirage F-1*, *Beech T-34C* de instrução, helicópteros *PUMA*, e novos aviões de transporte C-130, para substituir os mais antigos. A modernização da frota de F-5 e a compra de 24 *Alpha Jet* veio, também, contribuir para este aumento de poderio (GS, 2015c).

Hoje, a FARM é uma Força Aérea voltada para o futuro, tendo adquirido 24 T-6 de instrução e, principalmente, a nova frota de aviões de combate com 24 F-16C e D, bem como equipamentos e armamento associados, tais como *Joint Helmet Mounted Cueing Systems*, *AIM-120 C7 Advanced Medium Range Air-to Air Missiles* e variados tipos de mísseis e bombas guiadas (Farmorocco, 2013).

Este investimento tem como base as tensões existentes com a Argélia, originadas nos diferendos sobre o Sara Ocidental. Por esse motivo, tem havido uma aposta em equipamentos de Guerra Eletrónica e mísseis antirradiação, diretamente relacionado com as características da FAA: um maior número de aviões de combate do que a FARM e uma forte Defesa Aérea (Stratfor, 2014).

Outro aliado de Marrocos, que contribuiu para este investimento, foi a Arábia Saudita, facto que levou Marrocos a participar com F-16 na campanha aérea contra o Iémen, em 2015,

¹² O equivalente a CEMFA.



numa coligação liderada pela própria Arábia Saudita. Este envolvimento já provocou o abate de uma das aeronaves, por parte dos rebeldes Hutis¹³ (BBC, 2015a).

Durante a reunião de CEMFA da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, onde o Inspetor Geral da FARM se fez representar, foi dada uma abertura, no sentido de criar mecanismos de cooperação, na área do desenvolvimento de capacidades, tendo sido apontadas, no entanto, como principais obstáculos ao progresso neste campo, a disparidade tecnológica ainda existente e a competitividade entre as indústrias de Defesa (FAP, 2015).

2.1.9. Tunísia

Considerando as dimensões geográficas do país, e, quando comparada com as outras Forças Aéreas da região, a Força Aérea da Tunísia (FAT) é relativamente pequena. A FAT tem as suas origens na criação da Arma do Ar, em 1959. Mas, as primeiras aeronaves só são adquiridas um ano mais tarde: oito *Saab* 91 foram transferidos da Suécia, após pilotos e mecânicos terem recebido formação naquele país nórdico. Durante a década de 60, com o apoio do governo francês, a FAT recebe três MD315 de transporte e doze T-6 *Harvards*. Mas, é em 1965 que a FAT passa à era-jato, com a receção de oito MB326 italianos para treino avançado, já numa preparação para os 12 F-86, que foram entregues pelos EUA, em 1969. Estes viriam a ser substituídos, em 1975, pelos próprios MB326, numa nova aquisição, após uma tentativa falhada de compra de A-4 aos EUA (Scramble, 2016h).

Apesar de, atualmente, a FAT assentar o seu Poder Aéreo em duas esquadras, uma de F-5 e a outra de MB362 (ver apêndice A), com aeronaves já obsoletas, consegue manter uma capacidade, algo limitada, de combate ar-ar diurno e de ataque ligeiro, em cenários onde não exista ameaça antiaérea (Cordesman e Nerguizian, 2009, p. 83).

No entanto, nos últimos anos, a FAT tem feito um esforço de modernização, tendo adquirido, em 2015, dois C-130J e estar prevista, para este ano, a entrega de oito helicópteros UH-60M *Black Hawk*, armados com mísseis *Hellfire*. Este esforço é entendido como uma aproximação aos EUA e a respetiva vontade em combater o islamismo radical (USDS, 2015).

2.2. Síntese conclusiva

Após o estudo das Forças Aéreas dos países que fazem parte da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, concluímos que aquelas se encontram em patamares muito diferentes, desde logo pela discrepância que existe entre a margem Norte e a margem Sul, apesar do desacelerar de

¹³ Os Hutis são membros de um grupo rebelde do Iémen que também é conhecido como *Ansar Allah* (‘Partidários de Deus’, em tradução livre), que seguem uma corrente xiita do islamismo. (BBC, 2015b).



investimento dos primeiros, em contraciclo com os segundos. Nota-se uma FAA e uma FARM em expansão, não abdicando da modernização; uma Tunísia num nível mais baixo, mas dando passos importantes com as últimas aquisições aos EUA, à semelhança do que acontece com a Mauritânia, com a aquisição dos *Super Tucanos*. A Líbia ainda recupera das consequências da intervenção militar da NATO e de o facto de se ter tornado um Estado extremamente instável, sendo a FAL uma imagem desta situação.

Quanto aos países europeus, destaca-se a grande disparidade entre Malta e os restantes, que, pertencendo à NATO, mantêm padrões de operacionalidade e de interoperabilidade semelhantes, independentemente de os quantitativos serem diferentes, em concordância com a dimensão dos orçamentos de Defesa de cada um.



3. A Força Aérea Portuguesa e mecanismos de cooperação

A caracterização da FAP e o conhecer de todo o seu potencial e áreas de interesse foi essencial numa aproximação, pragmática, aos novos mecanismos de cooperação estudados.

3.1. A Força Aérea Portuguesa

A FAP tem por missão principal “(...) participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos da Constituição e da lei, sendo fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças.” (PCM, 2014). Desde a sua criação como ramo independente, a 1 julho de 1952, manteve sempre uma aposta na tecnologia, nomeadamente em meios aéreos modernos e sofisticados, capazes de cumprir a missão, em toda a sua extensão. Para isso, também tem contribuído o constante investimento em pessoal preparado, coeso e motivado (MDN, 2015a).

3.1.1. Visão e Nível de Ambição

A FAP tem como visão “Uma força, baseada numa organização flexível, inovadora e prestigiante, apoiada na segurança como fator crítico da missão, capaz de operar em missões conjuntas e combinadas, devidamente preparada para gerar poder aéreo com meios (...) sustentados por uma logística agilizada, baseada numa estrutura modular que facilita processos de ativação expeditos.” (MDN, 2015a, p. 118). O seu NA é ajustado à sua missão e às capacidades que possui. Para isso, tem que ser capaz de projetar e sustentar até três destacamentos aéreos de pequena dimensão, ou, um destacamento aéreo por um período alargado. E, mesmo quando estes destacamentos são ativados, terá sempre que garantir a vigilância e controlo do espaço aéreo, bem como, missões de interesse público e a execução das ações cometidas no âmbito da Autoridade Aeronáutica Nacional (MDN, 2015b, p. 11).

3.1.2. Dispositivo e Capacidades

A FAP, para cumprir com a sua missão, integra o Dispositivo de Forças 2014 (DIF 2014) com os seus órgãos e sistemas de C2, e, ainda, forças, unidades e meios. Para uma melhor compreensão deste dispositivo, ver apêndice A.

No âmbito do ciclo de planeamento de forças, após a aprovação do SF 2014, e, na consequente revisão da LPM, a FAP empenhou-se em participar, ativamente, no processo, de modo a manter as suas atuais CM atualizadas e projetar as suas necessidades no futuro.



Estando o SF 2014 dividido em sete Áreas de Capacidade¹⁴ (AC), a FAP tem edificadas, ou em projetos de edificação 12 CM¹⁵, que contribuem para essas AC. Num horizonte a 2030, mantém-se atenta às constantes evoluções tecnológicas e identifica CM, que fazem parte do seu plano de investimento, tendo como finalidade determinar todas as necessidades, no âmbito da programação militar, permitindo, dessa forma, alinhar os ciclos de curta duração (quatro anos), com uma perspetiva de investimento a longo prazo. Este plano serviu de sustentação para os trabalhos da última de revisão da LPM, que terminou com a publicação da mesma (FAP, 2014b). Esta lei baseia-se em reequipamentos para um período de três quadriénios (AR, 2015).

3.1.3. Análise das necessidades da Força Aérea Portuguesa

Com a publicação da LPM, o investimento em CM ficou delineado até 2026, (ver anexo A) com revisões de quatro em quatro anos, sendo as medidas da LPM correspondentes às CM do SF 2014, com a exceção da Luta Ar-Solo/Superfície, que foi integrada na Medida de Luta Aérea e Defensiva e as CM, Apoio ao Desenvolvimento e Bem-estar e Cooperação e Assistência Militar, que são materializadas por meio de outras CM do SF 2014.

Foram, assim, identificadas pela FAP, lacunas atuais e futuras, que tentarão ser colmatadas, com a execução da LPM. Dessa identificação e da própria Lei são consideradas as seguintes principais linhas de ação:

- a substituição dos radares do continente no terceiro quadriénio e a reavaliação da pertinência estratégica do ARS¹⁶ Açores, assim como a edificação dos radares no arquipélago.

- no SA F-16 preconiza-se a própria modernização da plataforma aérea, a atualização do *software* operacional, a modernização do simulador tático e dos *POD*¹⁷ de *Targeting* e de Guerra Eletrónica e, ainda, a substituição dos mísseis AIM-9, bem como a regeneração de motores até 2024.

¹⁴ Comando e Controlo; Emprego da Força (*Engage*); Conhecimento Situacional (*Inform*); Mobilidade e Projeção; Proteção e Sobrevivência; Sustentação; Autoridade, Responsabilidade, Apoio e Cooperação.

¹⁵ Comando e Controlo Aéreo; Vigilância, Detecção, Identificação e Intervenção no Espaço Aéreo; Luta Aérea Ofensiva e Defensiva; Luta Ar-Solo/Superfície; Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento Terrestre e Marítimo; Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial; Busca e Salvamento; Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação da Força; Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea; Apoio ao Desenvolvimento e Bem-estar; Cooperação e Assistência Militar e Reservas de Guerra.

¹⁶ O ARS equivale ao conjunto de um *Air Control Centre* (ACC) com um *Recognized Air Picture Production Centre* e com um *Sensor Fusion Post* (Guillerm, 2012).

¹⁷ Mecanismo de fixação longo e estreito, que está ligado a uma aeronave para o transporte de motores, armas, combustível extra ou equipamentos (CDO, 2016).



- a integração do *Link 16* e do *Identification Friend or Foe* (IFF) modo 5 e a modernização de mísseis e torpedos do SA P3.
- a manutenção e atualização das CM de operações aéreas¹⁸ do SA P3.
- os programas de atualização da CM de instrução elementar, básica e avançada de pilotos em asa fixa e helicópteros.
- a modernização, atualização ou substituição do SA C-130.
- a contribuição para a edificação da CM Vigilância Reconhecimento e Patrulhamento (VRP), através de um SA baseado em *Unmanned Aircraft Vehicles* (UAV) (FAP, 2014b).

Além destas linhas de ação, a FAP tem a necessidade, constante, de ter as suas CM operacionais, de modo a poderem ser empregues, através da manutenção de todos os seus elementos¹⁹, a níveis adequados. Assim, uma cooperação internacional, que contribua para que estes elementos sejam robustos e que ajudem a edificar as CM e as CA, são vias plausíveis, em prol da eficiência e da eficácia.

3.2. Cooperação em Capacidades Militares e Competências Aéreas

Atendendo ao tema, optou-se por enveredar por uma análise no âmbito da cooperação multilateral. No entanto, considera-se que os acordos bilaterais existentes (ver apêndice B) podem ser um precursor de algo semelhante ao nível multilateral.

3.2.1. Cooperação multilateral da Força Aérea Portuguesa

Foram analisadas formas de cooperação na FAP, que pudessem contribuir para uma solução adequada à ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ e que servisse, também, os propósitos das necessidades da FAP.

3.2.1.1. *Multinational Fighter Program*

Sendo Portugal já um país membro da NATO quando a FAP foi criada, é natural que cedo tenha enveredado por projetos cooperativos internacionais. Fruto dessas origens é o sucesso que tem sido a participação, desde 2000, na iniciativa *Multinational Fighter Program* (MNFP), uma parceria entre os EUA e países europeus²⁰, operadores de F-16, que formam a *European Participating Air Forces* (EPAF). O MNFP é um programa que celebrou 40 anos, em 2015, e tem sido um caso de sucesso (SBAP, 2015). Este sucesso deve-se, em muito, à EPAF, que mantém a plataforma de armas operacionalmente capazes, com

¹⁸ *Anti-Submarine Warfare/Anti-Surface Warfare, Electronic Warfare, C2 e Information, Surveillance, Target Acquisition, and Reconnaissance.*

¹⁹ DOTMLPPII - Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade.

²⁰ Bélgica, Holanda, Dinamarca, Noruega e Portugal.



as sucessivas atualizações de *software* e com o benefício da eficiência dos custos partilhados (MDN, 2015a, p. 140). No terreno, a EPAF é consubstanciada na CM combinada da *Expeditionary Air Wing* (EAW), constituída como uma Unidade Aérea Multinacional, com capacidade autossustentada, para equipar e operar um destacamento de F-16 (Olsen, 2014, p. 148).

3.2.1.2. *Africa Maritime Law Enforcement Partnership*

O *Africa Maritime Law Enforcement Partnership* (AMLEP) é um programa que permite às nações parceiras africanas construir a CM de Segurança Marítima e melhorar a gestão dos recursos desse ambiente, através de operações reais de policiamento combinadas (USAFRICOM, 2016). Com a execução de cada operação, os países participantes partilham conhecimentos e experiências, contribuindo para edificar as próprias CM, com o benefício de estarem, em simultâneo, a manter a Segurança da região (Young, 2012).

Em janeiro de 2015, a FAP, no âmbito do exercício *Junction Rain*, operou um P-3 a partir do aeroporto da Praia em Cabo Verde. Durante oito dias, foram efetuadas missões com as Marinhas e as Forças Aéreas de Cabo Verde, Senegal, Gana e EUA, totalizando 36 horas de voo (PF, 2015).

3.2.1.3. *European Air Transport Fleet*

A *European Air Transport Fleet* (EATF) é um projeto que tem o objetivo de melhorar a CM de Transporte Aéreo na UE. A EATF fornece uma parceria flexível para as frotas de Transporte Aéreo, nacionais e multinacionais, dos países participantes. Estuda a maneira como os diferentes meios de Transporte Aéreo são adquiridos, operados e suportados, conseguindo, de uma forma integrada, garantir uma utilização mais eficiente dos mesmos.

Tendo iniciado atividade em 2012, tem hoje, com 20 EM, onde se inclui Portugal, os seguintes projetos principais:

- acordo de autorizações de sobrevoo diplomáticas permanentes;
- exercício de transporte aéreo *European Air Transport Training* (EATT), que foi realizado em Portugal em 2015;
- curso de Transporte Aéreo;
- simpósio de Transporte Aéreo;
- programa de manutenção comum do C-27J.

O programa tem a ambição de ser o coordenador de todo o Transporte Aéreo da Europa (EDA, 2014a).



3.2.1.4. *Helicopter Exercise Program*

O acordo do programa foi assinado por 13 EM contribuintes, em novembro de 2012. É liderado pela *European Defence Agency* (EDA) e prossegue o objetivo de melhorar as capacidades operacionais das tripulações de helicópteros, em toda a Europa. O programa assenta em exercícios que aumentam a interoperabilidade, através da partilha de experiências operacionais, uso de táticas, técnicas e procedimentos comuns. Portugal organizou, com sucesso, durante três anos consecutivos (2012, 2013 e 2014), o denominado exercício *HOTBLADE*, que é a peça fulcral do programa (EDA, 2014b).

3.2.2. *Nordic Defence Cooperation*

Na consecução dos objetivos deste Trabalho de Investigação Individual (TII), o estudo de uma cooperação de Defesa mais madura, foi uma mais valia. A escolha recaiu na NORDEFECO, por esta organização, constituída pela Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia, ser considerada, por vários autores, um modelo de cooperação avançado, e, onde as lições identificadas têm sido usadas como referência para outros fóruns de cooperação militar e de Defesa (Rieker e Terlikowski, 2015).

3.2.2.1. *Historial*

A cooperação Nórdica foi iniciada em 1952, com a criação do Conselho Nórdico, tendo a Finlândia só aderido em 1955 (NC, 2016). Na década de 60, os Ministros da Defesa nórdicos reuniam regularmente, principalmente para discutir a cooperação no domínio das missões de manutenção da paz da ONU (Ojanen, 2014, p. 2). No entanto, a cooperação na área da Segurança e da Defesa nem sempre era fácil, devido às diferentes orientações políticas de segurança dos países nórdicos. A Dinamarca, a Islândia e a Noruega, como membros da NATO, enquanto a Suécia e a Finlândia mantiveram a sua neutralidade durante a Guerra Fria (Isojärvi e Lehtonen, 2011).

A cooperação existente durante essa era limitava-se a ações sobre a égide da ONU, como foram exemplos a *United Nations Emergency Force* (1956-67) e a *Nordic Stand-by Forces in United Nations Service*, em 1964. Com a entrada da Finlândia e da Suécia (1995) para a UE, foram criadas condições para haver uma cooperação mais estreita e em áreas ainda não exploradas. Foi o caso da, então recém-criada (1994), *Nordic Armaments Cooperation*, com o objetivo de encontrar oportunidades para o desenvolvimento, aquisições e manutenção comuns, em material de Defesa, e, uns anos mais tarde (1997), da *Nordic Coordinated Arrangement for Military Peace Support*, que assumiu a coordenação das missões da ONU, incluído as áreas do treino e formação. Em 2003, a Islândia adere a estas



iniciativas e, em 2008, é criada, já com os cinco membros, a *Nordic Supportive Defence Structures*, que nasce de um estudo conjunto das FFAA da Noruega e da Suécia, numa tentativa de minimizar custos e limar as diferenças, por pertencerem, uma à NATO e outra à UE, apesar da primeira ter um estatuto de país participante na EDA e o outra ser *Partner for Peace* (PfP) da NATO (MDS, 2016, p. 24).

Em 2009, é assinado o Memorando de Entendimento entre os cinco Ministros da Defesa, criando a NORDEFECO, que assume as responsabilidades das suas antecedentes e dinamiza todo o processo de cooperação para o futuro (van Voss, Major e Mölling, 2013, p. 7).

3.2.2.2. Estrutura

Segundo Dahl (2014), a NORDEFECO é uma organização de baixo custo, com uma cooperação de Defesa pragmática e que tem um baixo nível de burocracia. Toda a cooperação é voluntária, significando que, apesar de todos os projetos estarem abertos a todos os membros, estes não são obrigados a participar.

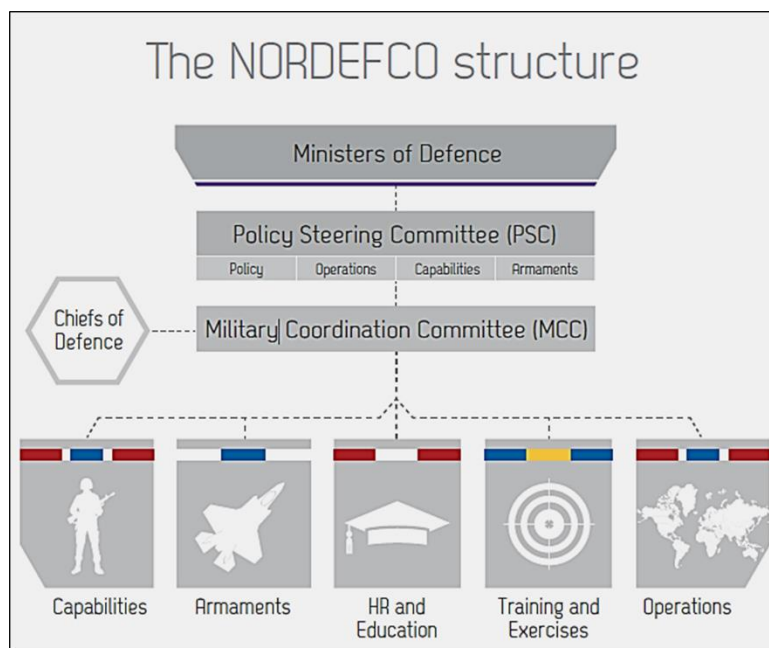


Figura 6 - Estrutura da NORDEFECO

Fonte: (MDNor, 2015)

Na figura 6 apresenta-se a atual estrutura da NORDEFECO, que, como se pode observar, assenta em cinco áreas de cooperação, divididas por quatro países membros, os mesmos que efetuam a rotação anual da presidência. A Islândia, devido ao facto de não possuir FFAA, não assume funções desta dimensão.



3.2.2.3. Áreas de cooperação

As cinco áreas estão subordinadas ao Comité Militar de Coordenação (CMC) e são constituídas por representantes, ao nível de Coronel/Capitão-de-mar-e-guerra. Estes conseguem ter a autoridade necessária para a tomada de decisão nacional pertinente e adequada, a fim de cumprir os objetivos das áreas. A principal missão das áreas é coordenar os membros dentro das mesmas e têm o poder de criar grupos de trabalho para atividades específicas, sob a sua alçada. As recomendações das áreas são levadas à decisão do CMC, para depois serem aprovadas politicamente. As áreas cobrem todo o espectro da Defesa, mas o seu foco é, temporalmente, diferente (NORDEFECO, 2016).

3.2.2.4. Avaliação e lições identificadas

É unânime, entre vários autores, que, como iniciativa regional de cooperação, a NORDEFECO é a que mais tem vingado e atingido os seus objetivos. No entanto, segundo Saxi (2013), não tem sido um caminho isento de retrocessos e deceções. A soberania dos países ainda continua a ter um peso muito importante nas decisões. Como exemplo, foi a retirada abrupta da Noruega de um projeto comum de artilharia, devido à insatisfação do local de armazenamento conjunto de munições, num depósito na Suécia, por esta se ter recusado a assinar a garantia de fornecimento de munições, em caso de crise. Entre as Forças Aéreas, por vezes, também há conflitos, especialmente quando se trata de aquisições. A Noruega adquiriu o F-35, tendo a Suécia ficado dececionada por a escolha não ter recaído no seu *Gripen*. Aquando da aquisição do NH-90, apesar da Noruega, a Suécia e a Finlândia terem entrado no consórcio, optaram por versões diferentes e nunca conseguiram chegar a acordo para haver manutenções comuns.

Mas, mesmo assim, existem lições identificadas positivas, que podem ser aplicadas, com as devidas adaptações, a outras iniciativas do género, descritas por Valasek (2011), como ‘Cooperações em Ilha’. Ele afirma que será este o caminho a seguir na área da cooperação militar, criticando as grandes iniciativas como o P&S e a *Smart Defence*, que não servem os interesses de todos os membros, especialmente dos parceiros de média e pequena dimensão.

Nas Forças Aéreas dos países da NORDEFECO, encontramos dois exemplos projetáveis para outras ‘Cooperações em Ilha’, tal como pode ser considerada a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’. São eles a *Cross-Border Training* (CBT) e um exercício aéreo de intensidade alta.



3.3. Novos mecanismo de cooperação

Segundo Breitenbauch (2014), em termos genéricos, existem dois modelos diferentes para cooperação regional, que se focam nas diferentes parcelas da política de Defesa de cada país.

O primeiro, a cooperação a montante, assenta num país principal, que se assume como peça central de um projeto cooperativo, enquanto outras nações gravitam à sua volta. São, geralmente, projetos de desenvolvimento de CM completas ou aquisições comuns. A Alemanha, normalmente, segue este tipo de cooperação, sendo que esta modalidade é extremamente exigente, devido a todo um processo de alinhamento de ideias e vontades.

O segundo, a cooperação a jusante, muito apreciada pelos britânicos, insere-se nas operações e na utilização do produto do planeamento de Defesa, as CM, de uma forma combinada, para potenciar as mesmas e ter uma maior economia de recursos. Este tipo de cooperação é bem refletido no Tratados da Casa de *Lancaster*²¹, entre a França e o Reino Unido.

3.3.1. A NORDEFECO como modelo

A NORDEFECO usa uma aproximação mista. O seu documento estratégico, *Nordic Defence Cooperation 2020*, determina que deverá ser aprofundada a cooperação de Defesa, com o objetivo de haver sistemas similares, armamentos comuns, interoperabilidade e soluções partilhadas, para colmatar lacunas e insuficiências. Deverão ser, ainda, criadas soluções eficientes, com base num entendimento compartilhado, do potencial conjunto e dos desafios mútuos, coordenando operações, recursos humanos, formação e exercícios (MD NORDEFECO, 2013).

Mesmo considerando que quatro das áreas de cooperação, ver figura 6, são de montante, a inserção articulada da quinta área (Operações) eleva a cooperação a um grau superior, com os respetivos dividendos, e abre, aos seus membros, um leque de oportunidades de participação. Esta modalidade permite, ainda, efetuar o desenvolvimento de CM de terceiros, bem como uma aproximação, progressiva e cumulativa, dos elementos de uma CM, até à edificação completa (Breitenbauch, 2014, pp. 148-153).

3.3.2. Aplicação na ‘Iniciativa 5+5 Defesa’

Apesar das duas iniciativas estudadas serem, numa primeira análise, diferentes, pudemos estabelecer paralelismos que nos permitiram deduzir mecanismos de cooperação

²¹ A 2 de novembro de 2010, os governos franceses e britânicos assinaram dois tratados de cooperação de Segurança e de Defesa por um período de 50 anos (Gomis, 2011).



adaptáveis à ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, em geral, e, especificamente, no que concerne às CM e CA.

Tabela 2 - Comparação de caraterísticas entre iniciativas

Caraterísticas	Inic. 5+5 Defesa	NORDEFECO
Possui uma estrutura	Sim	Sim
Exercícios conjuntos	Sim	Sim
Possui projetos com sucesso	Sim	Sim
Desequilíbrio entre EM	Sim	Sim
Organizações Internacionais diferentes	Sim	Sim
Número de EM	10	5
Edificar CM de terceiros	Não	Sim
Paridade na indústria de Defesa	Não	Não
Suporte político	Sim	Sim
Dimensão das Forças Aéreas	Diferente	Diferente
Zona de conflitos na região	Sim	Sim
Interesse na segurança regional	Sim	Sim

Fonte: (autor, 2016)

Analisada a tabela 2, construída com base no descrito anteriormente, conseguiram-se estabelecer paralelismos importantes entre as características das duas iniciativas, que possibilitam adaptações de mecanismos de cooperação da NORDEFECO, para a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’. Mesmos as áreas a sombreado²², que identificam diferenças, não foram impeditivas de prosseguir o caminho traçado para este estudo.

Considerou-se que o diferencial existente no número de EM é relevante, sendo que um número mais elevado, se torna desfavorável à cooperação multilateral. No entanto, sabendo de uma aproximação do NORDEFECO aos três estados bálticos, no âmbito da denominada *Nordic-Baltic Cooperation* (NB8), os traços de semelhanças elevam-se, visto este fórum ser comparável ao Diálogo 5+5 (MNEEst, 2013). No que diz respeito à edificação de CM a terceiros, considera-se que, tanto a Líbia, como mesmo a Mauritânia, poderiam beneficiar desta abertura, por parte dos outros EM da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’. Já quando se analisam as estruturas, apesar de estas existirem em ambas as iniciativas, e, estarem definidas as suas

²² Em relação às estruturas das Iniciativas, apesar de ambas existirem, são diferentes.



funções e responsabilidades, na NORDEFECO, a estrutura utilizada é-o a um nível mais permanente e tem um maior poder interventivo.

3.3.3. Mecanismos de cooperação

Segundo um relatório do *Finnish Institute of International Affairs* (Behr, et al., 2014, p. 42), existem quatro vantagens nas ‘Cooperações em Ilha’, sendo elas:

- avanços rápidos;
- flexibilidade e pragmatismo;
- consideração das potencialidades e dos interesses de cada EM;
- fomento da especialização.

Com base nestas características, na análise efetuada à NORDEFECO e atendendo à consecução dos objetivos deste TII, consideraram-se os seguintes mecanismos de cooperação:

3.3.3.1. *Cross-Border Training*

Utilizando como base o Manual da Iniciativa em Segurança Aérea (Iniciativa 5+5 Defesa, 2008), há espaço para evoluir para procedimentos de CBT. Esta cooperação, ao nível operacional, já efetuada entre Espanha e Portugal, seria um modo para estender para Sul essa mesma cooperação. A introdução deverá começar por pequenos passos, ao nível de aeronaves de transportes, ou mesmo helicópteros, passando, depois, para uma fase de aeronaves de combate.

3.3.3.2. Exercício aéreo de intensidade alta

Após oito anos consecutivos da execução do *Circaète*, com sucesso, considera-se haver espaço para evoluir para um exercício de maior intensidade. A FAP tem provas dadas em exercícios deste tipo, como é exemplo o *Real Thaw*²³. Havendo o conhecimento e a capacidade nacional na organização de exercícios aéreos de intensidade alta, a FAP poderá iniciar uma evolução, por etapas, do *Circaète*, para cenários mais exigentes e complexos e ser esta uma forma de contribuir para edificar várias CM e CA, em simultâneo, para além de aumentar a confiança entre os intervenientes em operações aéreas (Lourenço, 2016).

3.3.3.3. Formação e Instrução

Numa dimensão multinacional, este mecanismo deverá ter uma aproximação ao nível dos cursos técnicos, como exemplo, o de Mecânico de Material Aeronáutico ou o de Controlador Aéreo. Para abranger todos os EM, seria publicado um catálogo de cursos que

²³ Exercício anual organizado pela FAP, que tem por finalidade avaliar e certificar a sua capacidade operacional, proporcionando treino, qualificação e aprontamento às várias unidades, perspetivando uma possível projeção de forças (FAP, 2016).



estariam abertos aos países interessados, com o respetivo número de vagas existentes, anualmente, para o ano seguinte.

O Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA), localizado na Ota, seria o local ideal para acolher esta iniciativa, visto possuir capacidade sobrança para ministrar os cursos (ver apêndice C) potenciando, assim, as suas valências. Esta cooperação fortalece a confiança entre militares, elevando a cooperação a outros níveis, ao mesmo tempo que cada EM consegue mais um elemento na edificação de CM e CA (Tendeiro, 2016)

3.3.3.4. Edificação a terceiros

É uma área mais permissível ao nível dos acordos bilaterais. No entanto, a cooperação NB8, considera-a um assunto central, devido ao facto dos estados bálticos terem a necessidade de edificar CM, muito concretamente para as suas Forças Aéreas. Relembra-se que, desde a sua entrada para a NATO, é a própria Organização que ainda assegura o Policiamento Aéreo da região, através de uma rotatividade de alguns EM, entre eles, Portugal.

No seio da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, existem Forças Aéreas com um elevado grau de desproporcionalidade. Nesse sentido, existindo vontade cooperativa para ajudar as Forças Aéreas menos desenvolvidas a edificarem-se em CM e CA, abre-se uma janela de oportunidade, para fortalecer os laços de confiança e aumentar a segurança na região (Sanches, 2016).

3.4. Síntese conclusiva

A FAP é uma Força Aérea flexível, que participa em iniciativas de cooperação, onde obtém sinergias em proveito próprio, alavancando as suas CM e CA, através dos elementos do DOTMLPPII, contribuído, ao mesmo tempo, para os objetivos dos grupos e organizações em que se insere.

Depois de uma análise à NORDEFECO, uma cooperação militar nórdica, que tem tido sucesso entre as suas pares de ‘Cooperação em Ilha’, conclui-se que, após um historial de cooperação positiva entre os países participantes, cresceu para uma estrutura robusta e matura com cinco áreas de cooperação, que originam mecanismos de partilha, que podem ser adaptados à ‘Iniciativa 5+5 Defesa’.



4. Modelo de cooperação

Após terem sido identificados novos mecanismos de cooperação, adequados à ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, no que concerne à edificação de CM e CA, interessou saber como é que estes poderão ser implementados, utilizando um modelo.

4.1. O modelo

A ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ é uma das raras iniciativas, do género, onde a cooperação multilateral tem tido algum sucesso no campo da Segurança, segundo Lecha (2014, p. 3), devido, em muito, ao tipo de cooperação funcional e, por vezes, até com um grau técnico elevado. Notou-se, no entanto que, apesar de existir um Comité Diretor ao nível político, existe uma lacuna de coordenação militar estruturada, como se vê na NORDEFECO, sendo a coordenação militar efetuada por projeto.

4.1.1. Coordenação militar

A coordenação militar tem sido boa na Iniciativa, mas é efetuada caso a caso, quando necessário, na percução de objetivos específicos, no cumprimento do plano de ação. Assim sendo, um Comité Coordenador Militar (CCM), seria o próximo passo a dar no caminho de elevar a cooperação, no geral, e, especificamente, na abertura de potencialidades para o levantamento de CM e CA.

Este CCM teria as funções de integrar os interesses dos EM, ao nível militar, e coordenar os vários projetos comuns de cooperação multilateral, acompanhar a sua implementação e propor novos projetos. A sua constituição seria ao nível de oficial General de uma estrela, para permitir algum poder de decisão, mas ao, mesmo tempo, manter a flexibilidade e o informalismo que é apanágio da Iniciativa. O CCM reportaria diretamente ao Comité Diretor, mantendo a estrutura militar de cada EM, no ciclo de informação, devido à subordinação de cada representante no CCM, para com a sua hierarquia (ver figura 7).

4.1.2. O quinto pilar

Após mais de uma década de existência da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, a opinião de vários autores, bem como a dos entrevistados (ver apêndice E), é de que existe espaço para a introdução de um quinto pilar. Atendendo às necessidades dos EM, e, tendo em conta a caracterização efetuada das Forças Aéreas, extrapolando para as FFAA, é evidente que um pilar onde a preocupação seja a edificação de CM, poderá ser uma mais valia para os EM e conseguirá projetar, ainda mais, a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, contribuindo, assim, para a Segurança da região onde se insere. Realça-se, ainda, que alguns EM estão numa fase embrionária de levantamento de CM e CA, devido a guerras ou a situações de instabilidade,



o que, por um lado, faz com que existam possíveis projetos, dos mais simples aos mais complexos, criando as respetivas oportunidades para a Iniciativa ter um papel relevante a desempenhar. Por outro, choca com a falta, por vezes, de interlocutores, extremamente necessários para estabelecer uma estrutura mais robusta.

4.1.3. Distribuição dos pilares

Havendo dez EM, é natural a repartição dos cinco pilares (os quatro existentes mais um de CM) pelos mesmos. A NORDEFECO reparte a responsabilidade das suas cinco áreas de cooperação por quatro EM, ficando a Islândia de fora (ver figura 6). Na ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, como o próprio nome indica, seria um alavancar das relações Norte-Sul, se cada dois países, das respetivas margens, repartissem um pilar. Considerando, também, a quantidade de acordos bilaterais existentes entre todos os países da Iniciativa, como é exemplo Portugal (ver anexo B), estes facilitariam a coordenação direta necessária, dentro de cada pilar.

4.2. Representação do modelo

Interessou efetuar um esquema do modelo, para uma melhor compreensão e análise das suas potencialidades.

4.2.1. Análise do modelo

A figura 7 mostra o modelo proposto. A atribuição dos EM, em pares, aos cinco pilares, é meramente ilustrativo, visto que esta teria que ser alvo de discussão e entendimento consensual. Realça-se a novidade do CCM e do quinto pilar.

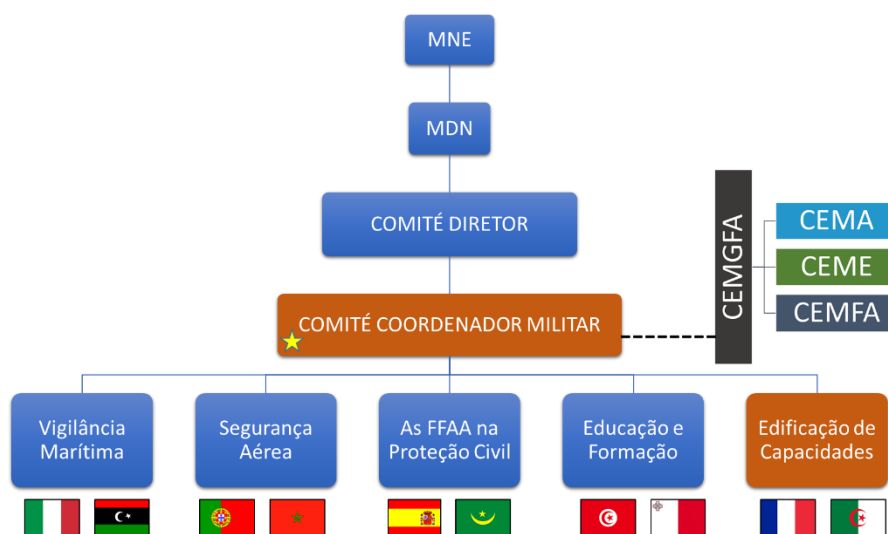


Figura 7 - Modelo proposto de cooperação da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’

Fonte: (autor, 2016)



Este modelo, que, aparentemente, poderá levar a uma setorização dos pilares, pelos países responsáveis pelos mesmos, tem uma mais valia, ao solidificar o pilar, e, assim sendo, prevê-se que os outros EM tenham mais vontade em participar, por isso lhes ser mais benéfico e vantajoso. A especialização dos EM no pilar que lhes está atribuído, leva a uma focagem fundamental, para que esse pilar tenha projetos credíveis e que possam ser aproveitados por todos e, eleva, também, o sentido de responsabilidade dos EM pelos seus pilares.

4.3. Síntese conclusiva

Os novos mecanismos de cooperação podem ser traduzidos num modelo de cooperação, adaptado à ‘Iniciativa 5+5 Defesa’. Este modelo assenta na introdução de um CCM, que vai melhorar a coordenação ao nível militar, e, num quinto pilar, para além dos quatro já existentes, que acomoda o desenvolvimento de CM, dando, assim, a devida importância ao assunto. Neste modelo, também se recomenda que a responsabilidade de cada pilar seja dividida por pares de países, com representação de ambas as margens do Mediterrâneo, criando, assim, um sentido de pertença dinamizador e aumentando a simbiose Norte-Sul.



Conclusões

Procedimento metodológico seguido

Este trabalho seguiu a orientação metodológica dos trabalhos de investigação no IUM, de acordo com o estabelecido na NEP/ACA - 010 (IESM, 2015a) e na NEP/ACA - 018 (IESM, 2015b), seguindo uma abordagem do tipo indutivo e hipotético-dedutivo.

O estudo foi conduzido de acordo com uma estratégia essencialmente qualitativa, mas com contributos quantitativos relevantes, numa lógica de reforço. Foi efetuado, através de um desenho de pesquisa do tipo ‘Estudo de Caso’, tendo sido a investigação estruturada em três fases: a exploratória, a analítica e a conclusiva.

Os dados necessários para análise foram recolhidos, essencialmente, em entrevistas, na observação não participante e na análise documental. As entrevistas foram conduzidas de acordo com o tema do TII, tentando abranger um leque dissemelhante de personalidades nacionais e internacionais, conhecedoras do assunto e de diferentes áreas de origem.

Com os dados obtidos, foi efetuada uma análise de conteúdo, que contribuiu, em muito, para responder às Questões da investigação formuladas e confirmar as Hipóteses elaboradas no início deste TII.

Avaliação dos resultados obtidos

O propósito desta investigação foi o estudo do desenvolvimento de CM e CA, no seio da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, procurando contribuir para a identificação de novos mecanismos de cooperação entre os EM. Este intento foi vertido num OG e nos OE.

No primeiro capítulo, antes de efetuar o estado da arte da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, baseada na revisão da literatura, referindo todo o seu historial, que caminha para os 12 anos, e, os feitos alcançados com os seus projetos, mas sem esquecer os obstáculos que tiveram que ser ultrapassados para chegar à presente maturidade, foi contextualizada a geopolítica da região e caracterizados os fóruns de cooperação existentes na mesma. Também se verificou que Portugal dá relevância à Iniciativa, tendo a sua presidência de 2013 sido um ponto alto, para reafirmar a simpatia que goza no seio da mesma, em especial junto dos países do Magrebe. A conferência de CEMFA da Iniciativa, realizada em Lisboa, em outubro de 2015, reforçou a aproximação e respetiva confiança das Forças Aéreas, dando esperanças de cooperação no domínio aéreo.

Ainda no primeiro capítulo, o planeamento da FAP foi abordado e correlacionado com a edificação de CM e CA, enquadrando os documentos estruturantes da matéria, que são elucidativos quanto à aposta na cooperação multilateral, para o levantamento de CM. Nesse



sentido, constatou-se que há mecanismos atuais desta temática, como a *Smart Defence*, o P&S e outras de menor dimensão, mas, nem por isso menos relevantes, incluindo a dos países nórdicos, a NORDEFECO.

Com as ilações obtidas no primeiro capítulo, conjugadas com o descrito no capítulo dois, conseguiu-se atingir o OE1 e OE2, obtendo uma caracterização do Poder Aéreo dos países que fazem parte da Iniciativa do Mediterrâneo Ocidental. Com a respetiva análise, concluiu-se que, apesar de as Forças Aéreas serem díspares em termos de meios e potencial, abrangendo todo um espectro, desde uma potência nuclear como a França, com uma enorme indústria de Defesa, nomeadamente aeronáutica, até à Líbia que praticamente não tem Força Aérea, devido à guerra que o país enfrentou e que destabilizou por completo o Estado, existe matéria para, ao nível multilateral, haver possibilidade de cooperar, para edificar CM e CA.

No capítulo três, após uma análise sobre a visão da FAP, respetivamente no que concerne às CM e CA, e, como aquela participa em iniciativas de cooperação, conclui-se que é uma Força Aérea flexível, que vê a segurança como primordial, sendo capaz de efetuar missões conjuntas e combinadas, tem processos de ativação expeditos e um suporte logístico agilizado. A FAP tem um plano de investimento em CM, com um horizonte de 2030, que se inseriu na última revisão da LPM. Cooperativamente, dos quatro projetos estudados, conclui-se que é uma Força Aérea que consegue obter sinergias em proveito próprio, conciliando-os com os objetivos dos grupos onde está inserida, considerando-se, por isso, preparada para integrar novos mecanismos de cooperação.

Na investigação efetuada, que levou à resposta das QD1 e QD2, importa referir que se considerou uma CM como podendo “(...) ser (...) o conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar (...)” (MDN, 2014a, p. 39), sendo esses elementos expressos pelo acrónimo DOTMLPPII²⁴, mas não estanque aos mesmos. Constatou-se, assim, que qualquer contributo que eleve o nível de um elemento de uma CM ou CA, apesar de não edificar per si a própria, contribui para o seu levantamento. Foi com esta constatação que se considerou que qualquer CM ou CA pode ser potenciada, desde que haja a possibilidade de desenvolver um dos elementos em cooperação, entre os EM, respondendo, assim, à QD1 e confirmando a HIP1.

Tendo sido identificada a existência de CM e CA que podem ser potenciadas por mecanismos de cooperação, usando a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, a investigação levou-nos a procurar novos mecanismos de cooperação, que pudessem ser adaptados à Iniciativa em

²⁴ Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade.



estudo, identificando elementos do DOTMLPPII, que pudessem integrar esses mecanismos. Optou-se por efetuar um ‘Estudo de Caso’, de modo a retirar inferências sobre a matéria, em organizações mais experientes e maduras neste campo, utilizando as suas lições identificadas e processos de atuação.

Escolheu-se a cooperação em Defesa dos países nórdicos, a NORDEF, por esta ser considerada, por vários autores, a de maior sucesso, no conjunto das cooperações de Defesa regionais denominadas como: ‘Cooperações em Ilha’, que estão a proliferar, muito por culpa de algum insucesso das suas compartes de maior dimensão (P&S e *Smart Defence*). Apesar de a região, onde cada uma destas Iniciativas está inserida, ser bastante diferente (Norte da Europa versus Mediterrâneo Ocidental), quando comparadas em 12 características, chegou-se à conclusão que, em nove são semelhantes, duas delas aproximam-se, e, somente numa existe diferença.

Sabendo que as características de uma ‘Cooperação em Ilha’ são: avanços rápidos; flexibilidade e pragmatismo; consideração das potencialidades e dos interesses de cada EM e fomento da especialização, em conjunção com as deduções retiradas do estudo da NORDEF, conclui-se que os seguintes mecanismos poderão ser potenciadores de CM e CA, no seio da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’:

- *Cross-Border Training*
- Exercício aéreo de intensidade alta
- Formação e Instrução
- Edificação a terceiros

Respondemos, assim, à QD2 e confirmamos a HIP2, de que as CM e as CA podem ser potenciadas, com o recurso a novos mecanismos de cooperação.

Para finalizar o estudo, foi essencial propor um modelo de cooperação que pudesse acomodar estes mecanismos dentro da Iniciativa. Nesse sentido, no capítulo quatro, é feita uma adaptação do atual modelo existente, baseado no ‘Estudo de Caso’, em associação com os novos mecanismos elencados. Conclui-se que a entrada de uma nova área, o desenvolvimento de CM na estrutura, teria que ser equiparada às outras quatro já existentes, propondo-se, assim, a criação do quinto pilar na ‘Iniciativa 5+5 defesa’. Sendo este pilar, pelo menos numa fase inicial, suportado por mecanismos do tipo proposto (assente nos elementos de uma CM), e, requerendo estes uma coordenação mais ao nível operacional e tático do que político, levou-nos a acrescentar na estrutura da Iniciativa um CCM. Este



Comité deverá ter um nível de decisão considerável, para acolher este quinto pilar e fomentar os já existentes.

A distribuição de responsabilidades dos pilares por cada dois EM, numa simbiose Norte-Sul, fortalece estas relações e catalisa o desenvolvimento de projetos nos respetivos pilares, alavancando-os pelo sentido de pertença. Com este modelo, respondemos à QD3 e confirmamos a HIP3, de que a articulação entre CM e CA e os mecanismos de cooperação identificados podem ser traduzidos num modelo de cooperação.

Contributos para o conhecimento

A ‘Iniciativa 5+5 Defesa’, criada em 2004, oriunda do Diálogo 5+5 de 1990, já não é considerada nova, quando comparada com outros fóruns de cooperação de Defesa. É uma iniciativa que, devido a estar localizada na parte ocidental do Mediterrâneo, goza de alguma estabilidade que não existe a Este, apesar de já ter passado por situações conflituosas entre os EM, principalmente no que concerne à Líbia, mas não esquecendo as disputas entre Marrocos e a Argélia.

É neste cenário que a Iniciativa tem efetuado uma progressão pausada, mas que já produziu projetos de cooperação de sucesso. À semelhança de outras iniciativas do género, onde a edificação de CM está presente, também a ‘Iniciativa 5+5 Defesa’ atingiu uma maturidade que se aconselha a ir mais longe. Nesse sentido, o desenvolvimento de CM, e por sua vez CA, é um caminho a percorrer, para alcançar objetivos comuns de Segurança na região.

Este TII contribuiu para um maior conhecimento das Forças Aéreas dos dez EM da Iniciativa, o que possibilitou identificar CM e as CA dos mesmos e que podem ser utilizadas em cooperação. Ficou a conhecer-se a NORDEFECO, como exemplo de sucesso, e, com esse conhecimento apresentaram-se soluções para novos mecanismos de cooperação, que enriqueceram o saber, o que permitiu desenhar um modelo de cooperação, adaptado à ‘Iniciativa 5+5 Defesa’.

Recomendações e outras considerações de ordem prática

Tendo a noção que o modelo apresentado assenta no quinto pilar e nos próprios novos mecanismos de cooperação apresentados, e, como é apanágio da própria Iniciativa em causa, fará sentido que, após uma aprovação política, que poderá ter que ser trabalhada ao nível bilateral, para estimular o multilateralismo que se pretende, haja uma implementação faseada.



No entanto, o início do processo que levará a esta alteração, deverá ser debatido no Comité Diretor, mas este debate não será impeditivo, desde que haja vontade de alguns EM em dar início aos mecanismos de cooperação recomendados, mesmo sem a alteração da estrutura, que se julga ser mais morosa de alcançar.

Limitações da investigação e abertura para pesquisas futuras

A investigação deparou-se com uma primeira limitação, quando se confrontou com a impossibilidade de entrevistar todos os adidos de Defesa da Iniciativa, sendo, até, nalguns casos, impossível efetuar o contacto. Assim sendo, teve que se optar pela substituição das entrevistas planeadas inicialmente e por um maior apoio na documentação, de modo a atingir os objetivos propostos. Em segundo lugar, o tempo disponível e a não dedicação, por completo, ao TII, também foram limitações, mas em menor grau. Por último, na caracterização das Forças Aéreas dos dez EM, a falta de um documento único, atualizado e fidedigno, que ilustrasse os dispositivos aéreos, levou a que tivesse que ser utilizado um número elevado de fontes, com informação não coincidente, causando a necessidade de um cruzamento de dados minucioso, para a apresentação dos respetivos dispositivos.

Este TII abre a possibilidade de estudos semelhantes para CM e Competências na Marinha e no Exército, assim como, será um primeiro passo, que interessa prosseguir, no caminho para estudar o mecanismo de edificação de CM, de raiz. Este processo será mais complexo, pela necessidade de um maior entendimento dos EM, de um investimento financeiro mais elevado e implicará o envolvimento de outras entidades, mas não deixará, com certeza, de também contribuir para a Segurança na região.



Bibliografia

- AA, 2015. *Algerian Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.arabaviation.com/en-us/airpower/algerianairforce.aspx>, [Acedido em 6 janeiro 2015].
- AA, 2016a. *Libyan Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.arabaviation.com/en-us/airpower/libyanairforce.aspx>, [Acedido em 17 janeiro 2016].
- AA, 2016b. *Mauritania Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.arabaviation.com/en-us/airpower/mauritaniaairforce.aspx>, [Acedido em 19 janeiro 2016].
- AA, 2016c. *Royal Moroccan Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.arabaviation.com/en-us/airpower/moroccanairforce.aspx>, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- AA, 2016d. *Tunisian Republic Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.arabaviation.com/en-us/airpower/tunisianairforce.aspx>, [Acedido em 1 março 2016].
- AAC, 2015. *Allied Air Command - France becomes part of NATINAMDS*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.aco.nato.int/france-becomes-part-of-natinamds>, [Acedido em 10 janeiro 2016].
- AFM, 2015. *Air Operations*. [Em linha]. Disponível em: <http://afm.gov.mt/en/operationsanddeployments/natops/searchandrescue/Pages/airops.aspx>, [Acedido em 16 janeiro 2016].
- AFT, 2012. *Mauritania Air Force receives first A-29 Super Tucano aircraft*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.airforce-technology.com/news/newsmauritania-a-29-super-tucano/>, [Acedido em 20 janeiro 2016].
- Alexandre, A. G., 2016. *O exercício Sea Border - A cooperação na Iniciativa 5+5 Defesa* [Entrevista]. Lisboa (11 março 2016).
- AM, 2016. *Operazioni*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.aeronautica.difesa.it/Operazioni/Nazionali/combato/Pagine/combato.aspx>, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- Anrig, C. . F., 2011. *Allied Air Power over Libya - A Preliminary Assessment*. *Air & Space Power journal*, Winter, 89-109.
- AR, 2013. *Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional* (Lei 28/2013 de 12 de abril), Lisboa: Diário da República.
- AR, 2015. *Lei de Programação Militar* (Lei Orgânica 7/2015 de 18 de maio), Lisboa: Diário da República.
- Araújo, 2011 cit. por Lusa, 2011. *Programas de partilha de equipamento respondem apenas a "parte das limitações"*, avisa CEMGFA. *Diário de Notícias*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/programas-de-partilha-de-equipamento-respo>



- [ndem- apenas-a- parte-das-limitacoes-avisa-cemgfa-2144759.html](#), [Acedido em 29 dezembro 2015].
- Araújo, P. P., 2011. Sócrates, Chavez e Kadafi: um ponto em comum. *Económico-Financeiro*, 25 fevereiro.
- AW, 2013. *AW1058 Mauritania AW109 Power Order*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.finmeccanica.com/en/-/mauritania-aw109-power-order>, [Acedido em 20 janeiro 2016].
- Baier, F. L., 2002. *50 More Questions Every Airman Can Answer*. Maxwell: Air University Press.
- Barbosa, P., 2010. *A Parceria Euro-Mediterrânica*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. FEUC.
- BBC, 2012. *US confirms its Libya ambassador killed in Benghazi*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-19570254>, [Acedido em 18 janeiro 2016].
- BBC, 2015a. *Yemen conflict: Houthi rebels 'down Moroccan warplane'*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-32688816>, [Acedido em 21 janeiro 2016].
- BBC, 2015b. *Saiba quem são os hutis, os rebeldes que derrubaram o governo do Iémen*. [Em linha]. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150123_huties_rebeldes_saudita_fn, [Acedido em 16 fevereiro 2015].
- Behr, T., Jokela, J., Ojanen, H., Raik, K., Sinkkone, T., Stocchetti, M. e Tamminen, T., 2014. *Multi-speed Europe? Differentiated integration in the external relations of the European Union*, Helsíquia: Finnish Institute of International Affairs.
- Berger, A., 2013. *Após 25 anos, atentado de Lockerbie ainda é cercado de enigmas*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/ap%C3%B3s-25-anos-atentado-de-lockerbie-ainda-%C3%A9-cercado-de-enigmas/a-17305650>, [Acedido em 17 fevereiro 2016].
- Branco, J. A., 2014. *5+5 Defence Presidência Portuguesa 2013*. Lisboa: MDN.
- Breitenbauch, H., 2014. Strengthening Nordic-Baltic Defense Capabilities: Open NORDEFCO to the Baltic States. In: *Advancing US-Nordic-Baltic Security Cooperation*. Zurique: Center for Transatlantic Relations. Cap. 12.
- BTI, 2014. *Mauritania Country Report*, Gütersloh: Bertelsmann Stiftung.



- Cafiero, G. & Wagner, D., 2015. *Four Years After Gaddafi, Libya Is a Failed State*. [Em linha]. Disponível em: <http://fpif.org/four-years-after-gaddafi-libya-is-a-failed-state/>, [Acedido em 18 janeiro 2016].
- CBM, 2015. *€2 Commemorative - Centenary of the first flight from Malta*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.centralbankmalta.org/commemorative-coins-2015-first-flight>, [Acedido em 19 janeiro 2016].
- CDO, 2016. *Meaning of "pod" in the English Dictionary*. [Em linha]. Disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/pod>, [Acedido em 16 fevereiro 2016].
- CEMRES, 2015. *CEMRES*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.cemres.org/cemres/>, [Acedido em 2 janeiro 2016].
- CFMTFA, 2016. *Oferta formativa do CFMTFA*. Ota: CFMTFA.
- Cordesman, A. H., Burke, A. A. e Nerguizian, A., 2010. *The North African Military Balance*. Washington D.C.: CSIS.
- Cordesman, A. H. e Nerguizian, A., 2009. *The North African Military Balance*. Washington D.C.: CSIS.
- Costa, M. F., 2015. *Relatório FAP da Conferência Final de Planeamento do Circaète 15*. Lisboa: FAP.
- CSDN, 2014. *Sistema de Forças 2014*. Lisboa: MDN.
- Daguzan, J. F., 2011. Southern Europe and the Mediterranean: National Approaches and Transatlantic Perspectives. *GMF Paper Series*. Mediterranean Paper Series 2011, 7-20.
- Dahl, A. S., 2014. *NORDEFECO and NATO: "Smart Defence" in the North?*. Roma: NATO Defence College.
- DAP, 2016. *Glossary*. [Em linha]. Disponível em: <https://dap.dau.mil/glossary/pages/1936.aspx>, [Acedido em 17 fevereiro 2016].
- Darnis, J. P., 2015. The White Paper: A Strategy for Italy's Defence Policy - The European dimension of the White Paper. *Documenti IAI*, junho, 15-18.
- Defens'Aero, 2015. *Le parc aéronautique 2015 de l'Armée de Terre, l'Armée de l'Air, et la Marine Nationale*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.defens-aero.com/2015/09/parc-aeronautique-2015-armee-de-terre-armee-de-l-air-marine-nationale.html>, [Acedido em 27 janeiro 2016].
- DGPDN, 2015. *Ponto de situação da Iniciativa 5+5 Defesa*. Lisboa: DGPDN.



- DGPDN, 2016. *Acordos, memorandos e outros instrumentos bilaterais no âmbito da Defesa*. Lisboa: DGPDN.
- Douhet, G., 1927. *El dominio del aire*. Nova Iorque: Air Force History and Museums Program.
- DSCA, 2015. *Foreign Military Sales*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.dsca.mil/programs/foreign-military-sales-fms>, [Acedido em 16 fevereiro 2016].
- EA, 2013. *Aeronaves - Operativas*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ejercitodelaire.mde.es/ea/pag?idDoc=D8F1020A8749EE08C12574480029AA7F>, [Acedido em 22 janeiro 2016].
- EDA, 2014a. *European Air Transport Fleet (EATF)*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.eda.europa.eu/what-we-do/activities/activities-search/european-air-transport-fleet-%28eatf%29>, [Acedido em 17 fevereiro 2016].
- EDA, 2014b. *Latest News - Exercise Hot Blade 2014 kicks off in Portugal*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.eda.europa.eu/info-hub/press-centre/latest-news/2014/07/16/exercise-hot-blade-2014-kicks-off-in-portugal>, [Acedido em 24 fevereiro 2016].
- EFWM, 2013. *5+5 Dialogue – Chronology of the main meetings*. s.l.:EFWM.
- Emerson, M., 2008. Making sense of Sarkozy's Union for the Mediterranean. *CEPS Policy Brief*, março, 1-16.
- EMGFA, 2015. *EMGFA - Comunicados*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.emgfa.pt/pt/comunicados/2015-10>, [Acedido em 2 janeiro 2016].
- Escarra, F., 2016. *A França e a cooperação na Iniciativa 5+5 Defesa* [Entrevista] (17 fevereiro 2016).
- Esteves, P. A., 1997. A União do Magrebe Árabe no contexto Euro-Mediterrânico. *Nação e Defesa*, 82, 59-79.
- EUFAFA, 2015. *What's EUFAFA*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.euafa.eu/EUFAFA/index.php/what-s-euafa>, [Acedido em 16 fevereiro 2016].
- Eurostat, 2015. *Government expenditure on defence*. [Em linha]. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Government_expenditure_on_defence#Further_Eurostat_information, [Acedido em 10 janeiro 2016].
- FAE, 2015. *Chief of Staff of Mauritania Air Force visits Spain*. [Em linha]. Disponível em: http://www.ejercitodelaire.mde.es/EA/ejercitodelaire/en/media/news/2015/content/texto_0023.html, [Acedido em 20 janeiro 2016].



- FAI, 2015. *Aeronautica Militare*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.aeronautica.difesa.it/Missione/potereAerospaziale/Pagine/TheAirpower.aspx>, [Acedido em 14 janeiro 2016].
- Faleg, G. e Giovannini, A., 2012. *The EU between Pooling & Sharing and Smart Defence Making a virtue of necessity?*. Brussels: CEPS.
- FAP, 2014a. *Módulos de Pessoal para Operação e Manutenção dos Sistemas de Armas (Diretiva nº2 / 2004 de 25 fevereiro)*. Alfragide: FAP.
- FAP, 2014b. *Plano de Investimento da Força Aérea Portuguesa em Capacidades Militares Horizonte 2030*. Alfragide: FAP.
- FAP, 2015. *Conferência de CEMFA da 'Iniciativa 5+5 Defesa'*. Hotel Tivoli, 29 e 30 de outubro de 2015. Lisboa: FAP.
- FAP, 2016. *Real Thaw*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.emfa.pt/www/po/exercicios/pagina-RT8-001.004.004>, [Acedido em 27 fevereiro 2016].
- Farmorocco, 2013. *Royal Moroccan Armed Forces*. [Em linha]. Disponível em: <https://farmorocco.wordpress.com/rmaf/history/>, [Acedido em 20 janeiro 2016].
- Ferreira, L. M., 1996. Portugal e a influência estratégica do Magrebe. *Nação e Defesa*, 78, 81-99.
- FMI, 1999. *Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) - Aspectos Operacionais*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/pdr/prsp/por/poverty2.htm#I>, [Acedido em 16 fevereiro 2016].
- FMI, 2013. *Report on Implementation of the Third PRSP Action Plan 2011*. Washington D.C.: FMI.
- Gartenstein-Ross, D. e Barr, N., 2015. *Dignity and Dawn: Libya's Escalating Civil War*. Haia: The International Centre for Counter-Terrorism.
- Gaub, F., 2014. *The Rise of Arab Air Power*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?id=185684>, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- GE, 2012. *Primavera Árabe - resumo*. [Em linha]. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/atualidades/primavera-arabe-resumo-679427.shtml>, [Acedido em 17 fevereiro 2016].
- Giordani, 2014. *O dia em que o TOMCAT enfrentou o SU-22*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.cavok.com.br/blog/o-dia-em-que-o-tomcat-enfrentou-o-su-22/>, [Acedido em 17 janeiro 2016].



- Gomis, B., 2011. *Franco-British Defence and Security Treaties: Entente While it Lasts?*. Londres: Chatham House.
- Grebe, J., 2013. *Harmonized EU Arms Exports Policies in Times of Austerity? Adherence to the Criteria of the EU Common Position on Arms Exports*. Bona: BICC.
- GS, 2013a. *Spain - Ejército del Aire - History*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/es-af-history.htm>, [Acedido em 22 janeiro 2016].
- GS, 2013b. *Libyan Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/libya/af-equip.htm>, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- GS, 2014. *Algeria Air Force Modernization*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/algeria/air-force-modernization.htm>, [Acedido em 7 janeiro 2016].
- GS, 2015a. *Libyan Air Force Under Qadaffi*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/libya/af-qadaffi.htm>, [Acedido em 17 janeiro 2016].
- GS, 2015b. *Malta Armed Forces*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/mt-afm.htm>, [Acedido em 19 janeiro 2016].
- GS, 2015c. *Royal Moroccan Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/morocco/air-force.htm>, [Acedido em 20 janeiro 2016].
- Guillerm, D., 2012. *NATO Air Command and Control System (ACCS) Level of Operational Capability 1 (LOC1)*. Bruxelas: NCIA.
- Hoyle, C., Lewis-Rice, S., Maloney, J., Payne, M., Fafard, A., 2014. *World Air Force 2015*. Londres: Flight global.
- Hristov, N., 2014. Challenges for Smart Defence Initiative. *Impact Strategic*, 2, 44-49.
- HRW, 2015. *Libya: Evidence of New Cluster Bomb Use*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2015/03/14/libya-evidence-new-cluster-bomb-use>, [Acedido em 16 janeiro 2016].
- IDN, 2015. *Seminário Internacional - Capacity Building in defense and security: has it ever worked?*. Instituto de Defesa Nacional, 15 de dezembro de 2015. Lisboa: IDN.
- IESM, 2015a. *Trabalhos de Investigação (NEP/ACA - 010)*. Lisboa: IESM.
- IESM, 2015b. *Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM (NEP/ACA - 018)*. Lisboa: IESM.
- IISS, 2015. *The Military Balance 2015*. Washington D.C.: IISS.
- Iniciativa 5+5 Defesa, 2008. *Air Security Cooperation Against Non Military Air Threats*. Salon: Iniciativa 5+5 Defesa.



- Iniciativa 5+5 Defesa, 2015. *5+5 Defence Initiative*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.5plus5defence.org/EN/PagesEN/home.aspx>, [Acedido em 2 janeiro 2016].
- Isojärvi, H. e Lehtonen, J. M., 2011. *Nordic Armaments Co-operation Savings Potential*. Helsíquia: Colégio de Defesa Nacional Finlandês.
- ISS, 2015. *ISS Africa*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.issafrica.org/profile-arab-maghreb-union-amu>, [Acedido em 31 dezembro 2015].
- Johnson, P., LaBenz, T. e Driver, D., 2013. Brave New Approach or Déjà Vu?. *Naval War College Review*, 66, 39-52.
- Ki-moon, B., 2016. *Statement by the Secretary-General on the signing of the Libyan Political Agreement*. Nova York: ONU.
- King, P., 2013. *NATO Review Magazine*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/review/2013/Smart-Defence-Action/EN/index.htm>, [Acedido em 3 janeiro 2016].
- Lacirignola, C., 2005. From EMP to ENP: acronyms change but what about their contents?. *New Medit - Mediterranean Journal of Economics Agriculture and Environment*, 4, 2-3.
- Lanny, V., 2008. Differentiating Competence, Capability and Capacity. *Innovating Perspectives*, 3, 1-2.
- Lecha, E. S., 2011. The Western Mediterranean in 2020: Scenarios for Regional Security and Cooperation after the Arab Uprisings. *GMF Paper Series*. Mediterranean Paper Series 2011, 1-31.
- Lecha, E. S., 2014. The Future of Multilateral Security Dialogue in the Mediterranean: Lessons Learnt, Opportunities and Choices. *IAI Working papers*, 14, 1-11.
- Lehne, S., 2014. *Time to reset the European Neighborhood Policy*. Bruxelas: Carnegie Endowment for International Peace.
- Lesser, I. O., Green, J. D., Larrabee, F. S. e Zanini, M., 2000. *The Future of NATO's Mediterranean Initiative*. s.l.:RAND Corporation.
- Leverett, F., 2004. *Why Libya Gave Up on the Bomb*. [Em linha] Disponível em: <http://www.nytimes.com/2004/01/23/opinion/why-libya-gave-up-on-the-bomb.html>, [Acedido em 17 janeiro 2016].
- Lockheed Martin, 2015. *F-35 Lighting II Creating Jobs. Securing Italy's Future*. s.l.:Lockheed Martin.



- Lounes, A., Charaix, P., Preziosa, P., O'Neill, C., Saihi, A., Pinheiro, J., Pérez, M., Aloui, M., 2015. *Conclusões da 7ª Conferência dos Chefes de Estado-Maior da Força Aérea da Iniciativa 5+5 Defesa*. Lisboa: Iniciativa 5+5 Defesa.
- Lourenço, C. N., 2016. *Comando Aéreo - Exercícios e a cooperação na Iniciativa 5+5 Defesa* [Entrevista]. Lisboa (18 março 2016).
- Maio, H. T., 2013. *Pooling and Sharing entre Portugal e Espanha: contributos para a definição de uma estratégia*. Trabalho de Investigação Individual CPOG: IESM.
- Mais Alto, 2009. Delegação líbia visita a Base Aérea do Montijo. *Mais Alto*, maio / junho, 55.
- Martins, J. A., 2016. *A cooperação na Iniciativa 5+5 Defesa* [Entrevista]. Correio eletrónico (1 março 2016).
- MD NORDEFECO, 2013. *Nordic Defence Cooperation 2020*. Helsínquia: NORDEFECO.
- MDE, 2016. *Despliegue en Operaciones Internacionales*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.defensa.gob.es/Galerias/comun/sliderdocs/despliegue-operaciones-internacionales.pdf>, [Acedido em 22 janeiro 2016].
- MDN, 2014a. *Conceito Estratégico Militar 2014*. Lisboa: MDN.
- MDN, 2014b. *Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar* (Despacho 11400/2014 de 3 de setembro), Lisboa: Diário da República.
- MDN, 2014c. *Dispositivo de Forças 2014*. Lisboa: MDN.
- MDN, 2014d. *Missões das Forças Armadas*. Lisboa: MDN.
- MDN, 2015a. *A Defesa de Portugal 2015*. Lisboa: MDN.
- MDN, 2015b. *Defesa 2020 - Livro*. Lisboa: MDN.
- MDNor, 2015. *NORDEFECO Annual Report 2014*. Oslo: MDNor.
- MDS, 2016. *NORDEFECO Annual Report 2015*, Elanders Sverige AB: MDS.
- MEDEA, 2015. *Dialogue 5+ 5 Western-Mediterranean*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.medeabe/en/themes/euro-mediterranean-cooperation/dialogue-55-western-mediterranean/>, [Acedido em 30 dezembro 2015].
- MNEDin, 2015. *Nordic-Baltic Cooperation*. [Em linha]. Disponível em: <http://um.dk/en/foreign-policy/nordic-baltic-cooperation>, [Acedido em 21 março 2016].
- MNEEst, 2013. *Nordic-Baltic Cooperation*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.vm.ee/en/nordic-baltic-cooperation>, [Acedido em 27 fevereiro 2016].



- Möckli, D., 2012. *Smart Pooling: State of Play in European Defence and Armaments Cooperation*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?lng=en&id=156371>, [Acedido em 29 dezembro 2015].
- MS, 2016. *Armed Forces of Malta*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.maltaspotting.com/armedforcesofmalta.htm>, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- MWD, 2015. *Dictionary - air wing*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.merriam-webster.com/dictionary/air%20wing>, [Acedido em 16 fevereiro 2016].
- NATO, 2015. *NATO and Libya (Archived)*. [Em linha]. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_71652.htm, [Acedido em 18 janeiro 2016].
- NATO, 2016. *NATO Integrated Air and Missile Defence*. [Em linha]. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_8206.htm, [Acedido em 10 fevereiro 2016].
- NC, 2016. *The Nordic Council*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.norden.org/en/nordic-council>, [Acedido em 21 fevereiro 2016].
- Nkala, O., 2016. *Defense News*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.defensenews.com/story/defense/2016/01/05/algeria-orders-12-su-34-fullback-fighter-bombers-russia/78319912/>, [Acedido em 7 janeiro 2016].
- NORDEFECO, 2016. *The Cooperation Areas*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.nordefco.org/The-Cooperation-Areas>, [Acedido em 21 fevereiro 2016].
- NTI, 2015. *The Nuclear Threat Initiative - Country Profiles - France*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.nti.org/country-profiles/france/nuclear/>, [Acedido em 10 janeiro 2016].
- Núñez, M. Á., 2102. 5+5 Initiative Mediteranean Security: Shared Security. *iee.es Framework Document*, 7/2012, 1-30.
- Ojanen, H., 2014. *Nordic Defence Cooperation - Inspiration for the EU or a Lesson in Matching Expektations?*. Tampere: TEPSA.
- Olsen, J. A., 2014. *European Air Power - Challenges e Opportunities*. Nebraska: UN.
- Ormanci, E. Y., 2000. *Mediterranean Security Concerns and NATO's Mediterranean Dialogue*. Trabalho de Investigação. NATO.
- Pakistan Defence, 2015. *Further Egyptian MiG-21 deliveries to the Libyan Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://defence.pk/threads/further-egyptian-mig-21-deliveries-to-the-libyan-air-force.363880/>, [Acedido em 18 janeiro 2016].
- Paulo, M. T., 2016. *A Iniciativa 5+5 Defesa margem de evolução em Cooperação Militar* [Entrevista]. Lisboa (7 abril 2016).



- PCM, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (Resolução do Conselho de Ministros nº19/2013 de 5 de abril), Lisboa: Diário da República.
- PCM, 2014. *Lei Orgânica da Força Aérea* (Decreto-Lei n.º 187/2014 de 29 de dezembro), Lisboa: Diário da República.
- Pereira, P., 2004. O Mediterrâneo: Espaço de Confronto ou Cooperação. *Nação e Defesa*, 109, 203-218.
- Perlo-Freeman, S., Aleurant, A., Wezeman, P. e Wezeman, S., 2015. Trends in the world of military expenditure, 2014. *SIPRI Fact Sheet*, abril, 1-7.
- PF, 2015. *Junction Rain: Lobos no Atlântico*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.passarodeferro.com/2015/02/junction-rain-lobos-no-atlantico-m1783.html>, [Acedido em 17 fevereiro 2016].
- PG, 2016. *Algerian Air Force*. [Em linha]. Disponível em: http://gutenberg.us/articles/algerian_air_force, [Acedido em 26 janeiro 2016].
- Pinheiro, J. A., 2014. *SIC Notícias, Entrevista General CEMFA, Sociedade das Nações*. [Em linha]. Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/programas/sociedadedasnacoes/2014-02-15-sociedade-das-nacoes-15-02-2014-entrevista-ao-chefe-de-estado-maior-da-forca-aerea>, [Acedido em 3 janeiro 2016].
- Pinto, A. S., 2015. *Magrebe - A cooperação na Inicitiva 5+5 Defesa* [Entrevista]. Lisboa (4 novembro 2015).
- Preziosa 2011, cit. por Laird, 2014. *Airpower, Italy, Europe and the Way Ahead: Lt. General Preziosa Looks at the Challenges*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.sldinfo.com/airpower-italy-europe-and-the-way-ahead-lt-general-preziosa-looks-at-the-challenges/>, [Acedido em 15 janeiro 2016].
- Priberam, 2016. *Guerra Fria*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/guerra%20fria>, [Acedido em 17 fevereiro 2016].
- Rafi, S., 2016. *Islamic State on the march: Extended war coming to Libya*. [Em linha]. Disponível em: <http://atimes.com/2016/01/an-extended-war-coming-to-libya/>, [Acedido em 19 janeiro 2016].
- Reis, B. C. e Carriço, A., 2014. Confidence Building Measures for 5+5 Defense Initiative Under a 2020-2025 Horizon. *IDN Brief*, julho 2014, 2-10.
- Ribeiro, A. T., 2008. OGMA ganha contrato para manutenção de aviões líbios. *Diário de Notícias*, 4 janeiro.



- Rieker, P. e Terlikowski, M., 2015. *The Limits and Achievements of Regional Governance in Security: NORDEFECO and the V4*. Varsóvia: PISM.
- Rodrigues, F. S., 2009. O Poder Aéreo na Transformação da Defesa. *Cadernos do IDN*, 4, 3-10.
- Sanches, V., 2015. *Iniciativa 5+5 Defesa entrevista exploratória* [Entrevista]. Lisboa (4 novembro 2015).
- Sanches, V., 2016. *Desenvolvimento de Capacidades Militares na Iniciativa 5+5 Defesa* [Entrevista]. Lisboa (31 abril 2016).
- Saxi, H. L., 2013. *Nordic Defence Cooperation (NORDEFECO): Balancing Efficiency and Sovereignty, NATO and Nonalignment*. Helsínquia: Finnish Committee for European Security.
- SBAP, 2015. *Multinational Fighter Program*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.sbap.be/events/2015/022mnfp2015/022mnfp2015.htm>, [Acedido em 16 fevereiro 2016].
- Scramble, 2016a. *Orbat - Algeria Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scramble.nl/orbats/algeria>, [Acedido em 26 janeiro 2016].
- Scramble, 2016b. *Orbat - Armée de l'Air*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scramble.nl/orbats/france/airforce>, [Acedido em 26 janeiro 2016].
- Scramble, 2016c. *Orbat - Armed Forces of Malta*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scramble.nl/orbats/malta>, [Acedido em 2016 fevereiro 2016].
- Scramble, 2016d. *Orbat - Italy - Aeronautica Militare*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scramble.nl/orbats/italy/airforce>, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- Scramble, 2016e. *Orbat - Mauritanian Islamic Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scramble.nl/orbats/mauritania>, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- Scramble, 2016f. *Orbat - Royal Moroccan Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scramble.nl/orbats/morocco/airforce>, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- Scramble, 2016g. *Orbat - Spanish Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scramble.nl/orbats/spain/airforce>, [Acedido em 27 fevereiro 2016].
- Scramble, 2016h. *Orbat - Tunisian Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scramble.nl/orbats/tunisia>, [Acedido em 1 março 2016].
- Silva, R. D., 2016. *O exercício Circaète - A cooperação na Iniciativa 5+5 Defesa* [Entrevista]. Lisboa (29 fevereiro 2016).
- SIPRI, 2016. *SIPRI Military Expenditure Database*. [Em linha]. Disponível em: http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database, [Acedido em 3 abril 2016].



- Sousa, F. X., 2010. *O Magrebe e a Europa Ocidental: Que contributos para a segurança do Mediterrâneo Ocidental?*. Tese para atribuição do Grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais: UAL.
- Sousa, F. X., 2012. Marrocos e a Segurança no Magrebe. *Nação e Defesa*, 132, 11-60.
- SR, 2015. *Defence Minister Confirms Three Missing Air Crew Found Dead In Sunken Helicopter Cockpit*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.thespainreport.com/articles/257-151029234023-defence-minister-confirms-three-missing-air-crew-found-dead-in-sunken-helicopter-cockpit>, [Acedido em 22 janeiro 2016].
- Stivachtis, Y. A. e Jones, B., 2009. *NATO's Mediterranean Dialogue: an Assessment*. Trabalho de Investigação. RIEAS.
- Stratfor, 2014. *Morocco's Air Force Gains Importance*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.stratfor.com/analysis/moroccos-air-force-gains-importance>, [Acedido em 21 janeiro 2016].
- Tendeiro, R., 2016. *Formação Técnica e Militar na Força Aérea e a cooperação na Iniciativa 5+5 Defesa* [Entrevista]. Ota (16 março 2016).
- Torres, N. P., 2014. *5+5 Defence Presidência Portuguesa 2013*. Lisboa: MDN.
- UMA, 1989. *Treaty instituting the Arab Maghreb Union*. Marraquexe: UMA.
- UpM, 2015. *Union for the Mediterranean*. [Em linha]. Disponível em: <http://ufmsecretariat.org/history/>, [Acedido em 1 janeiro 2016].
- USAFRICOM, 2016. *Africa Maritime Law Enforcement Partnership*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation-programs/africa-maritime-law-enforcement-partnership-amlep>, [Acedido em 17 fevereiro 2016].
- USDS, 2015. *Embassy of the United States - Tunis*. [Em linha]. Disponível em: <http://tunisia.usembassy.gov/arrival-ceremony-for-the-tunisian-air-forces-second-c-130j--announcement-of-tunisias-purchase-of-eight-uh-60m-helicopters.html>, [Acedido em 17 março 2016].
- Valasek, T., 2011. *Surviving austerity - The case for a new approach to EU military collaboration*. Londres: Centre for European Reform.
- van Voss, A., Major, C. e Mölling, C., 2013. *The State of Defence Cooperation in Europe*. Berlim: GIISA.



- WD, 2011. *World of Defense - Libyan Military Fire Power*. [Em linha]. Disponível em: <http://worldofdefense.blogspot.pt/2011/03/libyan-military-fire-power.html>, [Acedido em 17 janeiro 2016].
- Wezeman, P. D. e Wezeman, S. T., 2015. Trends in International Arms Transfers, 2014. *SIPRI Fact Sheet*, março, 1-8.
- WHE, 2014a. *Spanish Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.worldheritage.org/article/WHEBN0003853398/Spanish%20Air%20Force>, [Acedido em 27 fevereiro 2016].
- WHE, 2014b. *Italian Air Force*. [Em linha]. Disponível em: http://www.worldheritage.org/article/WHEBN0000244318/Italian%20Air%20Force#cite_note-6, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- WHE, 2014c. *Military of Mauritania*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.worldheritage.org/article/WHEBN0000019187/Military%20of%20Mauritania>, [Acedido em 28 fevereiro 2016].
- WHE, 2014d. *Tunisian Air Force*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.worldheritage.org/article/WHEBN00008340977/Tunisian%20Air%20Force>, [Acedido em 1 março 2016].
- WHE, 2016a. *Algerian Air Force*. [Em linha]. Disponível em: http://www.worldheritage.org/articles/Algerian_Air_Force, [Acedido em 7 janeiro 2016].
- WHE, 2016b. *French Air Force*. [Em linha]. Disponível em: http://www.worldheritage.org/article/WHEBN0000451287/French%20Air%20Force#cite_note-16, [Acedido em 26 janeiro 2016].
- WMF, 2013. *West Mediterranean Forum*. [Em linha]. Disponível em: <http://westmediterraneanforum.org/about-the-55-dialogue/>, [Acedido em 30 dezembro 2015].
- Young, S., 2012. *Mission to Africa: Strengthening global partnerships*. [Em linha]. Disponível em: <http://coastguard.dodlive.mil/2012/07/mission-to-africa-strengthening-global-partnerships/>, [Acedido em 17 fevereiro 2016].



Anexo A - Quadros da LPM

Fonte: (AR, 2015)

	1.º quadrante — Período de 2015 a 2018						2.º quadrante — Período de 2019 a 2022						3.º quadrante — Período de 2023 a 2026						Total
	2015	2016	2017	2018	Total	2019	2020	2021	2022	Total	2023	2024	2025	2026	Total				
MARINHA																			
Comando e Controlo Naval	1 011	1 023	1 071	1 050	4 154	1 025	1 025	1 050	1 150	4 250	1 000	4 500	4 500	4 600	14 600	23 004			
Ocêânica de Superfície	44 605	46 089	52 732	46 426	189 852	61 984	50 316	68 891	59 431	240 601	53 835	57 884	98 378	52 025	262 123	692 576			
Submarina	7 024	3 837	5 469	20 197	36 526	7 302	4 379	18 934	17 539	49 154	33 335	31 066	19 322	22 945	106 667	192 347			
Proj. de Força	50	100	100	100	350	100	100	8 903	1 100	10 203	300	300	373	302	1 276	11 829			
Guerra de Minas	50	100	100	100	350	100	100	100	100	400	100	100	100	100	400	1 130			
Petróleo e Fiscalização	0	30 000	29 000	6 500	65 500	500	500	500	500	2 000	500	500	500	500	2 000	69 500			
Oceanográfica e Hidrográfica	100	300	300	300	1 000	400	300	300	300	1 300	300	300	5 000	5 000	10 600	12 900			
Apoio à Autoridade Marítima Nacional	290	405	405	400	1 500	300	405	500	500	1 705	505	500	500	505	2 010	5 215			
Reservas de Guerra	200	1 200	500	1 200	3 100	1 500	1 800	500	500	4 500	500	500	500	500	2 000	9 400			
EXÉRCITO																			
Comando e Controlo Terrestre	1 935	6 000	6 800	9 500	24 235	12 290	12 290	12 290	11 448	48 318	11 748	2 448	2 448	2 448	19 092	91 645			
Forças Leveiras	406	12 000	11 500	11 700	35 606	18 800	11 200	2 000	4 500	36 500	1 000	1 500	2 000	0	8 000	75 106			
Forças Médias	23	600	0	0	623	0	0	0	0	20 500	1 500	1 500	0	0	8 000	8 623			
Forças Pesadas	463	0	500	1 500	2 463	5 500	4 000	4 000	7 000	20 500	9 200	6 000	17 500	17 500	50 200	73 163			
Defesa Imediata dos Arquêpélagos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 000	0	0	0	0	0	0			
Operações Especiais	0	1 400	1 000	1 300	3 700	1 000	1 000	1 790	3 000	6 790	0	0	0	0	0	10 490			
Informações, Vigilância, Aquisição de Objetos e Reconhecimento Terrestre	0	1 600	1 500	2 600	5 700	4 100	1 900	7 120	7 000	20 120	3 600	2 800	100	100	6 600	32 420			
Transporte Terrestre	400	0	0	0	400	400	400	100	2 000	2 900	1 000	1 000	1 000	1 000	4 000	7 300			
Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre	828	410	1 790	5 740	8 768	5 100	4 290	5 290	15 358	30 938	19 500	32 500	25 500	28 900	106 400	1 45 200			
Sustentação Logística da Força Terrestre	13 205	6 272	5 176	7 758	32 411	14 100	11 580	22 420	30 280	78 360	29 900	27 500	14 720	19 120	91 240	202 011			
Apoio Militar de Emergência	0	0	0	3 000	3 000	0	1 000	0	1 710	2 710	0	0	0	0	0	5 710			
Cooperação e Assistência Militar	0	100	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100			
Reservas de Guerra	1 500	0	0	2 000	3 500	0	2 000	2 000	0	4 000	2 000	0	0	0	2 000	9 500			
FORÇA AÉREA																			
Comando e Controlo Aéreo	1 550	2 940	3 580	3 830	11 900	2 713	1 193	4 963	3 963	12 832	2 300	3 413	2 650	3 050	11 413	36 145			
Vigilância, Detecção, Identificação (VID) e Intervenção (QJFA-I) no Espaço Aéreo	0	0	1 100	1 650	2 750	750	600	1 100	0	2 450	0	0	5 000	18 000	23 000	28 200			
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	10 267	6 400	7 480	19 370	43 517	15 300	8 900	21 350	20 950	66 500	18 000	29 100	18 683	30 000	95 783	205 800			
Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VPR) Terrestre e Marítimo	510	1 000	2 000	2 700	6 210	3 000	1 000	4 000	4 000	12 000	5 000	6 000	8 000	10 813	29 813	48 023			
Transporte Aéreo (TPA) Estratégico, Tático e Especial	7 600	2 920	7 610	7 831	25 961	8 110	8 346	8 589	8 839	33 884	9 097	9 362	9 635	9 951	38 045	97 890			
Busca e Salvamento (SAR)	0	0	0	0	0	20 000	20 000	20 000	20 000	80 000	20 000	20 000	20 000	20 000	80 000	160 000			
Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPPO) da Força	0	0	0	0	0	500	500	500	0	1 500	0	0	1 500	2 000	3 500	5 000			
Integração de Plotação e Navegação Aérea	0	0	250	250	500	5 250	5 250	7 250	7 250	25 000	7 250	7 250	6 250	7 000	27 000	52 500			
Reservas de Guerra	3 033	500	3 000	3 400	9 933	4 000	4 000	4 100	2 000	14 100	2 413	6 500	5 000	7 000	20 913	44 946			
Total	210 000	230 000	250 000	270 000	960 000	275 000	275 000	275 000	275 000	1 100 000	275 000	275 000	275 000	275 000	1 100 001	3 160 000			

Unidade: milhares de euros

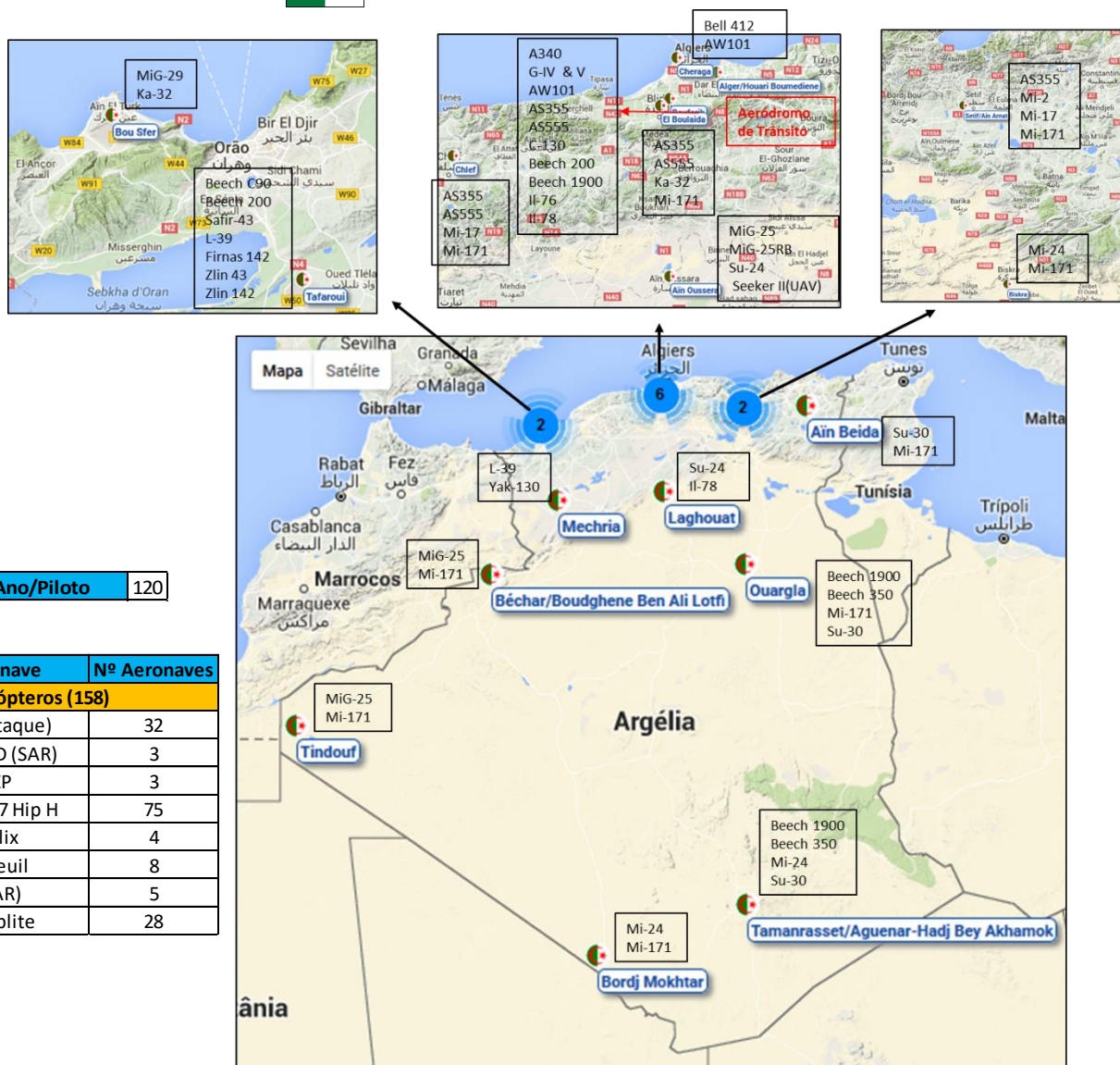


Unidade: milhares de euros					
	1.º quadrante — Período de 2015 a 2018				Total
	2015 (a)	2016	2017	2018	
SERVIÇOS CENTRAIS					
Transporte Aéreo (TPT) Estratégico, Tático e Especial.....	2 000	6 480	0	0	8 480
MARINHA					
Oceânica de superfície.....	8 000	7 000	3 000	0	18 000
EXÉRCITO					
Comando e controlo terrestre.....		3 000	3 000	0	6 000
FORÇA AÉREA					
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva (b).....	29 000	18 600	2 700	0	50 300
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva.....	13 000	3 500	4 550	0	21 050
Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP)					
Terrestre e Marítimo.....	1 000	0	0	0	1 000
Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PROS) da Força.....	3 000	4 000	2 000	0	9 000
Instituição de pilotagem e navegação aérea.....	70	100	0	0	170
Total.....	56 070	42 680	15 250	0	114 000

(a) Inclui 24 000 000 e a transfer de 2014, resultante de saldos de alienação de equipamento militar.
(b) Conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2013, de 21 de agosto.

Apêndice A - Ordens de Batalha das Forças Aéreas da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’

Argélia – 14000 Efetivos / 120 Aeronaves de Combate



Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Transporte (67)	
II-76MD Candid B	3
II-76TD Candid	9
C-130H Hercules	9
C-130H-30 Hercules	6
L-100-30	2
Beech C90B King Air	3
Beech 200T King Air	5
Beech 300 King Air	6
Beech 1900D	12
C-295M	5
F-27 Friendship	1

Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Transporte (Continuação)	
A340	1
Gulfstream IV-SP	4
Gulfstream V	1
Treino (99)	
L-39ZA Albatros	36
L-39C Albatros	7
Z-142	40
Yak-130 Mitten	16

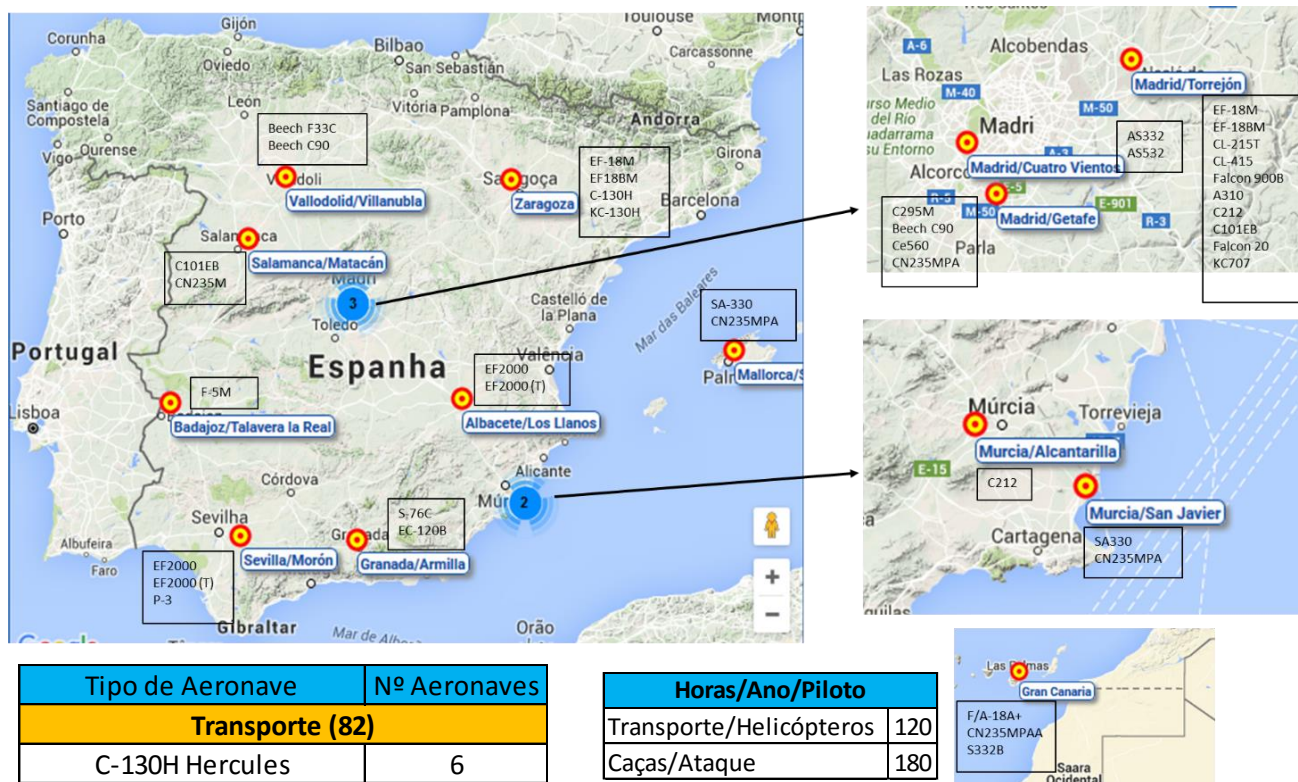
Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Caça (35)	
MiG-25 Foxbat	12
MiG-29C/UB Fulcrum	23
Caça / Ataque ao Solo (77)	
Su-30MKA	44
Su-24M/MK Fencer D	33
ISR (8)	
MiG-25RBSH Foxbat D	4
Su-24MR Fencer E	4
Reabastecedores (6)	
IL-78 Midas	6

Figura 8 - Dispositivo da FAA

Fonte: adaptado pelo autor (IISS, 2015, p. 320; PG, 2016; Scramble, 2016a)



Espanha – 20400 Efetivos / 149 Aeronaves de Combate



Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Transporte (82)	
C-130H Hercules	6
C-130H-30 Hercules	1
Beech C90 King Air	3
Beech F33C Bonanza	22
C-212 Aviocar	18
C-295	13
CN-235	8
Cessna 550 Citation V (ISR)	3
A310	2
B-707	1
Falcon 900 (VIP)	5
Treino (101)	
C-101 Aviojet	64
T-35 Pillan (E-26)	37
Combate a Incêndios (17)	
CL-215	14
CL-415	3
Helicópteros (45)	
AS332B/B1 Super Puma	10
AS332M1 Super Puma	4
AS532UL Cougar (VIP)	2
Puma (AS330)	4
SA330L Puma	2
EC120 Colibri	15
S-76C	8

Horas/Ano/Piloto	
Transporte/Helicópteros	120
Caças/Ataque	180

Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Caça (58)	
Eurofighter-Typhoon	38
F-5B Freedom Fighter	19
Caça / Ataque ao Solo (86)	
F/A-18A Hornet (EF-18A)	20
EF-18A MLU	54
EF-18B MLU	12
Guerra Antissubmarina (5)	
P-3A Orion	2
P-3M Orion	3
Patrulhamento Marítimo (8)	
CN-235 VIGMA	8
ISR (2)	
CN-235 (TR-19A)	2
Guerra Eletrónica (6)	
B-707 Santiago (TM.17)	1
C-212 Aviocar (TM.12D)	1
Falcon 20D	2
Falcon 20E	2
Reabastecedores (7)	
KC-130H Hercules	5
B-707 TKR	2

Figura 9 - Dispositivo da FAE

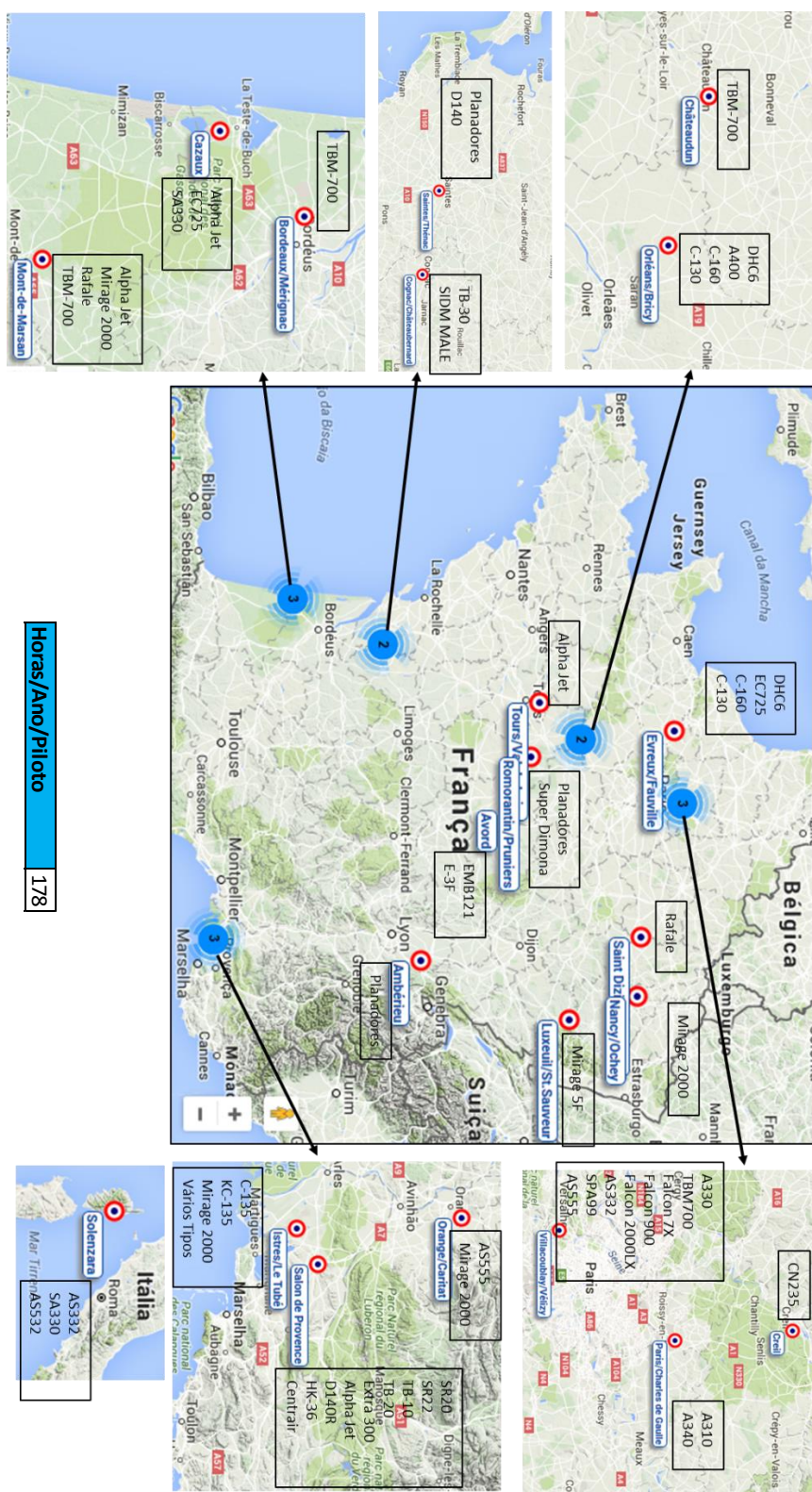
Fonte: adaptado pelo autor (EA, 2013; IISS, 2015, pp. 137-138; Scramble, 2016g; WHE, 2014a)



França



– 47550 Efetivos / 278 Aeronaves de Combate



Horas/Ano/Piloto 178

Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves	Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves	Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves	Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Caça (40)		Treino Operacional (67)		Transporte (Continuação)		Helicópteros (Continuação)	
Mirage 2000-5/2000C	34	Alpha Jet	67	CN-235M-300	8	AS332C Super Puma	3
Mirage 2000B	6	Reabastecedores / Transporte (34)		DHC-6-300 Twin Otter	5	AS332L Super Puma	4
Caça / Ataque ao Solo (171)		C-135FR	11	EMB-121 Xingu	23	AS532UL Cougar (VIP)	3
Mirage 2000N	23	KC-135 Stratotanker	3	TBM-700	15	SA330B Puma	22
Rafale B F3	20	Transporte (112)		A310-300	3	Aeronaves Radar (4)	
Mirage 2000D	60	A400M Atlas	5	A330	1	E-3F Sentry	4
Rafale B F3	25	C-130H Hercules	5	A340-200	2	Treino (48)	
Rafale C F3	43	C-130H-30 Hercules	9	Falcon 7X	2	CAP 10	5
Reconhecimento Eletrônico (2)		C-160R Transall	11	Falcon 900 (VIP)	2	Grob G120A-F	18
C-160G Gabriel	2	CN-235M-100	19	Falcon 2000	2	TB-30 Epsilon	25
		Helicópteros (80)		AS555 Fennec	37		
				EC725 Caracal	11		

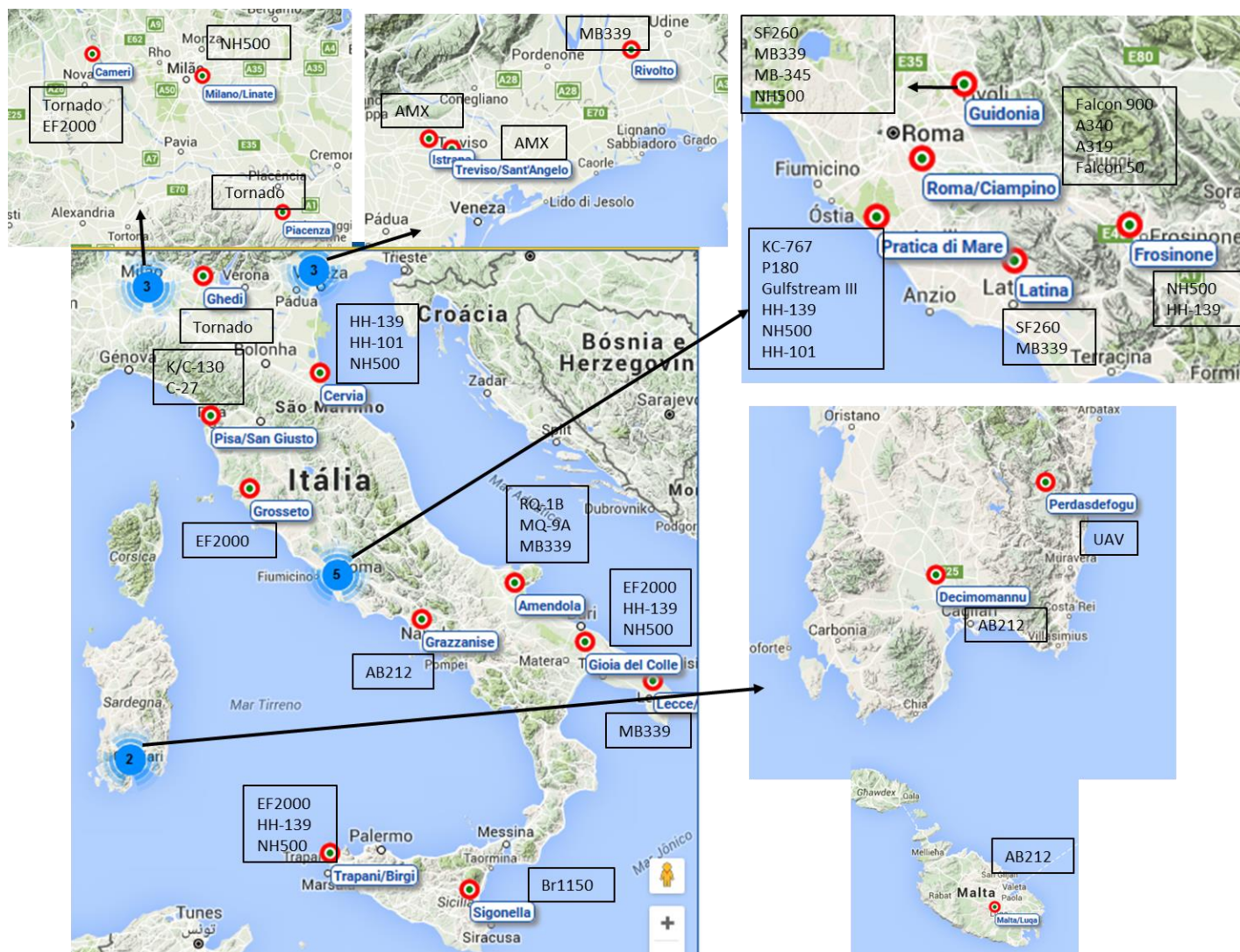
Figura 10 - Dispositivo da FAF

Fonte: adaptado pelo autor (Defens'Aero, 2015; IISS, 2015, pp. 94-95; Scramble, 2016b; WHE, 2016b)

Itália



- 41900 Efetivos / 242 Aeronaves de Combate



Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Caça (69)	
Eurofighter-Typhoon	69
Caça / Ataque ao Solo (139)	
Tornado IDS	53
AMX Ghibli	63
AMX-T Ghibli	8
Tornado ECR	15
Reconhecimento Eletrónico (1)	
AML Gulfstream III	1
Reabastecedores / Transporte (6)	
KC-767A	4
KC-130J Hercules	2

Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Transporte (66)	
C-130J Hercules	9
C-130J-30 Hercules	10
C-27J Spartan	12
P-180 Avanti	15
S-208	10
A319CJ	3
Falcon 50 (VIP)	2
Falcon 900 Easy	2
Falcon 900EX (VIP)	3

Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Treino (103)	
M-346	3
MB-339A	21
MB-339CD	28
MB-339PAN	21
SF-260EA	30
Helicópteros (101)	
AW139	10
MD-500D	2
MD-500E	46
HH-3F Pelican (SAR)	12
SH-3D Sea King (VIP)	2
Bell 212	29

Figura 11 - Dispositivo da FAI

Fonte: adaptado pelo autor (AM, 2016; Scramble, 2016d; IISS, 2015, pp. 108-109; WHE, 2014b)



Líbia



- Efetivos desconhecidos / 8 Aeronaves de Combate



Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Caça (1)	
MiG-23MLD Flogger	1
Caça / Ataque ao Solo (4)	
MiG-21bis Fishbed	3
MiG-21MF Fishbed	1
Mirage F-1E	?
Transporte (5)	
C-130H Hercules	2
L-100-30	1
An-26 Curl	2
Treino (11)	
G-2 Galeb	4
L-39ZO Albatros	3
SF-260WL Warrior	4

Figura 12 - Dispositivo da FAL

Fonte: adaptado pelo autor (AA, 2016a; GS, 2013b; IISS, 2015, p. 341)

A FAL está numa situação difícil. O General reformado Khalifa Hafter conduziu a Operação Dignidade²⁵ com as aeronaves remanescentes da FAL. O regime anterior perdeu a maior parte das suas 374 aeronaves de combate, durante o conflito de 2011. No verão de 2014, Hafter afirmou ter 12 aeronaves, mas os últimos relatórios afirmam que apenas restam três em condições de voo, principalmente devido à falta de manutenção e peças sobressalentes (Gaub, 2014).

²⁵ Ofensiva lançada contra as milícias islâmicas dentro de Bengasi, em maio de 2014 (Gartenstein-Ross e Barr, 2015).



Malta



- 1900²⁶ Efetivos / Não possui Aeronaves de Combate



Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Transporte (4)	
Beech 200 King Air	2
BN-2B Islander	2
Treino (3)	
Bulldog T MK1	3
Helicópteros (4)	
AW139 (SAR)	1
SA316B Alouette III	3

Figura 13 - Dispositivo da Air Wing de Malta

Fonte: adaptado pelo autor (IISS, 2015, p. 116; MS, 2016; Scramble, 2016c)

Mauritânia



- 250 Efetivos / 4 Aeronaves de Combate



Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
ISR (2)	
Cessna 208B Grand Caravan	2
Treino / Ataque ao Solo (4)	
EMB-314 Super Tucano	4
Transporte (8)	
BN-2 Defender	2
C-212	1
PA-31T Cheyenne II	2
Y-12(II)	2
Basler BT-67	1
Treino (7)	
EMB-312 Tucano	3
SF-260E	4
Helicópteros (3)	
SA313B Alouette II	2
Z-9	1

Figura 14 - Dispositivo da FAM

Fonte: adaptado pelo autor (AA, 2016b; IISS, 2015, p. 342; Scramble, 2016e; WHE, 2014c)

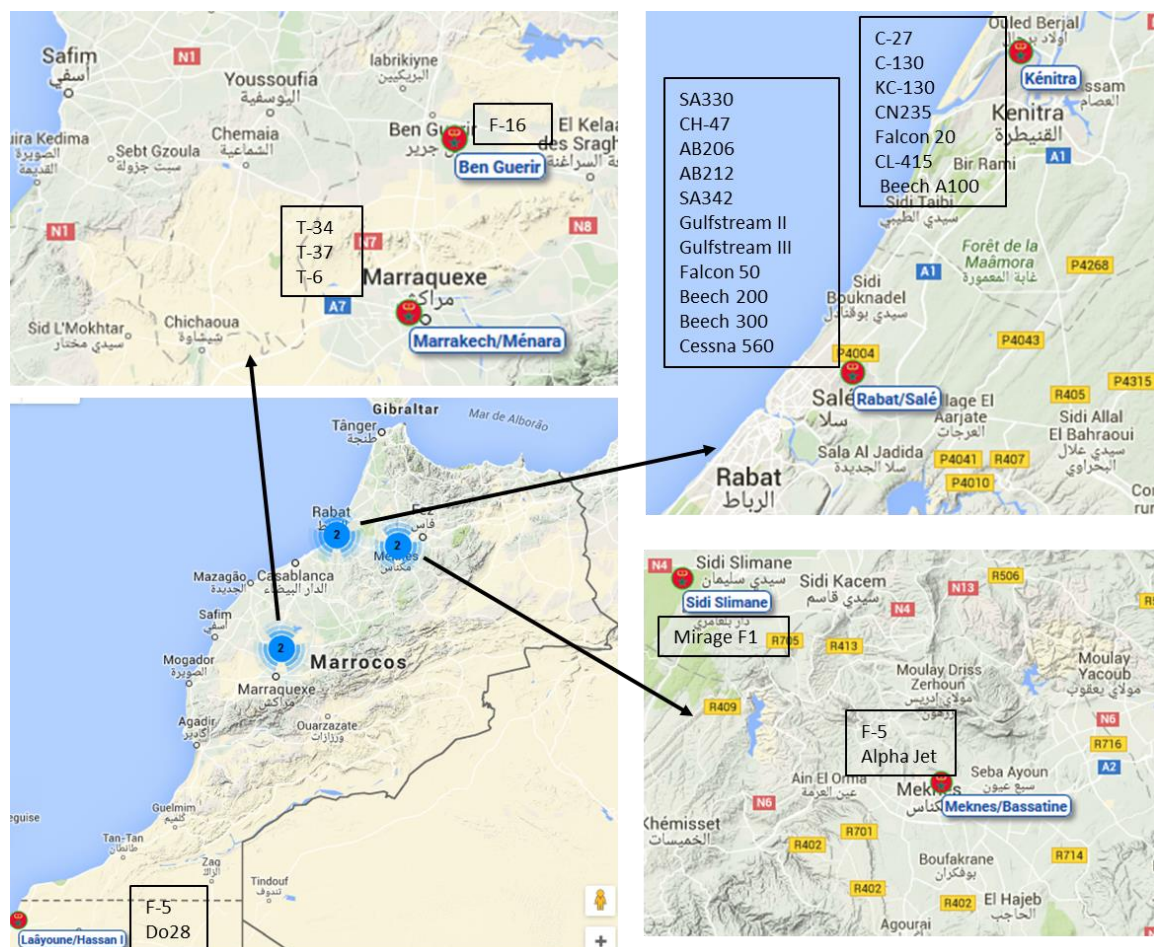
²⁶ Total das FFAA.



Marrocos



- 13000 Efetivos / 92 Aeronaves de Combate



Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Caça (22)	
F-5E Tiger II	19
F-5F Tiger II	3
Caça / Ataque ao Solo (51)	
F-16C Fighting Falcon	16
F-16D Fighting Falcon	8
Mirage F-1C (F-1CH)	16
Mirage F-1E (F-1EH)	11
Reconhecimento Eletrónico (3)	
EC-130H Hercules	1
Falcon 20	2
Reabastecedores (2)	
KC-130H Hercules	2

Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Transporte (45)	
C-27J Spartan	4
C-130H Hercules	13
Beech 100 King Air	4
Beech 200 King Air	3
Beech 300 King Air	2
Beech 350 King Air	3
CN-235	7
Do-28	2
B-737BBJ	1
Falcon 20	2
Falcon 50 (VIP)	1
Gulfstream III	2
Gulfstream V-SP	1

Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Treino (81)	
AS-202 Bravo	12
Alpha Jet	19
CAP-10	2
T-6C Texan	25
T-34C Turbo Mentor	9
T-37B Tweet	14
Combate a Incêndios (4)	
CL-415	4
Helicópteros (89)	
SA342L Gazelle	19
CH-47D Chinook	7
SA330 Puma	24
Bell 205A	25
Bell 206 Jet Ranger	11
Bell 212	3

Horas/Ano/Piloto	100 ²⁷
------------------	-------------------

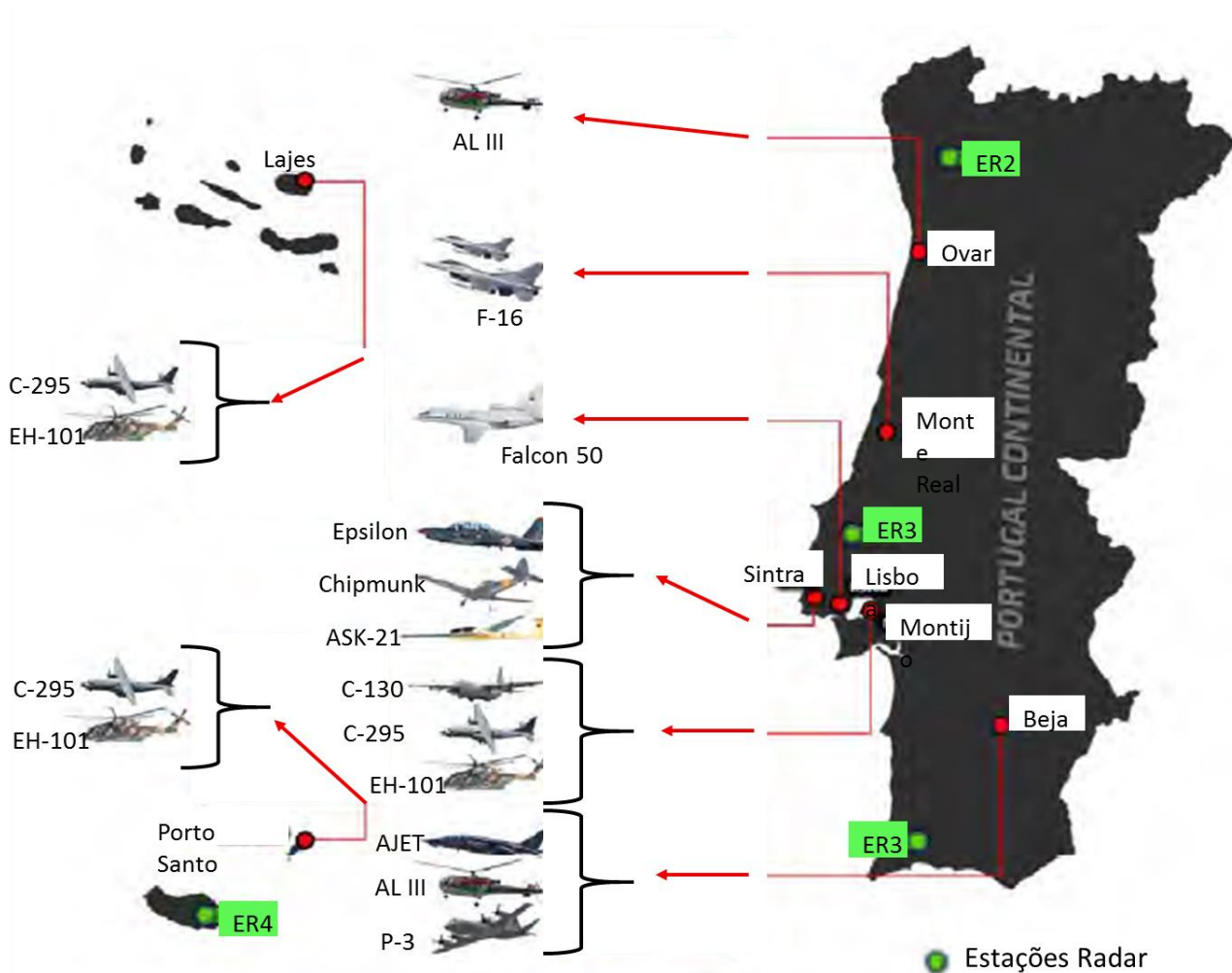
Figura 15 - Dispositivo da FARM

Fonte: adaptado pelo autor (AA, 2016c; IISS, 2015 , p. 344; Hoyle, et al., 2014; Scramble, 2016f)

²⁷ Referente a pilotos de caça.



Portugal - 6850 Efetivos / 41 Aeronaves de Combate



Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Caça / Ataque ao Solo (30)	
F-16AM Fighting Falcon	26
F-16BM Fighting Falcon	4
ISR / MPA / ASW / SAR (10)	
P-3C Orion	5
C-295M	5
Transporte (16)	
C-130H Hercules	3
C-130H-30Hercules	3
C-295M	7
Falcon 50 (VIP)	3

Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Treino (20)	
Alpha Jet	6
TB-30 Epsilon	14
Helicópteros (18)	
SA316 Alouette III	6
AW101 Merlin	12

Horas/Ano/Piloto	180 ²⁸
-------------------------	-------------------

Figura 16 - Dispositivo da FAP

Fonte: adaptado pelo autor (FAP, 2014a; IISS, 2015 , pp. 127-128; MDN, 2015a)

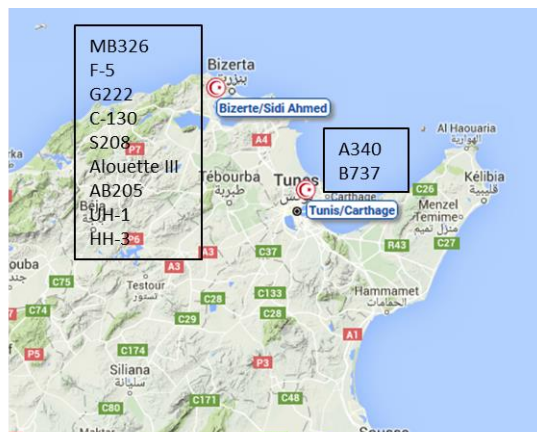
²⁸ Referente a pilotos de F-16.



Tunísia



- 4000 Efetivos / 24 Aeronaves de Combate



Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Caça (12)	
F-5E Tiger II	10
F-5F Tiger II	2
Ataque (3)	
MB-326K	3
Transporte (18)	
C-130B Hercules	6
C-130H Hercules	1
C-130J Hercules	1
G-220	5
L-410 Turbolet	3
S-208A	2

Tipo de Aeronave	Nº Aeronaves
Treino (30)	
L-59 Albatros	9
MB-326B	4
MB-326L	3
SF-260	14
Helicópteros (54)	
AS365 Dauphin 2	1
SA313	6
SA316 Alouette III	3
HH-3 Sea King	11
AS350B Ecureuil	6
Bell 205 (AB-205)	15
Bell 205 (UH-1H Iroquois)	10
Bell 212 (UH-1N Iroquois)	2

Figura 17 - Dispositivo da FAT

Fonte: adaptado pelo autor (AA, 2016d; IISS, 2015 , p. 355; Scramble, 2016h; WHE, 2014d)



Apêndice B - Acordos bilaterais: Portugal - países da ‘Iniciativa 5+5 Defesa’

Tabela 3 - Acordos bilaterais

PAÍS	DESIGNAÇÃO DO TRATADO/ACORDO	DATA
ARGÉLIA	Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da Argélia	08-01-2005
	Acordo de Cooperação no domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da Argélia	31-05-2005
	Protocolo de Cooperação nos Domínios do Ensino e da Formação Militar entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa Nacional da República Democrática e Popular da Argélia	22-11-2010
ESPANHA	Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha (art. 8º)	22-11-1977
	Acordo sobre intercâmbio de Tripulações das Forças Armadas	14-03-1985
	Acordo entre Forças Armadas sobre Missões de Cross Country	14-03-1985
	Acordo entre Forças Aéreas sobre Cooperação Técnico-Logística	14-03-1985
	Acordo Base entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha relativo à Cooperação Técnica em Matéria de Cartografia Militar	08-04-1993
	Acordo Técnico sobre Cooperação e Apoio Mútuo entre os Serviços de Busca e Salvamento do Reino de Espanha e a República Portuguesa	15-12-1993
	Acordo Técnico de Cooperação e Apoio Mútuo entre os Sistemas de Defesa Aérea do Reino de Espanha e a República Portuguesa	05-05-1997
	Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha	26-10-1998
	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha relativo à Cooperação no domínio Industrial e do Material e Equipamentos de Defesa	22-12-1999
	Acordo entre o Ministério da Defesa do Reino de Espanha e o Ministério da Defesa da República de Portugal sobre o Apoio à Formação de Pilotos de Helicópteros do Exército	07-03-2002
	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Portuguesa e o Ministério da Defesa do Reino de Espanha relativo ao Pessoal do Exército Espanhol que Presta Serviço no Grupo de Aviação Ligeira (GALE) do Exército Português	03-10-2002
	Acordo Técnico relativo a Facilidades Mútuas para o Sobrevo e Aterragem das Aeronaves Militares do Reino de Espanha para a Protecção da Matéria Classificada entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha	21-11-2004
	Declaração de Intenções do Ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa e da Ministra da Defesa do Reino de Espanha relativo à Cooperação no domínio do Armamento e Indústrias de Defesa	22-01-2009
	Declaração de Intenções da Ministra da Defesa do Reino de Espanha e do Ministro da Defesa da República de Portugal sobre o Intercâmbio Académico	22-01-2009
	Declaração Comum entre o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal e o Chefe do Estado-Maior da Defesa de Espanha sobre Cooperação entre as Forças Armadas de Portugal e Espanha	22-01-2009
	Acordo Técnico entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e da Ministra da Defesa do Reino de Espanha relativo a treino de escape livre (submarinos)	20-01-2010
	Acordo Técnico entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministro da Defesa do Reino de Espanha sobre Cooperação no âmbito da Segurança Marítima	25-01-2010
	Declaração de Intenções Conjunta para o Reforço da Cooperação no âmbito da Defesa entre Portugal e Espanha	20-11-2012
	Acordo Técnico entre a Marinha de Guerra Espanhola e a Marinha Portuguesa para a Cooperação entre a Infanteria de Marina e o Corpo de Fuzileiros	06-02-2013
	Acordo Técnico entre o Ministério da Defesa do Reino de Espanha e o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa Relativo ao intercâmbio de um Oficial entre o Estado-Maior da Defesa de Espanha e o Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal	13-05-2013
	Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à Cooperação no domínio da Defesa	22-06-2015



Desenvolvimento de Capacidades e Competências Aéreas no espaço do Mediterrâneo: lacunas existentes e perspetivas de cooperação

FRANÇA	Acordo Técnico entre o Ministro Francês da Defesa e o Ministro Português da Defesa relativo ao Fornecimento de Material Militar Francês a Portugal	18-09-1991
	Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Técnica entre o Instituto Hidrográfico e o Service Hydrographique et Oceanographique de la Marine	15-05-1996
	Protocolo de Cooperação entre o Ministro da Defesa Nacional e o Ministro da Defesa da República Francesa relativo à Cooperação no domínio do Material e Equipamentos de Defesa	24-04-1998
	Tratado entre a República Portuguesa e a República Francesa relativo à Cooperação no domínio da Defesa	30-07-1999
	Acordo Específico entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministro da Defesa da República Francesa relativo à Cooperação em Simulação de Defesa no domínio da Investigação e Desenvolvimento (I&D)	20-10-1999
	Acordo Técnico entre o Ministro da Defesa da República Francesa e o Ministro da Defesa da República Portuguesa relativo à Troca de Informação sobre a Situação Aérea entre o Sistema de Tratamento de Representação das Informações de Defesa Aérea (STRIDA) e o Sistema de Comando e Controlo Aéreo de Portugal (POADS)– Denunciado por Portugal com efeitos a partir de 02-12-2008.	07-06-2000
	Acordo sobre Protecção de Informação e Matérias Classificadas entre a República Portuguesa e a República Francesa	10-01-2005
ITÁLIA	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da República Italiana relativo à Cooperação no domínio do Material e Equipamentos de Defesa	06-11-2007
	Acordo entre a República Portuguesa e a República Italiana sobre a Protecção Recíproca de Informação Classificada	17-10-2007
LÍBIA	Protocolo de Trabalho entre os Ministérios da Defesa de Portugal e da Líbia	20-07-2005
	Memorando de Entendimento no domínio da Defesa entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Comité Geral Interino da Defesa da Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista	28-05-2008
MARROCOS	Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos	23-09-1993
	Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos	30-05-1994
	Acordo Técnico entre a Força Aérea Real Marroquina e a Força Aérea Portuguesa	08-04-1996
	Acordo Técnico entre a Marinha da República Portuguesa e a Marinha Real Marroquina	08-04-1996
	Acordo Técnico entre o Exército da República Portuguesa e o Exército do Reino de Marrocos	08-04-1996
	Declaração Conjunta entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos sobre Cooperação em Matéria de Segurança Marítima e o Estabelecimento de um Mecanismo de Alerta Rápido	30-06-2003
	Acordo Técnico entre o Ministro de Estado e da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministro Delegado Junto do Primeiro-Ministro Encarregue da Administração da Defesa Nacional do Reino de Marrocos relativo à Cooperação no domínio do Património, da História Militar e da Museologia	03-12-2003
MAURITÂNIA	Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República Islâmica da Mauritânia	21-10-2010
TUNÍSIA	Protocolo de Cooperação no domínio da História Militar entre o Ministério da Defesa Nacional da República Tunisina e o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa	06-11-2002
	Protocolo entre o Serviço Hidrográfico e Oceanográfico da Marinha da Tunísia e o Instituto Hidrográfico da Marinha de Portugal relativo à Cooperação Científica e Técnica no Domínio da Hidrografia e Oceanografia	15-03-2004
	Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia de Cooperação no domínio da Defesa	18-01-2013

Fonte: adaptado pelo autor (DGPDN, 2016)



Apêndice C - Oferta formativa do CFMTFA compatível para cooperação

Fonte: adaptado pelo autor (CFMTFA, 2016)

Curso de reboque de aeronaves
Curso de ensaios não destrutivos
Curso de Instrutores de Tiro
Curso de média tensão
Curso de Especialização em Controlador de Helicópteros
Curso de aproximação convencional e radar
Curso de Português
Cursos de Inglês Técnico
Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores
Cursos de Formação de Condutores (várias categorias)
Curso de Controladores Aéreos
Curso de Mecânico de Material Aeronáutico
Curso de Mecânico de Material Terrestre
Curso de Abastecimentos
Curso de Informática
Curso de Comunicações
Curso de Operadores de Sistemas de Assistência e Socorro
Curso de Meteorologia
Curso de Polícia Aérea



Apêndice D - Corpo de conceitos e definições

Aeronave de Combate: “Aeronave com capacidade de empregar armamento ar -ar ou ar-superfície (...)” (IISS, 2015, p. 496).

Área de Capacidade: “(...) entende-se o conjunto agregador de capacidades que concorrem para a criação de um determinado efeito operacional tendo em vista o cumprimento das missões. (...)” (CSDN, 2014).

Capacidade Militar: “(...) deverá (...) ser entendido o conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras (DOTMLPPII)” (MDN, 2014a, p. 39).

CAOC: “(...) é uma organização multinacional composta por pessoas, recursos e processos para planear e organizar, com o fim de comandar e controlar, operações aéreas multinacionais.” (Baier, 2002).

Competência: “(...) é a qualidade ou o estado de ser funcionalmente capaz ou ter conhecimento, robustez e perícia suficiente.” (Lanny , 2008).

Conselho Nórdico: “(...) é o órgão interparlamentar oficial na região nórdica.” (NC, 2016).

Cooperação Militar: “(...) tem por finalidade apoiar a política externa do Estado num quadro restrito de relações internacionais de cooperação. Abrange um vasto espectro de ações, que vão desde a formação e treino técnico, até à assistência militar, passando pela assessoria a instituições militares e órgãos de comando de países terceiros.” (MDN, 2014c, pp. 24-25).

Cooperação em Ilha: “(...) cooperação flexível fora de tratados, com base em agrupamentos sub-regionais, (...) que beneficia de uma maior confiança, solidariedade e complementaridade de culturas estratégicas.” (Valasek, 2011).

Diálogo 5+5: “O fórum para o Diálogo do Mediterrâneo Ocidental, também conhecido por ‘5+5 Dialogue’, é um diálogo político que une os países ribeirinhos da bacia oeste do Mediterrâneo, constituído pela União Árabe do Magrebe (Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia) e cinco países da União Europeia (Espanha, França, Itália, Malta e Portugal). Esta iniciativa foi criada em Roma, a 10 de dezembro de 1990 com o objetivo de reforçar e enriquecer o diálogo político, económico e cultural entre as duas margens do Mediterrâneo.”



(EFWM, 2013, p. 2).

Dispositivo de Forças 2014: “(...) estabelece a relação entre os comandos operacionais, forças, unidades e meios da Componente Operacional do Sistema de Forças – SF 2014, com as infraestruturas, ou elementos da sua Componente Fixa que lhes dão suporte. Assim, materializa a forma como se organizam e respondem as várias capacidades elencadas no SF 2014, tendo em vista o cumprimento das MIFA 2014.” (MDN, 2014c).

Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente: “(...) o espaço que corresponde ao território nacional compreendido entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens, e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro, bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional.” (AR, 2013).

EURAC: “(...) conferência de CEMFA, criada em 1993 com o objetivo principal de encontrar novos métodos de estudo e cooperação entre as Forças Aéreas europeias, dentro e fora da NATO.” (EUAFA, 2015).

Foreign Military Sales: “(...) é uma forma de assistência de segurança autorizada pela Arms Export Control Act (...) e serve como instrumento fundamental da política externa dos EUA.” (DSCA, 2015).

Full Operational Capability: “*In general, attained when all units and/or organizations in the force structure scheduled to receive a system have received it and have the ability to employ and maintain it. (...)*” (DAP, 2016).

Guerra Fria: “Situação de hostilidade (ideológica, política, económica, tecnológica, militar) entre nações, que procuram sabotar o regime adversário sem recurso ao conflito armado direto, mediante jogos de influência, pressões económicas, propaganda, espionagem ou outras ações indiretas.” (Priberam, 2016).

Iniciativa 5+5 Defesa: “ (...) é uma iniciativa de defesa que procura, através de medidas concretas de cooperação entre os países do Mediterrâneo Ocidental, ajudar a criar e manter um clima de confiança e de franca colaboração entre os dez países (Argélia, França, Itália, Líbia, Malta, Mauritânia, Marrocos, Portugal, Espanha e Tunísia), com o objetivo de dar um contributo significativo para soluções que respondam a preocupações comuns, na área da Segurança e Defesa.” (DGPDN, 2015).

Missões das Forças Armadas 2014: “Atendendo às missões estabelecidas na Constituição da República Portuguesa (CRP) e na lei, as MIFA 2014 decorrem dos Cenários



de Emprego das Forças Armadas, do Conceito de Ação Militar e das Orientações Específicas, definidos no Conceito Estratégico Militar (CEM) 2014.” (MDN, 2014d).

NATINAMDS: “(...) sistema que deteta, segue, identifica e monitoriza meios aéreos (aeronaves, helicópteros, veículos aéreos não tripulados e mísseis balísticos), e, se necessário, interceta-los usando sistemas de mísseis Terra-Ar ou aeronaves intercetoras.” (NATO, 2016).

Nordic-Baltic Cooperation: “(...) é um formato de cooperação regional que inclui a Estónia, Finlândia, Islândia, Suécia, Letónia, Lituânia, Noruega e Dinamarca. A NB8 é uma rede de diálogo político e cooperação prática entre parceiros iguais, (...) é flexível e focado no problema (...) para permitir obter resultados tangíveis.” (MNEDin, 2015).

Poder Aéreo: “(...) é entendido como a capacidade de utilizar plataformas a operar ou a cruzar o espaço aéreo para fins militares.” (Rodrigues, 2009, p. 5).

Policimento Aéreo: “(...) a função que engloba a utilização dos sistemas de vigilância do espaço aéreo, da estrutura de comando e controlo e o emprego de aeronaves militares com a finalidade de garantir o exercício da autoridade do Estado no espaço aéreo e marítimo do espaço estratégico de interesse nacional permanente.” (AR, 2013).

Primavera Árabe: “É o nome dado à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe que eclodiu em 2011.” (GE, 2012).

Sistema de Forças: “(...) define o conjunto de capacidades militares necessárias ao cumprimento das Missões das Forças Armadas 2014 (...) devidamente enquadrados pelo Nível de Ambição estabelecido. (...) constitui-se como o referencial nacional para o levantamento e manutenção de capacidades (...)” (CSDN, 2014).



Apêndice E - Tabela das entrevistas

Tabela 4 - Entrevistas

Frases Chave / Entrevistados	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8
A participação da FAP na Iniciativa 5 + 5 Defesa é positiva.	S	NR	S	S	NR	S	S	S
Existe margem para um maior envolvimento da FAP	S	NR	S	S	NR	S	S	S
A FAP pode beneficiar com um maior envolvimento	S	NR	S	S	NR	S	S	S
Os projetos de cooperação de um elemento DOTMLPPI contribuem para a Edificação de CM e CA	NR	NR	S	S	S	S	S	S
A falta de uma estrutura mais robusta impede uma maior cooperação nomeadamente na Edificação de CM e CA.	S	S	S	S	S	S	S	S
Há países mais envolvidos que outros.	S	S	S	S	S	S	S	NR
A cooperação bilateral é um catalisador para a cooperação multilateral.	S	N	N	N	S	S	N	NR
Um quinto pilar em levantamento de capacidades na Iniciativa pode ser uma mais valia.	NR	S	S	S	S	D	S	S
A Líbia é um entrave ao desenvolvimento de uma cooperação mais profunda ao nível multilateral.	S	S	S	NR	S	N	S	S

Fonte: (autor, 2016)

S	Sim
N	Não
NR	Não responde
D	Difícil

E1	Dr.ª Ana Santos Pinto (Assistente Universitária e Comentadora de Relações Internacionais especializada em Assuntos Árabes)
E2	Coronel J. A. Martins (Adido de Defesa em Rabat)
E3	Coronel R. Dias da Silva (Sub Chefe do <i>Control and Reporting Centre</i> - Participa no Circaète)
E4	Capitão-de-mar-e-guerra António Alexandre (Comandante de Navio que participou no <i>Seaborder</i>)
E5	Capitão-de-fragata François Escarra (Adido de Defesa Francês em Lisboa)
E6	Dr.ª Maria Teresa Paulo (Diretora de Serviços das Relações Internacionais da DGPDN)
E7	COR/PILAV Carlos Lourenço(Chefe da Repartição de Exercícios do Comando Aéreo e Diretor do exercício REALTHAW)
E8	COR/PILAV Rui Tendeiro (Comandante do CFTMFA e Professor do mesmo)

Figura 18 - Legenda da tabela 4

Fonte: (autor, 2016)